

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS AMBIENTAIS

PEDRO HENRIQUE DE OLIVEIRA ZANETTE

CONTRIBUIÇÕES DA CULTURA DE MATRIZ AFRICANA
PARA A CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE – A EXPERIÊNCIA
DO ILÊ OMO AIYE, COMUNIDADE DE CANDOMBLÉ DE SÃO LUIZ
DO PARAITINGA/SP

São Carlos-SP, 2020

Pedro Henrique de Oliveira Zanette

CONTRIBUIÇÕES DA CULTURA DE MATRIZ AFRICANA
PARA A CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE – A EXPERIÊNCIA
DO ILÊ OMO AIYE, COMUNIDADE DE CANDOMBLÉ DE SÃO LUIZ
DO PARAITINGA/SP

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais da Universidade Federal de São Carlos, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Ciências Ambientais¹.

Orientadora: Profa. Dra. Renata Sebastiani

São Carlos-SP, 2020

¹ Apoio: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001

Zanette, Pedro Henrique de Oliveira

Contribuições da cultura de matriz africana para a conservação da biodiversidade: a experiência do Ilê Omo Aiye, comunidade de Candomblé de São Luiz do Paraitinga/SP / Pedro Henrique de Oliveira Zanette -- 2020.
99f.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de São Carlos, campus São Carlos, São Carlos

Orientador (a): Renata Sebastiani

Banca Examinadora: Anselmo João Calzolari Neto, Graziela del Monaco, Renata Sebastiani

Bibliografia

1. Candomblé. 2. Conhecimento Tradicional. 3. Conservação da Biodiversidade. I. Zanette, Pedro Henrique de Oliveira. II. Título.

Ficha catalográfica desenvolvida pela Secretaria Geral de Informática
(SIn)

DADOS FORNECIDOS PELO AUTOR

Bibliotecário responsável: Ronildo Santos Prado - CRB/8 7325



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Ciências Biológicas e da Saúde
Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais

Folha de Aprovação

Defesa de Dissertação de Mestrado do candidato Pedro Henrique de Oliveira Zanette, realizada em 28/08/2020.

Comissão Julgadora:

Profa. Dra. Renata Sebastiani (UFSCar)

Prof. Dr. Anselmo João Calzolari Neto (UFSCar)

Profa. Dra. Graziela Del Monaco (UFSC)

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

O Relatório de Defesa assinado pelos membros da Comissão Julgadora encontra-se arquivado junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais.

Agradecimentos:

Agradeço primeiramente a meu pai Xangô, kaô kabiecile, pra quem renasci dentro do Candomblé, por todo axé e poder de realização.

À Yaya, Baba, que possibilitaram que eu aprendesse o que sei sobre o Candomblé, agradeço por todo carinho, afeto, dedicação, risadas e maravilhosos momentos.

À Vivi, minha companheira, por toda força e incentivo, pois ela torna tudo mais fácil e enche de brilho e alegria.

À minha mãe, Elvira, que sempre segurou a onda em nossa casa, proporcionando tudo de melhor para nossa família.

À meu Pai, Antônio, por ter sempre nos incentivado a chegar mais longe. Sigo em frente sempre pensando no senhor.

À minha irmã Juliana e meu irmão João Paulo, agradeço por todos aprendizados que tivemos e seguimos tendo uns com os outros.

Agradeço também ao Dofono e à Kota, que aceitaram participar desta pesquisa, e por todo o cuidado que sempre tiveram dentro dos preceitos.

À toda a irmandade Ilê Omo Aiye, agradeço por todos dias de convivência, trabalhos, aprendizados e risadas.

Agradeço também à minha orientadora, Renata Sebastiani, por confiar em mim e me auxiliar neste processo de estudo e aprendizado.

À toda a galera do Rochedo de Ouro, do Girafulô e da TEIA- Casa de Criação, por manterem o movimento e a alegria em São Carlos.

Agradeço a todos colegas da turma do PPGCAm UFSCar pelo companheirismo e pelos dias que tivemos juntos .

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

*Enquanto houver um rio
De águas limpas no planeta
A vontade de Olorum
Vida Prevaleça e cresça
No Brilho do horizonte
Na lembrança do ontem
Na certeza do agora, do hoje, do amanhã*

*Enquanto houver no céu
O brilho de uma estrela
O olhar de Olorum
Vida, amor, brilho, centelha
No brilho da paixão
O amor no coração
Na certeza do agora, do hoje, do amanhã*

*Enquanto houver o amor
Que o respeito prevaleça
O olhar de Olorum
Vida prevaleça e cresça
No brilho da paixão
O amor no coração
Na certeza do agora, do hoje, do amanhã*

Promessa - Mestre Lumumba

RESUMO

ZANETTE, P.H.O. – Contribuições da cultura de matriz africana para a conservação da biodiversidade – A experiência do Ilê Omo Aiye, comunidade de Candomblé de São Luiz do Paraitinga/SP. 2020 – 168p: Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de São Carlos, Centro de Ciências Biológicas e da Saúde, Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais, São Carlos – 2020.

O modo de exploração de recursos naturais no Brasil ocorreu de maneira altamente predatória impactando fortemente nossos ecossistemas, reflexo de como nossa sociedade se relaciona com o meio ambiente do qual faz parte. A conscientização ambiental e a pressão social promoveu a criação de acordos e leis no sentido de garantir a preservação de ecossistemas e recursos naturais. Porém alguns governos e corporações não necessariamente cumprem o acordado o que reduz eficácia de tais instrumentos. Na busca por caminhos de profundas mudanças de rumo, a pesquisa posiciona seu olhar para as comunidades tradicionais, grupos que carregam saberes e práticas pautados em uma relação de confluência com o meio ambiente, e historicamente sofrem opressões para que se adéquem as realidades pautadas no desenvolvimentismo capitalista, muitas vezes deixam de ter condições de promover sua reprodução cultural. As comunidades de terreiros de Candomblé, por exemplo, possuem uma relação diferente com seu meio ambiente pois sua cultura e seu modo de vida tem como pilar a conexão com elementos naturais que são tidos como sagrados. Para manutenção de seus hábitos cotidianos e religiosos dependem de água limpa, de diversas espécies de plantas e alimentos. Sendo assim, tal ligação com a natureza tem o potencial de estimular processos educativos e práticas sociais que tendem a preservar e recuperar seus territórios e os espaços que ocupam, promovendo assim o plantio de diversas espécies de plantas que são veneradas ou consumidas, seja quando possuem terras, no uso de espaços públicos ou através da aquisição de outros produtores. Para tanto esta pesquisa se baseia na experiência do Ilê Omo Aiye, comunidade de candomblé localizada na zona rural de São Luiz do Paraitinga, que ao longo das últimas décadas promoveu o reflorestamento do sítio que ocupa desde sua fundação em 1986, pautado nos valores e princípios presentes em sua tradição ensinados por seus ancestrais, no cuidado aos seus elementos sagrados. Desta forma, a partir de entrevistas foi feito registro do histórico do terreiro e suas lideranças, e compreende como seus fundamentos permeiam suas relações com os elementos naturais e como tais fundamentos promoveram práticas que resultaram na recuperação de 6,9 hectares de mata atlântica. Foram entrevistadas 4 pessoas sobre as relações da natureza com o sagrado, os usos das plantas, tradição e território. Nota-se portanto que a preservação e recuperação de ambientes naturais geram aumento na resiliência de ecossistemas e de espécies, tornando tais mais resistentes a alterações e impactos ambientais, além de contribuir com a manutenção da biodiversidade. Assim afirma-se que se há intenção real de mudar o rumo e deixar de impactar negativamente o meio ambiente, é necessário que escutemos e aprendamos com aqueles que a tanto tempo convivem de maneira harmônica com seu território, como aqui escutamos o povo de terreiro.

Palavras-chave: 1. candomblé; 2. conhecimento tradicional; 3. conservação da biodiversidade; 4. ecologia.

ABSTRACT

ZANETTE, P.H.O. – Contributions of African matrix culture to the conservation of biodiversity – The experience of Ilê Omo Aiye, a Candomblé community from São Luiz do Paraitinga/SP. 2020 – 168p: Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de São Carlos, Centro de Ciências Biológicas e da Saúde, Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais, São Carlos – 2020.

The exploitation of natural resources in Brazil occurred in a highly predatory manner, strongly impacting our ecosystems, reflecting how our society relates to the environment of which it is a part. Environmental awareness and social pressure promoted the creation of agreements and laws in order to guarantee the preservation of ecosystems and natural resources. However, some governments and corporations do not necessarily comply with the agreement, which reduces the effectiveness of such instruments. In the search for paths of profound changes in direction, the research places its gaze on traditional communities, groups that carry knowledge and practices based on a relationship of confluence with the environment, and historically suffer oppression in order to adapt the realities based on a capitalist developmentalism, are often unable to promote their cultural reproduction. The communities of Candomblé terreiros, for example, have a different relationship with their environment because their culture and way of life is based on the connection with natural elements that are considered sacred. To maintain their daily and religious habits, they depend on clean water, on various species of plants and foods. Thus, such a connection with nature has the potential to stimulate educational processes and social practices that tend to preserve and recover their territories and the spaces they occupy, thus promoting the planting of various species of plants that are venerated or consumed, whether they have land, in the use of public spaces or through the acquisition of other producers. For this purpose, this research is based on the experience of Ilê Omo Aiye, a candomblé community located in the rural area of São Luiz do Paraitinga, which over the last decades has promoted the reforestation of the site it occupies since its foundation in 1986, based on values and principles present in their tradition taught by their ancestors, in caring for their sacred elements. In this way, from interviews the history of the terreiro and its leaders was recorded, and it understands how its foundations permeate its relations with the natural elements and how such foundations promoted practices that resulted in the recovery of 6.9 hectares of Atlantic forest. 4 people were interviewed about the relationship between nature and the sacred, the uses of plants, tradition and territory. Therefore, it is noted that the preservation and recovery of natural environments generate an increase in the resilience of ecosystems and species, making them more resistant to environmental changes and impacts, in addition to contributing to the maintenance of biodiversity. Thus it is stated that if there is a real intention to change the course and stop negatively impacting the environment, it is necessary that we listen and learn from those who have been living in harmony with their territory for so long, as here we listen to the terreiro people.

Keywords: 1. candomblé; 2. traditional knowledge; 3. biodiversity conservation; 4. ecology.

Lista de Figuras:

Figura 1: Bacia do Rio Paraíba do Sul-SP (UGRHI-2) e Região da Bacia do Paraitinga CP1-CAB A com destaque para o município de São Luiz do Paraitinga. Fonte: Moradei (2016).....	32
Figura 2: Vista aérea do centro histórico, no pico da enchente, após a queda da Igreja Matriz, no dia 2 de janeiro de 2010. Fonte: Arquivo Defesa Civil Municipal.....	34
Figura 3: Congo de Ouro na Alvorada da Festa do Divino de São Luiz do Paraitinga 2019. Fonte: acervo Ilê Omo Aiye.....	35
Figura 4: visão aérea de um drone com destaque a casa grande, extraído do documentário “Transversal do Tempo”, exibido na TV Cultura em fevereiro 2020.....	36
Figura 5: Limites do território do Ilê Omo Aiye. fonte: SICAR (2019).....	37
Figura 6: Ya Odokere (sentada) e Mestre Lumumba (em pé) olhando seu acervo fotográfico. Fonte: Pedro Zanette.....	40
Figura 7: Mestre Lumumba e Ya Odokere, fonte: Carla Tenenbaum (2019).....	43
Figura 8: Dofono de Obaluaiye, Kota D'omin e Mestre Lumumba (da esquerda para a direita) (2019).	43
Figura 9: A casa grande, o jardim a sua volta e o morro todo reflorestado ao fundo, julho de 2019. Fonte: Pedro Zanette.....	49
Figura 10: fermentadores de cerveja. Fonte: Pedro Zanette.....	68
Figura 11: garrafas de Otimbé. Fonte: Pedro Zanette.....	68
Figura 12: deslizamento de terra em solos das margens do rio Paraitinga, (2019). Fonte: Pedro Zanette.	69
Figura 13: jacus na varanda da casa (2019).....	71
Figura 14: mudas de araucaria (2019).....	72
Figura 15: mudas de jussara (2019).....	72
Figura 16: Jussara produzindo frutos. Fonte: Pedro Zanette.....	73
Figura 17: sementes de jussara espalhadas pela fauna. Fonte: Pedro Zanette.....	74
Figura 18: frente da casa grande, com detalhe ao morro ao fundo sem mata, início de uma capoeira (1994). fonte: acervo Ilê Omo Aiye.....	75

Figura 19: frente da casa grande, não é mais possível ver diretamente o morro que está ao fundo (2019). Fonte: Pedro Zanette.....	76
Figura 20: Vista lateral da casa grade com a mata ao fundo. Fonte: Pedro Zanette.....	76
Figura 21: muda de jussara (2019). Fonte: Pedro Zanette.....	77
Figura 22: Mata que fica atrás da casa de Ya Odokere, (2019). Fonte: Pedro Zanette.....	77
Figura 23: fungo liquenizado vermelho, bioindicador de qualidade do ar, (2019).....	79

Sumário

1. APRESENTAÇÃO.....	11
2. OBJETIVO:.....	13
2.1. OBJETIVOS ESPECÍFICOS:.....	13
3. REFERENCIAL TEÓRICO.....	14
3.1. VISÕES DE MUNDO.....	19
3.2. SUSTENTABILIDADE COMO CAMPO EM DISPUTA.....	26
3.3. COMUNIDADES TRADICIONAIS.....	29
4. METODOLOGIA.....	32
4.1. CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO.....	32
4.2. COLETA E ANÁLISE DE DADOS:.....	37
4.3. APRESENTAÇÃO DAS(OS) PARTICIPANTES:.....	42
5. ANÁLISE DOS DADOS.....	43
5.1. A) <i>KOSI EWE KOSI ORISÁ</i> : SE NÃO TEM FOLHA, NÃO TEM ORIXÁ.....	44
5.1.1. A natureza enquanto espaço sagrado.....	45
5.1.2. Insabas – as folhas e seus usos.....	48
5.1.3. A saúde no terreiro.....	52
5.1.4. Continuidade- tradição e aprendizado.....	56
5.2. B) TERRA É LIBERDADE.....	60
5.2.1. Cuidado com a terra, aumento de resiliência e benefícios da e para a floresta.....	69
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS:.....	81
7. REFERÊNCIAS.....	86
8. ANEXO I - ROTEIRO SEMIESTRUTURADO DE ENTREVISTA.....	94
9. ANEXO II – PARECER COMITÊ DE ÉTICA.....	95
10. ANEXO III – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	98

1. APRESENTAÇÃO

Primeiro peço licença aos mais velhos, mestras e mestres, pois somente aprendemos porque estes nos passaram o conhecimento, e também nos autorizaram a seguir com este estudo.

Acredito que existem vários caminhos possíveis para promover avanços nos campos sociais e ambientais. Ocupar o espaço acadêmico e fazer pesquisa é também uma maneira de lutar por transformações em suas diversas formas. Construir conhecimento, fazer ciência e compartilhar são maneiras de promover espaços de diálogo com as diversas visões de mundo. Nesta pesquisa, buscamos trilhar os caminhos nos quais acreditamos para promover a democratização, a produção e a difusão de conhecimento; abrimos nossos olhos, os ouvidos e coração para saberes ancestrais, que há muito tempo promovem educação, existência, preservação e continuidade.

Desde pequeno aprendi com meu pai sobre o uso de algumas plantas para a cura, seja usada como chá, tintura ou alimento, sempre ouvindo o famoso “passa arnica”. Minha mãe cuidava do jardim de casa e também com vasos, as flores e folhagens sempre presentes pela casa. O tempo e as experiências me fizeram gostar das plantas e tornaram-me um ambientalista. Tive a oportunidade de estudar Engenharia Ambiental na USP em São Carlos, município onde nasci e cresci. O estudo me formou em alguns conhecimentos, mas apesar de na academia aprendermos tudo em disciplinas específicas, a vivência universitária me mostrou muito mais, a importância da militância, da interdisciplinaridade e como as coisas todas estão ligadas, a convivência, a agroecologia e o poder transformador da educação.

Foi neste período também que tive a oportunidade de me aprofundar no movimento cultural local. Com o tempo senti a necessidade de fazer parte e me envolver mais, e a partir das vivências no Rochedo de Ouro², grupo de Maracatu de Baque Virado, no Girafulô³, grupo de prática em danças brasileiras, e dos eventos, oficinas e vivências promovidos pela TEIA - Casa de Criação⁴ pude começar

2 Rochedo de Ouro é grupo de maracatu de baque virado que foi fundado em São Carlos em 2003. Ponto de Cultura, atua com vivências semanais abertas a comunidade e anualmente promove atividades com Mestres vindos de Recife. Também promove oficinas e apresentações culturais.

3 Girafulô é um grupo de práticas e estudos em danças e brincadeiras populares brasileiras, fundado em São Carlos em 2006. Coordenado por Vivian Parreira, atua com vivências abertas semanais, apresentações culturais e tem experiência com formação de educadores.

4 TEIA- Casa de Criação é uma associação cultural fundada em São Carlos em 2001. Ponto de Cultura, tem vasto currículo com projetos nas áreas de cultura, educação, cultura digital e meio ambiente. Sua sede é importante espaço de encontros culturais, aulas, ensaios e eventos, assim movimentando a cena cultural São Carlense.

a aprender e caminhar pelos caminhos das culturas tradicionais brasileiras ou afro-ameríndias, que foram se ramificando cada vez mais, mostrando os vários universos que existem em nosso país. Tive então o contato com mestras e mestres de diversos cantos do país, maracatu, congado, jongo, samba de coco, artesanato, agricultura e construções tradicionais, e fui aprendendo a valorizar a ancestralidade, a oralidade e o conhecimento obtido e criado através da experiência.

Conheci Mestre Lumumba em 2010 quando veio a São Carlos para orientar uma oficina de construção de paredes de pau-a-pique, no Ilê Omoloko, e depois disso tive a oportunidade de ver seu trabalho musical em algumas ocasiões. Em 2014 tive a oportunidade de conhecer o Ilê Omo Aiye, terreiro liderado por Ya Odokere em companhia de Mestre Lumumba, e foi assim que me inseri no Candomblé e no culto aos orixás. Por lá vi respeito aos mais velhos, construção de instrumentos, reflorestamento, produção de mudas, produção de alimentos, cuidado com o solo e com as águas. Com a noção de que tudo está interligado comecei a me perguntar como integrar os diferentes conhecimentos obtidos em locais e épocas diferentes, mas que a trajetória permitiu construir.

Portanto, da prática e vivência surge esta pesquisa, com o intuito de sistematizar parte do conhecimento existente. Este estudo busca compreender como comunidades de matriz africana, especificamente as comunidades de Candomblé, podem contribuir com a preservação de ecossistemas e o aumento de sua resiliência. Pretendemos expor como os saberes desta prática social promovem interações com meio ambiente e se constituem como uma cultura que se relaciona de maneira íntima com seu ecossistema. Não pretendemos definir ou apresentar uma única maneira de ver e compreender o Candomblé, já que esta cultura de matriz africana é múltipla e complexa em suas diversas maneiras de existir. Cada casa de Candomblé tem autonomia para construir seus rituais e cotidiano a partir das raízes de suas tradições, fundamentos e da orientação de suas lideranças.

Deste modo, a partir de uma experiência compartilhada no Ilê Axé Omo Ayê⁵, iremos dialogar sobre aspectos que envolvem os fundamentos do Candomblé que compõe uma “cultura botânica” (Conceição, 2008) ou também chamada de “cultura ecosófica” (Oliveira, 2006), observando sua história em São Luiz do Paraitinga, suas ações e como promove sua continuidade.

Para darmos início à compreensão do tema em questão, traremos algumas compreensões que fundamentam a construção e compreensão deste trabalho na seção de referencial teórico onde abordaremos uma discussão sobre diferentes visões de mundo, sobre a sustentabilidade como campo

⁵ Ilê Omo Aiye é o terreiro de candomblé onde a pesquisa se passou.

em disputa e sobre o conhecimento das comunidades tradicionais. Em seguida será apresentada a metodologia usada para este trabalho e posteriormente as discussões acerca dos resultados obtidos.

Vale ressaltar que esta pesquisa é realizada dentro do Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais, que prevê o encontro de conhecimentos de diferentes matrizes nas Ciências Ambientais. Deste modo, buscamos contribuir com as discussões e ações acerca de práticas que possam valorizar, reconhecer, dialogar com diferentes visões de mundo e encontrar caminhos para a manutenção da vida.

2. OBJETIVO:

Esta pesquisa tem como objetivo promover o debate com a intenção de apresentar diferentes perspectivas para promoção de mudanças culturais na relação ser humano – meio ambiente, a partir das contribuições do Candomblé e sua cosmovisão, para a conservação da biodiversidade. Desta forma, esta pesquisa objetivou evidenciar os conhecimentos sobre plantas, seus usos e como tais conhecimentos influenciam em suas práticas sociais, valores e princípios pautados pela oralidade, ancestralidade e corporeidade.

2.1. OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

Dentro dos objetivos específicos podemos destacar:

-Relatar a experiência do Ilê Omo Aiye ao longo das últimas 4 décadas, a partir da perspectiva de suas lideranças na manutenção de suas tradições, na estruturação da comunidade e reflorestamento de seu território;

-Contribuir com o campo de pesquisas em Ciências Ambientais a partir de uma perspectiva interdisciplinar voltada para produção de conhecimentos que contribuam com a conservação ambiental a partir da perspectiva do Candomblé e sua cultura botânica.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

Historicamente o modo de exploração, ocupação e manejo de recursos naturais no Brasil ocorreu de maneira altamente predatória e no geral sem medir os impactos observados em nossos ecossistemas. O desmatamento, o super pastejo⁶, a monocultura e a exploração intensa da vegetação são tidos como principais responsáveis pela degradação de solos (RODRIGUES et al., 2012). Essa situação é decorrente de como majoritariamente nossa sociedade se relaciona com o meio ambiente do qual faz parte. É resultado da dominância das terras na posse de grandes proprietários envolvidos com o modelo ruralista do agronegócio e das grandes mineradoras, que são as atividades que mais degradam ecossistemas em nosso país. É decorrência de elementos culturais e sociais arraigados na composição do comportamento de nosso povo, carregando elementos da herança colonialista existente no Brasil.

Mas o que foi a colonização? A história oficial conta sobre o descobrimento da vasta terra que veio a se chamar de Brasil. Os europeus chegaram e encontraram um território com belíssimas e ricas paisagens. Enxergaram grande possibilidade de explorar diversos recursos neste pedaço de terra, onde encontraram pessoas de várias nações indígenas (KRENAK, 2019)⁷.

Como projeto de morte, a colonização elegeu sua cultura como um único saber possível. A ideia de uma única maneira de saber se sustenta na propagação da morte de outras perspectivas de mundo, por isso, não podemos perder de vista que

A interdição de outras perspectivas de mundo em favor da normatização de um modo canônico produziu mentalidades blindadas pelo colonialismo. Essas mentalidades permaneceram mantenedoras e reprodutoras de uma toada de negação à diversidade. Dessa forma, destacamos que reduzir a complexidade das cosmovisões negro-africanas e indígenas aos limites do pensamento ocidental e dos seus regimes de verdade é o mesmo que enclausurar o diabo na garrafa. O pensamento moderno pactuou com esse feito. A construção do cânone ocidental alçou a sua edificação em detrimento da subalternização de uma infinidade de outros conhecimentos assentados em outras lógicas e racionalidades. A pretensão de grandeza do cânone, na busca por ser o único modo de saber possível, provocou o dismantelamento cognitivo, o desarranjo das memórias, o trauma físico, simbólico e a perda da potência de milhares de mulheres e homens que tiveram como única opção o enquadramento na norma. Porém, em meio a essas travessias sempre existiram encruzilhadas para serem praticadas (SIMAS; RUFINO, 2018, p. 21).

6 Caracteriza-se pelo pastejo intensivo e freqüente das pastagens, acarretando danos à vegetação, com possíveis perdas de espécies forrageiras valiosas. É o pastejo numa intensidade acima da capacidade de suporte da pastagem.

7 Krenak nos chama a atenção para o fato de que dentro da compreensão indígena, os grupos se reconhecem enquanto nações que carregam suas tradições particulares e características específicas que os diferem, como por exemplo as línguas

Ao dizerem isso, Simas e Rufino (2018) nos mostram o epistemicídio praticado pelo colonialismo. Ao pensarmos sobre como a história nos é contada, podemos perceber que existe uma visão de mundo forjada no colonialismo que é perpetuada ainda nos dias de hoje, pois se já havia gente por aqui, como é que podemos afirmar que esta terra foi descoberta, ou que as pessoas aqui não eram civilizadas? Desde então esta falácia eurocentrada fundamenta nossas histórias e compreensões de mundo e se perpetua em todas as nossas áreas de conhecimento.

Desde o momento em que entramos em contato com as histórias escritas nos livros didáticos, aprendemos uma história que desvaloriza, desumaniza e desqualifica as nações indígenas e os povos africanos, aqui escravizados. Outro ponto fundamental para compreendermos de maneira crítica as nossas histórias, se trata de problematizarmos a escravidão como pilar do projeto colonial. Somos um povo colonizado. Então nossas histórias, culturas e preferências se baseiam sistematicamente em visões de mundo que nos impõe a cultura branca eurocentrada. Isso se mostra inclusive em como a economia mundial está organizada, em que existem países industrializados e países exportadores de matérias-primas.

A divisão mundial entre norte rico e sul pobre, representa um cenário onde, na economia globalizada, países do hemisfério Sul seguem em sua maioria desenvolvendo atividades de mineração e atividades agrícolas com viés à exportação de commodities para abastecer países industrializados. Desta forma países do sul assumem os impactos ambientais e sociais gerados por esta relação. Somado a isso, o histórico brasileiro de concentração de terras, grandes propriedades, modelos pecuaristas extensivos e o apego às monoculturas promovem avanços das fronteiras agrícolas, causando o desmatamento, o uso indiscriminado de agrotóxicos nas monoculturas e poluição de águas e terras por efluentes resultantes das atividades mineradoras, sustentando assim o modelo capitalista globalizado. A pressão humana sobre a natureza é tamanha que os impactos deixaram de ser apenas notados localmente e compõe um cenário de transformações ambientais em nível global, o que tem provocado discussão sobre a manutenção do sistema vigente e o risco à continuidade da própria espécie humana.

A ambientalização dos debates políticos e econômicos internacionais têm acontecido há décadas e é enxergada como importante e necessária. Porém, por enquanto essa ambientalização não tem provocado grandes mudanças nos rumos da economia mundial, mantendo a hegemonia de uns sobre outros, e principalmente mantendo a visão hegemônica de distanciamento entre ser humano e natureza.

O ambientalismo cresceu e se expandiu como uma reação às consequências trazidas pelo crescimento econômico, mas nem todos pensam de modo semelhante, o que não significa que todos os ambientalistas se opõem ao crescimento econômico; na realidade alguns até o apoiam (MARTINEZ ALIER 2011).

Joan Martinez Alier (2011) discorre sobre o movimento ambientalista e o distingue em três principais correntes que surgiram em diferentes momentos e que enxergam de diferentes maneiras a relação ser humano e natureza: o “culto ao silvestre”, o “evangelho da ecoeficiência” e “o ecologismo dos pobres”.

O culto ao silvestre (MARTINEZ ALIER, 2011), surgiu no início do século XIX nos Estados Unidos da América inspirado pelo romantismo europeu que valorizava o selvagem como símbolo de um paraíso perdido (DIEGUES, 2001). O culto ao silvestre não ataca o crescimento econômico, mas visa resguardar o que ainda resta de natureza preservada de forma sagrada e a aborda em um viés conservacionista. A principal proposta política dessa corrente consiste em manter reservas naturais e criação de parques sem nenhuma presença humana (MARTINEZ ALIER, 2011), reservas de biodiversidade “consideradas como “ilhas” de grande beleza e valor estético que conduziam o ser humano à meditação das maravilhas da natureza intocada.”(DIEGUES, 2001, p. 24)

O evangelho da ecoeficiência, é como Martinez Alier chama a corrente surgida entre pensadores europeus e norte americanos do século XIX e XX, que defende o desenvolvimento sustentável resultante de um desenvolvimento tecnológico aliado ao crescimento econômico, preocupa-se com a economia em sua totalidade e enxerga os elementos naturais como recursos naturais ou capital natural. Na busca por formas mais eficientes de produção e a mitigação de impactos, difunde a crença de que a tecnologia possibilitará maneiras de usufruir do padrão de vida moderno sem causar maiores problemas ambientais. Seus defensores também creem que dispositivos como impostos e o mercado de emissões também contribuem para redução de impactos ambientais.(MARTINEZ ALIER, 2011)

O ecologismo dos pobres, ecologismo popular ou movimento de justiça ambiental, surge em meados do século XX a partir de diferentes movimentos espalhados pelo mundo, resultado de pressões que populações mais pobres têm sofrido por conta da contaminação ou perda de seus territórios. O ecologismo dos pobre defende que o crescimento econômico invariavelmente causará impactos ambientais visto que as demandas dos países desenvolvidos por matérias-primas e bens de consumo tende a aumentar. Defende também que os impactos ambientais atingem de forma desproporcional

certos grupos populacionais e que as fronteiras econômicas de exploração de matérias-primas e do agronegócio seguem em crescimento em busca de novos territórios. Esta corrente tem um interesse na busca de justiça ambiental para as populações pobres, e defende que grupos indígenas e camponeses têm co-existido de forma sustentável com a natureza e têm assegurado a conservação da biodiversidade (MARTINEZ ALIER, 2011).

O movimento pela justiça ambiental tem fornecido exemplos de ciência participativa, como os que respondem pela denominação de "epidemiologia popular". No Terceiro Mundo, a combinação da ciência formal com a informal, a concepção de "ciência com pessoas", antes que uma "ciência sem as pessoas", caracteriza a defesa da agroecologia tradicional de grupos camponeses e indígenas, com os quais há muito o que ser aprendido através de um autêntico diálogo de saberes (MARTINEZ ALIER, 2011, p. 36).

Afirma-se então a necessidade de transformações estruturais no sistema econômico-produtivo-cultural e entende-se que isso apenas acontecerá se o ser humano reaprender a conviver com o meio ambiente, ao invés de apenas objetivar a natureza.

As ciências sociais contemporâneas discutem como as relações de poder sofreram mudanças nas sociedades atuais (AUBERT et al., 2016). Relações de poder baseadas na autoridade passam por processo de perda de legitimidade, estão sendo questionadas, enquanto grupos e pessoas reivindicam o aumento do diálogo nas tomadas de decisões que afetam suas vidas.

Para descrever a crescente demanda pela centralidade do diálogo em todos os âmbitos: política internacional, trabalho, escola, gestão e trabalho doméstico, administração e políticas públicas, questões ambientais, se fala no giro dialógico (AUBERT et al., 2016). Isso acontece em decorrência das transformações sociais provocadas por diversos fatores, como avanços tecnológicos na produção, distribuição e acesso à informação, demanda por transparência e maior facilidade no contato com outras realidades a partir das redes de internet, televisão, entre outras.

Essa tendência dialógica de nossas sociedades também tem impacto em como se cria o conhecimento científico. Na atual sociedade da informação, é por meio do diálogo com as pessoas "não especialistas" que se torna possível desenvolver teorias mais inclusivas e científicas. Não há especialistas que possuam todo o conhecimento social e cultural necessário para elaborar propostas eficazes para todas as pessoas. Todos e todas podemos contribuir com argumentos baseados em nossas diferentes experiências e recursos culturais (AUBERT et al., 2016, pg. 29).

Portanto, se queremos encontrar caminhos em busca de justiça ambiental, é necessário fomentar o diálogo entre os diversos conhecimentos produzidos sem hierarquizá-los por conta de sua origem, mas promovendo uma ciência com as pessoas, aproveitando dos fundamentos científicos juntamente com os conhecimentos daqueles que têm mais obtido sucesso em manter sua forma de conviver em sintonia com o meio ambiente, as comunidades tradicionais.

Um dos fundamentos dos movimentos ambientalistas é o campo de pesquisa da Ecologia. O termo vem do grego Oikos (casa) e logos (estudo), definido é a ciência que estuda a inter-relação dos seres com os lugares onde vivem. A Ecologia busca compreender o funcionamento dos equilíbrios dinâmicos envolvidos nestas relações, olhando o meio ambiente como um todo, estuda os laços que unem os seres vivos com seu ambiente, as inter-relações recíprocas e cíclicas entre si e o ambiente, que é seu meio vital (ODUM, 2001; PRIMAVESI, 2016), representando “o estudo científico da abundância e distribuição dos organismos em relação a outros organismos e às condições ambientais”(RICLEFS; RELYEA, 2016, pg. 4).

O ecossistema é a unidade básica da ecologia, que inclui a comunidade de organismos vivos em determinada área em interação com o ambiente físico, de modo que a partir de uma diversidade biológica se relaciona em estrutura trófica (teia alimentar), promovendo a ciclagem de materiais e nutrientes, bem como um fluxo de energia. O ecossistema é tido como um microcosmos, uma parte em menor escala conectada ao que chamamos de biosfera, toda a esfera que assegura a vida, o macrocosmos, o planeta Terra (ODUM, 2001) Em outras palavras Riclefs e Relyea (2016) a chamam de a economia da natureza, que investiga todas e quaisquer relações de um animal ou outro ser vivo com seu ambiente orgânico e seu ambiente inorgânico, sejam elas amigáveis ou não com os elementos que entram em contato direta ou indiretamente.

Em escalas diferentes, pensando da parte para o todo, dentro de um ecossistema um determinado ser vivo somente existe porque todo o sistema existe. O corpo humano é um sistema, um organismo, este só é vivo pois as partes estão conectadas (CAPRA, 1996). Diferentes células com funções diferentes compõe diferentes tecidos, que por sua vez compõem órgãos, que formam um organismo. Um coração sozinho não tem vida, um braço sozinho não tem vida, são as partes juntas em funcionamento, que possibilitam que o todo esteja funcionando. Da mesma forma, se olharmos para o ser humano como parte de um sistema maior, ele compõe um sistema onde diferentes seres vivos têm funções distintas e possuem relações, promovendo os ciclos de nutrientes e de energia. A partir do Sol

como fonte primordial de energia, os seres autótrofos, chamados de produtores, transformam a energia eletromagnética e nutrientes minerais em energia química. Herbívoros se alimentam dos produtores, carnívoros se alimentam de seres herbívoros, e todos estes produzem dejetos e tem vida temporária, sendo reciclados por seres decompositores, que retornam a matéria orgânica complexa a moléculas mais simples e compostos minerais. Desta forma podemos entender que estamos todos conectados, fazendo parte de um grande organismo vivo, o que nos traz a noção de interdependência:

a dependência mútua de todos os processos vitais dos organismos - é a natureza de todas as relações ecológicas. O comportamento de cada membro vivo do ecossistema depende do comportamento de muitos outros. O sucesso da comunidade toda depende do sucesso de cada um de seus membros, enquanto que o sucesso de cada membro depende do sucesso da comunidade como um todo (CAPRA, 1996, p.232).

Caso ocorra uma alteração, uma das partes deixa de existir, e todo o sistema sente por estar conectado. Duas são as possibilidades de futuro, ou o sistema deixa de existir, ou o sistema se reorganiza retornando a um funcionamento que consiga se manter vivo. Essa flexibilidade, a capacidade de se reorganizar e se reestabelecer mediante uma pressão é conhecida como resiliência (MARZAL, 2007) Essa flexibilidade de um ecossistema é consequência de sua diversidade que possibilita vários caminhos de realimentar o sistema de volta a um equilíbrio (CAPRA, 1996).

Daqui buscamos então a noção de interdependência e a noção de resiliência, que serão importantes para o debate em relação a outras visões de mundo.

3.1. VISÕES DE MUNDO

Boaventura de Souza Santos (2003) nos orienta que para construir novas formas de fazer Ciência é necessário reconhecer outros modos de conhecimento alternativos à própria Ciência possibilitando uma Ciência multicultural, que relacione e coloque em diálogo diferentes saberes, conhecimentos diversos, locais e acadêmicos, se fortalecendo e alimentando mutuamente.

Se o Ocidente gestou formas de compreensão e de articulação de e com a natureza, cuja origem remonta apenas à do início da Revolução Industrial, na maior parte do mundo existem, de maneira paralela, outras modalidades de relação com a natureza que, originadas a vários milhares de anos, encontram-se ainda presentes no mundo contemporâneo Essas modalidades

de articulação com a natureza de estirpe pré-moderna, ou, se preferir, pré-industrial, encontram-se embebidas nas cerca de 7.000 culturas não-ocidentais (os povos indígenas) que ainda existem no início do novo milênio nas áreas rurais daquelas nações que, por resistência ou por marginalidade, conseguiram resistir ou evitar a expansão cultural e tecnológica do mundo industrial. Essa outra tradição intelectual do ser humano, cuja vigência, como conjunto de teoria e ação, frente ao universo natural passou despercebida até muito recentemente, não só é anterior à gerada pelo Ocidente como também remonta à própria origem da espécie humana e constitui, no conjunto, numa outra forma de aproximação ao mundo da natureza. Chegamos assim a uma conclusão determinante: que entre os seres humanos existem não uma, senão duas maneiras de se aproximar da natureza; que existem, digamos assim, não uma, senão duas “ecologias” (TOLEDO et al., 2009, p. 32-33).

Na busca de novas epistemologias ecológicas, como afirma Toledo *et al.* (2009), surgem estudos com a intenção de pesquisarem os sistemas locais de conhecimento e seus processos cognitivos, as etnociências (PRADO et al., 2015). A Etnoecologia compõe este campo e debruça sobre o conhecimento ecológico local (CEL) ou conhecimento ecológico tradicional (CET), pode ser definido como um conjunto de conhecimentos de uma população ou grupo sobre as condições ecológica de onde vivem em relação às espécies deste ambiente e suas implicações práticas (PRADO et al., 2015). O CET é “local, coletivo, diacrônico, sincrético, dinâmico e holístico” (TOLEDO et al., 2009), transmitido de geração em geração, não se limita a aspectos estruturais, mas reconhece ciclos, padrões e processos, suas relações com eventos naturais, e como podem ser usados pela comunidade e possuem íntima ligação com um sistema de crenças (TOLEDO et al., 2009).

Na posição de pesquisador, Antônio Bispo dos Santos, mestre de saberes tradicionais, educador e liderança quilombola do Piauí, nos apresenta uma série de ideias sobre o que ele chama de saberes orgânicos e saberes sintéticos. Segundo Santos (2019), saberes orgânicos são aqueles pensados a partir da cosmovisão com a noção de natureza como um todo, um saber circular baseado no conhecimento popular e sua relação com os diversos elementos que compõe o seu ambiente, transmitidos oralmente e comunitariamente. Já os saberes sintéticos são aqueles relacionados estritamente ao campo acadêmico, passados de forma escrita, muitas vezes exclusivos e pouco acessíveis, produzidos de forma compartimentada, muitas vezes apenas na teoria, ou seja, aquele que é somente teórico e não é produzido para ser aplicado em função da solução de problemas da comunidade. Esta colocação por mais dura que seja, não retira o mérito da ciência, pelo contrario, provoca a olhar como a ciência é feita. Defende que todas as ciências sejam integradoras e acessíveis. Portanto a crítica não é feita ao método, mas as fundamentações e intenções de quem faz ciência, e pelo modelo de sociedade que não garante o acesso de grande parte do povo ao estudo. Afinal, o que Antônio Bispo dos Santos diz é que é

necessário que o campo da produção científica seja ocupado pela diversidade de ideias para suprir as demandas mais basais das comunidades.

Em sua palestra realizada no II Seminário Epistemologias Subalternas e Comunicação em 14 de novembro de 2019 na UFRN⁸, o mestre, a partir de sua experiência, de sua vivência como quilombola, ele nos apresenta a visão do quilombola sobre o colonizador. Bispo compara um adestrador e um colonizador. “Para que o colonizador coloniza? Para submeter ao trabalho, para subjugar, para subalternizar. Para explorar. O adestrador também.” (SANTOS, 2019).

Como cresceu próximo a um rio, Antônio Bispo dos Santos (2019) disse que pensa como um rio, assim ele conta como buscou entender a “nascente” do colonialismo. Encontrou em uma Bula papal de 1455 em que o Papa Nicolau V autorizava o Rei de Portugal a “invadir, perseguir, capturar, derrotar e submeter todos os sarracenos e quaisquer pagãos e outros inimigos de Cristo onde quer que estejam seus reinos [...] e propriedades e reduzi-los à escravidão perpétua e tomar para si e seus sucessores seus reinos [...] e propriedades (Bula "Romanus Pontifex", Papa Nicolau V, 08 de janeiro de 1455).” (SANTOS, 2015, pg.16) Com essa leitura concluiu então que o Papa neste momento definiu quem podia colonizar e escravizar, e quem deveria ser colonizado e escravizado. Ou seja, como justificativa bastava ser pagão, aquele que adorava várias divindades ao invés de uma só. Bastava pensar diferente para ter seu território, posses e humanidade arrancadas. (SANTOS, 2015)

A partir destas ideias, podemos entender que a visão de mundo europeia baseia-se na distinção entre natureza e sociedade humana na qual a humanidade pode e deve utilizar os recursos naturais para suprir suas necessidades, como pressupunha Francis Bacon (século XXVII) ao dizer que relação entre natureza e sociedade é mecânica, o homem teria domínio sobre a natureza através da mecânica (apud OLIVEIRA, 2002). O pensamento antropocêntrico, pautado tanto na teologia quanto na ciência, partia da premissa repetida por vários pensadores em que,

O homem era o fim de todas as obras de Deus, declarava Jeremiah Burroughes, em 1657; "Ele fez os outros para o homem e o homem para si próprio". "Todas as coisas", concordava Richard Bentley em 1692, foram criadas "principalmente para o benefício e prazer do homem.". "Se procuramos as causas finais, o homem pode ser visto como o centro do mundo"(THOMAS, 1996, s/n).

⁸ Transcrição da palestra é encontrada no link <https://nossaciencia.com.br/colunas/saberes-organicos-e-saberes-sinteticos-um-olhar-quilombola-sobre-a-colonialismo/>, publicada em 2019, acessado em 5 de janeiro de 2020.

A partir da leitura de Antônio Bispo dos Santos (2015) compreendemos que o pensamento colonial nasce de uma cosmovisão baseada em valores individualistas, diferente da cosmovisão africana que compreende os seres humanos como seres de complementariedade, expressa pela palavra *Ubuntu* que significa “eu sou porque pertenço”, “eu sou por que nós somos”. Seu sentido exalta atributos como generosidade, compaixão e partilha. Na visão de mundo africana, somos seres de complementariedade, “somos criados para uma rede delicada de relacionamentos, de interdependência com os nossos companheiros seres humanos, com o restante da criação.” (TUTU, 2012, p. 42). Esta concepção de vida contraria portanto os sistemas coloniais capitalistas, que tem em suas bases o individualismo.

Sendo assim, para a construção da complementariedade é necessário que haja diálogo e uma comunicação justa entre os diversos seres, com a possibilidade de participação. A dialogicidade é então elemento importante na formação de saberes plurais, a partir da práxis, com palavras que geram ação e reflexão, assim então possibilitando a transformação do mundo (FREIRE, 1987). É a palavra verdadeira que possibilita o dialogo como fenômeno humano para atingirmos a complementariedade, sendo o poder de fala direito de todos e necessário também haver uma escuta ativa. É um ato de construção coletiva. “ Como posso dialogar, se parto de que a pronúncia do mundo é tarefa de homens seletos e que a presença das massas na história é sinal de sua deterioração que devo evitar?” (FREIRE,1987)

Portanto, se quisermos mudar o mundo para melhor, precisaremos ter humildade para escutar as diversas opiniões e nos posicionar propositivamente a partir de palavras verdadeiras na intenção de encontrar caminhos da real transformação.

Por isso a cosmovisão africana tem a nos ensinar, quando cultua seus ancestrais e também cultua suas crianças, nos mostrando a importância de cada parte da comunidade e que a parte só existe pois ela compõe o todo, *Ubuntu*. A roda é um grande exemplo fazendo parte dos festejos, cerimônias religiosas, reuniões. Posicionar-se de forma circular, possibilita que todos ocupem a mesma posição, todos podem se ver e serem vistos. O círculo é onde ninguém é mais que ninguém.

Já a visão de mundo eurocêntrica, diferentemente, buscava hegemonia e se impunha pelas invasões e processos colonizadores pautados no antropocentrismo e no sentimento de superioridade perante os demais povos de diferentes crenças e culturas.

Para se ter ideia, na Inglaterra do século XVI a cidade era por muitos considerada sinônimo de civilidade enquanto o espaço rural era rústico e rude (THOMAS, 2010). Condições culturais e políticas na Europa possibilitaram um processo de crescimento econômico que levou à Revolução Industrial no século XVIII, com base em uma dinâmica inédita de inovações institucionais, organizacionais e tecnológicas. O capitalismo apareceu na Europa como uma inovação institucional, como resultado de uma ordem cultural e político-social que evoluiu de tal modo que estimulou a introdução contínua de inovações de todos os tipos (ROMEIRO, 2016).

Enquanto a Europa se desenvolvia industrialmente, a exploração ambiental já era uma prática consolidada em seus territórios e por onde passavam colonizando. Territórios que foram sendo dominados por diversos países europeus, as colônias, eram usurpadas no que tange aos recursos naturais e populações originais. No caso do Brasil, é bastante conhecido que desde seu “descobrimento” em 1500 iniciou-se a exploração de madeira, especialmente do pau-brasil, e posteriormente dos solos com mineração e monoculturas. Essa lógica permaneceu ao longo dos séculos, com os colonizadores mantendo a prática de exploração dos recursos naturais para movimentar a economia e satisfazer as necessidades e vontades de elites que dominaram os mercados, desterritorializando e escravizando os povos invadidos e dominados.

Ailton Krenak, liderança indígena, deixa claro o posicionamento contrário dos povos originários a esta prática exploratória que serve a uma lógica de vida fundamentada na posse e na destruição:

(...) os povos do Caribe, da América Central, da Guatemala, dos Andes e do resto da América do Sul tinham convicção do equívoco que era a civilização. Eles não se renderam porque o programa proposto era um erro: “A gente não quer essa roubada”. E os caras: “Não, toma essa roubada. Toma a Bíblia, toma a cruz, toma o colégio, toma a universidade, toma a estrada, toma a ferrovia, toma a mineradora, toma a porrada”. Ao que os povos responderam: “O que é isso? Que programa esquisito! Não tem outro, não?” (KRENAK, 2019, pg. 14).

A partir da crítica que Krenak (2019) faz inspirado em Galeano, percebemos que a civilização como é compreendida e praticada é vista como um equívoco para os povos originários, pois o projeto colonizador de civilização assimila e impõe uma única maneira de existir, exige a existência de uma única visão de mundo em detrimento de muitas outras. Vivemos um período em que discute-se a

escassez de recursos ambientais, a enorme poluição causada por bens de consumo e seus resíduos, produtos químicos tóxicos e sobre o modo de vida instaurado em um mundo que vem sendo explorado.

Quantos são os rios praticamente mortos, muitas vezes tamponados e usados como esgoto, espalhados por todo o Brasil? Depois de Mariana e Brumadinho⁹, será necessária outra catástrofe para perceber que realmente estamos vivendo um “equivoco”? Se faz necessário entender as causas dos problemas ambientais que estamos vivendo há séculos.

Segundo o estudo “ Identificação, mapeamento e quantificação das áreas urbanas do Brasil” da Embrapa Gestão Territorial (2017), atualmente a maior parte da população humana mora nas cidades, praticamente em todas partes do mundo, o que se deve à concentração de um conjunto significativo de serviços públicos e privados, vagas de trabalho na indústria, espaços de trocas comerciais e prestação de serviços, gerando também a acumulação de capital e intercâmbio cultural. Soma-se aos fatores a mecanização e automação no campo promovido pelas monoculturas e o acúmulo de terras nas mãos de grandes proprietários, que promove o êxodo rural diante da redução de postos de trabalho no campo e na busca por melhores condições de vida.

A exemplo no Brasil e sua dinâmica demográfica na segunda metade do século XX, houve grande inversão em sua ocupação territorial.

Segundo dados dos Censos Demográficos realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)¹⁰, no ano de 1950 o Brasil apresentava o total de 51,9 milhões de pessoas, sendo que 32,2% viviam em áreas urbanas e 63,2% em áreas rurais. Já no ano de 2010, o país registrou a soma de 190,7 milhões de pessoas, com 84,3% da população em áreas urbanas e 15,6% em áreas classificadas como rurais. Essa rápida e intensa transformação no processo de configuração territorial do Brasil exigiu uma reorientação nas políticas públicas e fez emergir novas pautas prioritárias para o desenvolvimento do país (EMBRAPA, 2017, pg.1).

O mesmo estudo identificou que as áreas urbanas no Brasil ocupam 0,63% do território nacional, ou seja, em menos de 1% da área total do território brasileiro, estima-se que vivam 84,3% da população brasileira, em torno de 160 milhões¹¹ de pessoas. (EMBRAPA, 2017)

9 Mariana e Brumadinho são cidades onde ocorreram, em 2015 e 2019 respectivamente, dois eventos de grande destruição ambiental por conta do rompimento de barragens de rejeitos da mineração, provocando mortes de pessoas e significativos impactos em grandes rios.

10 IBGE. Base de Informações do Censo Demográfico 2010: resultados do Universo por setor censitário. Rio de Janeiro: MPOG, 2011.

11 Os dados são do censo de 2010, visto que o censo de 2020 foi adiado por conta da pandemia de Covid-19, portanto este número tende a ser maior

Por mais que esta tendência permaneça neste sentido, isso não quer dizer que toda a população está bem acolhida ou tenha acesso às condições dignas de moradia e saneamento básico, nem que as cidades estejam preparadas para lidar com a gestão ambiental que esta população demanda. As cidades que já foram símbolo de proteção e cuidado à população (THOMAS, 1996), com o grande aumento populacional e os impactos da industrialização sofrem uma curiosa inversão de valores, “nossas cidades estão rapidamente se transformando de refúgio dos perigos na principal fonte destes.” (BAUMAN, 2007, p. 97) Nesse caso destacam-se rios poluídos pela enorme geração de efluentes industriais e domésticos, enorme geração de resíduos sólidos com disposição final irregular, aumento da criminalidade por conta da desigualdade social.

Podemos afirmar que a quantidade de energia e recursos naturais consumidos segue aumentando, o que causa grande degradação ambiental, afetando muitas funções importantes que os ambientes naturais proporcionam aos humanos (RICLEFS; RELYEA, 2016). Em todo o planeta a população já ultrapassa a marca de 7,7 bilhões de pessoas e estima-se que em 2050 atinja a marca de 9,7 bilhões (ONU, 2019). Ou seja, dentro de perspectiva onde a vida humana destrói habitats para produzir monoculturas, que simplificam e envenenam territórios, coleta e vende plantas para uso ornamental, insere espécies exóticas em outros ecossistemas por conta da padronização do mercado podendo causar grandes impactos sobre espécies nativas, gera uma enorme quantidade de resíduos sólidos a qual não consegue tratar nem dar uma destinação final adequada, sem contar habitação, indústria, mineração, entre outros, a tendência é o problema se agravar (RICLEFS; RELYEA, 2016).

Segundo Ulrich Beck (2010) vivemos em uma sociedade de risco e uma auto ameaça desencadeada pela modernização. A natureza que foi explorada e transformada para suprir a demanda humana e suprimir riscos que o ambiente trazia a sociedade, hoje deixa de ser fonte dos problemas com animais selvagens e pouca disponibilidade de serviços, quando tornam-se conhecidos os efeitos negativos que o próprio desenvolvimento técnico humano causa. O processo de modernização converte a si mesmo em tema e problema para a continuidade da espécie humana.

Fica bastante clara a necessária mudança de rumo de maneira estrutural na sociedade global, e para isso é necessário haver empatia para que cada ser humano se coloque no lugar dos demais, humildade para reconhecer os erros que seguem acontecendo e para buscar dialogar com o conhecimento e os valores daqueles que historicamente conviveram com a natureza sem prejudicá-la, a fim de reduzir as desigualdades sociais e e o impacto humano no planeta.

3.2. SUSTENTABILIDADE COMO CAMPO EM DISPUTA

A partir da década de 60 um movimento ecologista se contrapõe a sociedade tecnológico-industrial, e se pauta no antimilitarismo, na garantia de direitos para as minorias, difundido através de um movimento de contracultura (DIEGUES, 2001). O livro de Rachel Carson (1969), Primavera Silenciosa, tornou-se símbolo ao denunciar o descontrole de uso de produtos químicos nas lavouras. A preocupação ambiental passou a crescer e a década de 70 foi marcada por debates políticos e científicos com uma polarização entre o crescimento econômico e a preservação ambiental.

Em 1972 o Clube de Roma publicou o documento "*The Limits of Growth*" [Os limites do Crescimento] alertando sobre problemas vinculados à energia, saneamento, poluição, saúde, ambiente e crescimento populacional, e que seria necessário rever o modelo econômico olhando para um limite no crescimento.

Em 1982 originou-se a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento da ONU. Em 1987 a Comissão lançou o Relatório "Nosso Futuro Comum" também chamado de Relatório Brundtland determinando a necessidade de uma conferência global que buscasse soluções para a relação com o meio ambiente, e que se tornou marco da utilização da expressão "Desenvolvimento Sustentável". "O desenvolvimento sustentável é o desenvolvimento que encontra as necessidades atuais sem comprometer a habilidade das futuras gerações de atender suas próprias necessidades" (BRUNDTLAND, 1991).

Em 1992 como resultado ocorreu no Rio de Janeiro a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento ou "Rio-92", abordando a questão ambiental publicamente como nunca antes feito, resultando na publicação de documentos que demonstram as preocupações dos povos do planeta com o meio ambiente. Destaque para o lançamento da Agenda 21 com função de auxiliar processos de planejamento participativo que analisam o cenário de uma nação, um estado, uma região ou um município, possibilitando o planejamento de formas sustentáveis (POTT, 2017), e a Carta da Terra que se iniciou na Rio 92 e ao longo de oito anos reuniu a participação da sociedade civil de diversos países em torno da construção de um texto que traz valores e princípios a serem compartilhados com a capacidade de as sociedades a combater o sério risco ambiental que ameaça o planeta e a humanidade. (BOFF, 2017)

Tais acordos internacionais surtiram efeitos ao redor do mundo, potencializando o discurso ambientalista na busca por uma sociedade mais sustentável e fomentaram o desenvolvimento de políticas públicas e legislações.

Assim a palavra sustentabilidade se tornou muito utilizada nos mais diversos setores da sociedade, o que por um lado ajudou a difundir a preocupação por um meio ambiente saudável e a regulamentar setores poluidores e impactantes, mas também passou a ser utilizada como estratégia de marketing por indústrias e empreendimentos como forma de aquisição de credibilidade em cima de alterações muitas vezes fúteis, que no fim não promovem grandes transformações. Portanto a sustentabilidade é um campo que sofre uma disputa entre discurso e prática, entre aqueles que desejam promover avanços e transformações estruturais ou aqueles que almejam apenas melhorar sua imagem perante o público.

Existem também aqueles que querem promover alterações reais em prol do meio ambiente e das diversas humanidades e entendem que não devam disputar este campo construído a partir de um olhar ocidental, mas construir outras ideias a partir da lógica dos povos nativos e tradicionais.

Ailton Krenak (2019) se posiciona de forma descrente sobre a pouca efetividade que tais conferências tem mostrado. E ele entende que as previsões de um desenvolvimento sustentável não se tratam de uma mudança estrutural. Se a sociedade segue em um modelo capitalista com a visão de redução de danos, o desenvolvimento sustentável, na visão de Krenak, é apenas uma proposta para adiar o fim do mundo.

Para complementar a crítica de Krenak (2019), Antonio Bispo dos Santos (2015) nos apresenta o distanciamento que existe entre o desenvolvimento sustentável e o que ele chama de biointeração. Para isto ele usa o exemplo de comparação entre processos de reciclagem e processos de reedição da natureza.

A partir do cenário de uso indiscriminado de recursos naturais não renováveis para a manufatura de produtos sintéticos como algo inquestionável, surge o tripé reduzir, reutilizar e reciclar. A garrafa PET por exemplo, depois de consumida é recomendado seu uso para guardar outros produtos, até a confecção de artesanatos, ou então será processada para se tornar um novo objeto sintético. Ou seja, finalidades não planejadas em seu processo de produção (SANTOS,2015). Mas o ritmo e volume da produção e do consumo necessário de garrafas PET para manter o mercado aquecido, tornam

inviável que o sistema reabsorva todo o material, afinal, o Plano Nacional de Resíduos Sólidos não está em funcionamento como previsto na Lei 12.305/2010.

Portanto se uma garrafa PET leva séculos para se decompor, mas não se pode abrir mão de seu consumo para manutenção do desenvolvimento, o que gera enorme quantidade de resíduos sólidos, e seu reuso e reciclagem são limitados a gerar outro resíduo de PET, temos um problema sério nas mãos, onde o que não é reabsorvido polui solos, rios e mares. Não se consegue gerar um produto orgânico, ou biodegradável a partir do PET, “ou seja uma vez PET, sempre PET.”(SANTOS,2015).

Já na lógica da Biointeração (SANTOS, 2015) ele propõe a tríade extrair, utilizar e reeditar. Seu exemplo parte da pescaria como ocorre em sua comunidade. Antes de ir pescar retira-se a palha de palmeiras como a carnaúba, tucum, babaçu, buriti, a fim de tecer o cofo, tipo de cesto, onde será transportado o produto da pesca. Quando este cofo perde sua utilidade, pode ser utilizado de outras maneiras, mas pode também ser apenas descartado diretamente na natureza, onde entrará rapidamente em composição, e servirá de alimento para a fauna do solo, e assim possivelmente para a própria palmeira de onde a palha saiu, em um processo natural e orgânico que ele chamou de reedição

Nesse sentido, ressaltamos a importância de biointeragirmos com todos os elementos do universo de forma integrada, a ponto de superarmos os processos expropriatórios do desenvolvimentismo colonizador e o caráter falacioso dos processos de sintetização e reciclagem do desenvolvimentismo (in)sustentável, pelo processo de reedição dos recursos naturais pela lógica da biointeração (SANTOS, 2015, pg.100).

Encontramos então na comparação destes pensamentos uma diferença de lógica, o desenvolvimento sustentável pautado na economia global capitalista com objetivo de minimizar os danos causados pelo sistema sócio econômico, enquanto a biointeração se pauta na vivência das comunidades em confluência com seu habitat. Esta comparação traz à tona a problemática causada por um sistema pautado no lucro e na propriedade privada, que priva boa parte da população a ter acesso à terra, a interagir com a natureza, com o ecossistema onde vive, e de pensar e desenvolver sua economia a partir de um outro paradigma, de uma outra lógica que costuma ser aplicada por comunidades tradicionais e seus conhecimentos ancestrais.

3.3. COMUNIDADES TRADICIONAIS

No Brasil existe grande diversidade de comunidades que carregam conhecimentos tradicionais e que construíram a cultura nacional por toda extensão de seu território. Exemplos destas comunidades são povos indígenas, povos quilombolas, povos caiçaras e povos ribeirinhos

Segundo a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais de 2007, Comunidades Tradicionais são definidas como:

grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (Brasil, Decreto 6.040/2007, art. 3º, § 1º).

Cada grupo com suas singularidades relacionadas aos modos de vida, mas com a semelhança de carregarem saberes tradicionais construídos ao longo de séculos.

As comunidades de Candomblé se fundamentam na ancestralidade. É também dos ancestrais que se recebe a força vital, e aqueles que se conectam ao ciclo ancestral dinamizam sua força. Entende-se que a força vital é portanto uma construção coletiva, fundamentada por organizações tradicionais, que se atualizam com finalidade de garantir sua continuidade (OLIVEIRA, 2006).

Com efeito, a produção do conhecimento, a obediência à norma da ancestralidade (respeita os idosos), a vivência do princípio político por excelência: garantir o bem de todos e de cada um (trabalhar para o progresso da família e da comunidade), e a integração com o meio ambiente são pilares fundamentais da educação africana e afrodescendente todo esforço social africano está voltado para o bem estar da comunidade (OLIVEIRA, 2007 p. 275).

O povo de santo, como se autodenominam as pessoas que praticam o Candomblé, também se fundamentam na natureza, tendo como pilar a conexão com elementos naturais tidos como manifestação dos ancestrais, e que para manutenção de seus hábitos e rituais dependem de água limpa, de diversas espécies de plantas e alimentos, “é a indistinção entre sujeito e natureza como dimensão imanente de vida” (ALCHORNE, CUNHA, 2017). No Candomblé cultuam-se entidades espirituais, os

Orixás, que representam elementos e fenômenos naturais, como por exemplo o Orixá Xangô, o orixá da justiça, que possui elo com o fogo e o trovão; Oxúm, que representa os princípios femininos, os rios, a água doce e a fertilidade (LUZ, 2013). “Orixá é a proteção do princípio fundamental que é a diversidade (...) é vento, folha, raio, trovão, árvore, terra, água. Todo um círculo de elementos naturais que, integrados, movimentam a vida” (OLIVEIRA, 2006). São divindades originárias de diferentes povos africanos reunidas em um panteão, que mantém uma estrutura mítica semelhante nos cultos africanos.

O Candomblé é uma cultura criada em solo brasileiro, reúne saberes, visões de mundo e de se relacionar de diferentes povos trazidos da África a partir do século XVI, tendo como maiores representantes as etnias Banto, Nagô e Jeje (VERGER, 1981; DOS SANTOS, 1988; BASTIDE, 2001; GOMBERG, 2011; OLIVEIRA, 2006). Daí surgiram diferentes modelos ritualísticos, chamados de nações de Candomblé, que se distinguem a partir de traços dos rituais como diferentes maneiras de se tocar os tambores (com as mãos ou com varetas), em diferentes ritmos, no uso de diferentes idiomas nos cânticos, por diferenças nas vestimentas, pelos nomes das divindades. (BASTIDE, 2001; SOUSA JUNIOR, 2011). Se com esta união de saberes e tradições foi deixada pra trás uma formação social em torno de clãs, não se abdicou da estrutura familiar a partir de um comunitarismo. O conceito de família de santo possibilitou que mulheres e homens conseguissem preservar “rituais de iniciação, “o espaço mato” de vital importância para os terreiros, rios, uma língua ritual, cantigas, palavras de encantamento, uma culinária ritual, dentre outros elementos.”(SOUSA JUNIOR, 2011).

É importante ressaltar que apesar da população brasileira ser composta em 54,9% por negros e pardos (IBGE, 2017), até os dias de hoje estas pessoas sofrem com a discriminação racial e cultural e são perseguidas por serem afrodescendentes ou por praticarem atividades religiosas diferentes da cultura eurocêntrica. Por séculos homens e mulheres lutam para desconstruir preconceitos e para que suas culturas deixem de ser vistas como exóticas. (LUZ, 2013; ALCHORNE E CUNHA, 2017).

O povo negro, que foi forçado a atravessar o oceano para ser escravizado nas colônias, seguiu sendo perseguido através de um processo de etnocídio (LUZ, 2013). Tanto as empresas coloniais os sequestraram de seu território natal pelo tráfico negreiro, quanto eram forçados a deixar sua cultura e absorver a cultura do colonizador através da catequização proporcionada pela Igreja Católica.

Em Alchorne e Cunha (2017) novamente é levantada a problemática da inserção cultural através do desenvolvimento capitalista e da modernidade. As culturas são dinâmicas, especialmente

quando existem relações transculturais, fomentando trocas que levam às aquisições, perdas e inovações culturais. E com este olhar é possível perceber como os povos de terreiro souberam reinventar seus cultos e organização social para seguir com hábitos e práticas religiosas e políticas.

Um dos principais fatores que influenciaram este processo de adaptação é a urbanização. Sabe-se que não existiram políticas sociais habitacionais ou de reforma agrária destinada aos negros libertos após a Lei Áurea. Constatou-se que a abolição da escravatura não possibilitou a cidadania aos negros libertos e seus descendentes, que seguiram segregados econômica e socialmente. Contemporaneamente são várias as situações que comprovam a manutenção da discriminação étnica em relação aos negros, que permanecem na base da pirâmide social e seguem recebendo salários menores que os brancos, sem terem muitas chances de ascenderem socialmente (CAVALLEIRO, 2000).

Após tanta perseguição e opressão ao povo negro e indígena, a existência das religiões de matriz africana entre outras instituições negras comprovam a resistência deste povo e desta cultura, que mantém elementos ecológicos, integradores, inclusivos e que se preocupam com a emancipação humana (OLIVEIRA, 2006).

E é por isso que se evidencia a importância de reconhecimento dos saberes populares, seja do povo negro, seja dos demais povos originários do Brasil, contrapondo aquela bula papal citada anteriormente por Antônio Bispo dos Santos (2015). Buscamos aqui compreender o que a cultura e os pensamentos daqueles que foram subjugados pela colonização nos trazem hoje para tentarmos traçar novos rumos e mudar o destino de nosso mundo. Valorizar a memória daqueles que foram obrigados a cruzar o Atlântico e compreender outras formas de enxergar e de se relacionar com o mundo, daqueles que permanecem vivos por meio das culturas da diáspora como o Candomblé.

Sendo assim, existe a necessidade de se estimular o registro das experiências históricas e contemporâneas dos terreiros. Conhecer e valorizar estas experiências pode nos ajudar a compreender como podemos exercitar ações para a conservação da biodiversidade a partir de uma perspectiva de recuperação e convivência com espaços naturais, visando à difusão de conhecimentos para a construção de outras epistemologias. Por isso é objetivo desta pesquisa observar como a cosmovisão africana pode contribuir com a conservação de nossos ecossistemas e pode nos ajudar na mudança deste paradigma de escassez para um paradigma da abundância.

4. METODOLOGIA

4.1. CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

São Luiz do Paraitinga está localizada na Serra do Mar, no Alto Vale do Rio Paraíba do Sul (Figura 1), cruzada pela rodovia Oswaldo Cruz e possui população estimada de 10.687 pessoas (IBGE, 2019) com predominância rural. Parte de seu território compõe o Núcleo Santa Virgínia (NSV), do Parque Estadual da Serra do Mar. Com área de 17500 hectares (ha), o NSV foi implantado em 1989 após a desapropriação das fazendas Santa Virgínia e Ponte Alta, com a finalidade de proteger a maior porção de florestas intactas do Vale do Paraíba.

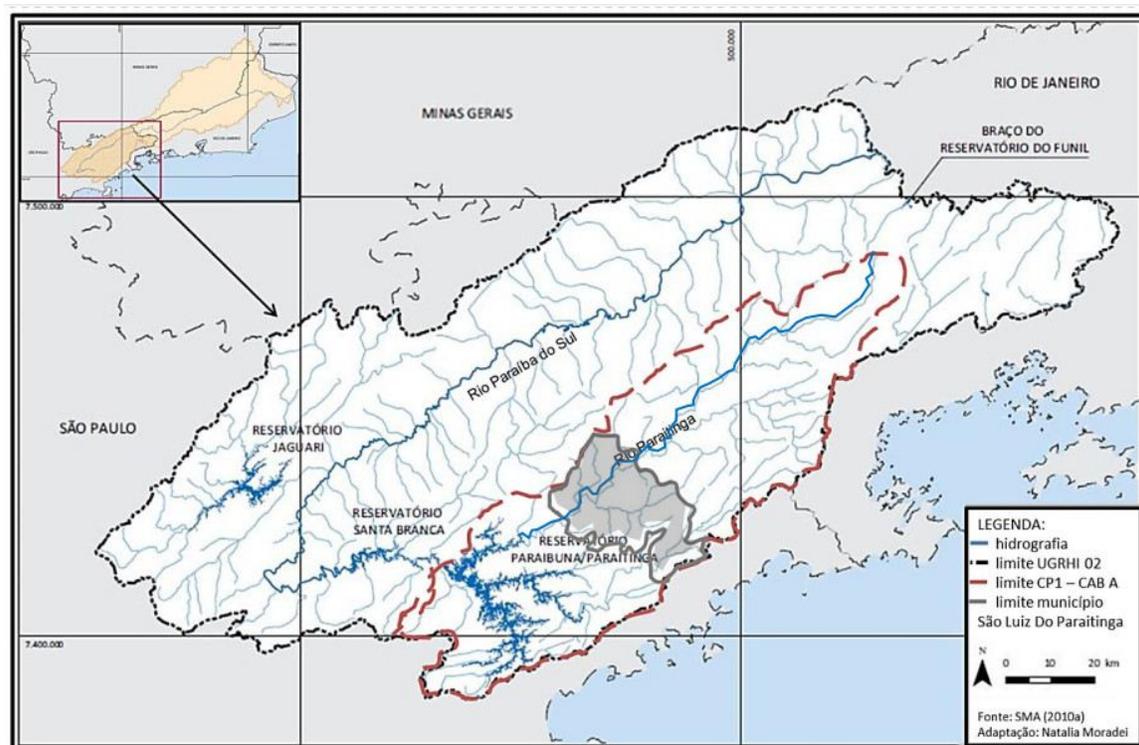


Figura 1: Bacia do Rio Paraíba do Sul-SP (UGRHI-2) e Região da Bacia do Paraitinga CP1-CAB A com destaque para o município de São Luiz do Paraitinga. Fonte: Moradei (2016)

O clima da região é Tropical Úmido e Subúmido, segundo a classificação de Koeppen (1948) com temperatura média anual de 21°C e a precipitação média anual de 2.200 milímetros (SÃO PAULO, 1998).

Segundo o portal do Ministério do Meio Ambiente¹² (MMA), esta região é ocupada pela Mata Atlântica com vegetação predominante de Floresta Ombrófila Densa.

Sua zona rural segue constantemente sendo ocupada por pastagens e pela monocultura de eucalipto, culturas que tem modificado a paisagem, o ecossistema local, e a dinâmica de solos e hidrológica da região (MORADEI, 2016).

Petrone (1959) relata que a região tem o relevo acidentado, mas que entre as cotas 740 metros (m) e 775m de altitude encontram-se fundos de vale, onde particularmente o do rio Paraitinga forma superfícies planas, formando terraços de várzeas alveolares parcialmente inundáveis.

Azis Ab'Saber (2010) , geógrafo renomado nascido no município, diz que São Luiz surgiu em um setor do vale do rio de águas claras (Para-i-tinga , em tupi-guarani), no fundo de um lóbulo de um meandro da margem esquerda do rio Paraitinga. O traçado do rio faz largo volteio entre terraços fluviais, encostas e patamares de morros, o que corresponde a este lóbulo, que é onde encontra-se a Igreja Matriz e o centro histórico da cidade.

O Rio Paraitinga faz parte da Bacia Hidrográfica do rio Paraíba, formado pela união do Paraitinga com o Paraibuna. Esta é uma bacia de grande importância pois é responsável pelo abastecimento de água da região metropolitana do vale do Paraíba e de boa parte do estado do Rio de Janeiro.

Segundo o Plano de Bacia do Paraíba do Sul (Fundação Coppetec/AGEVAP, 2007), atualmente a vegetação dos municípios da bacia do rio Paraitinga é constituída predominantemente de pastagens manejadas e áreas degradadas por causa de mau uso destas terras. A floresta estacional semidecidual, responsável por cobrir a maior parte da bacia, foi bastante desmatada.

Da região coberta por floresta ombrófila, ainda restam remanescentes expressivos, por conta de estarem localizados em locais de relevo acidentado e úmido (MORADEI, 2016).

12 Informação pode ser encontrada no link: http://www.mma.gov.br/biomas/mata-atl%C3%A2ntica_emdesenvolvimento, acesso em 23/07/2018

Em relação à porcentagem de cobertura florestal remanescente nos municípios da região, o Plano de Bacia do Paraíba do Sul apresenta que os municípios de Cunha, Guaratinguetá, Paraibuna e Natividade da Serra possuem entre 10% e 20% de seus territórios com florestas naturais, enquanto São Luiz do Paraitinga e Lorena possuem entre 5% e 10%. Ou seja, São Luiz do Paraitinga possui dos maiores índices de desmatamento da região (Fundação Coppetec/AGEVAP, 2007).

Quando se ocorre o corte raso da cobertura vegetal, por conta da menor porosidade do solo e barreiras físicas geradas pelas árvores e suas raízes, promove-se o aumento do escoamento superficial das águas pluviais em detrimento da infiltração de água no solo, o que provoca um significativo aumento da vazão de um rio, reduzindo de tempo de pico de vazão, o que provavelmente foi um fator contribuinte para a grande enchente ocorrida em São Luiz do Paraitinga no ano de 2010 (Figura 2) e diversos deslizamentos de terra bastante comuns próximos à cidade (RANZINI et al., 2004 apud MORADEI, 2016).



Figura 2: Vista aérea do centro histórico, no pico da enchente, após a queda da Igreja Matriz, no dia 2 de janeiro de 2010. Fonte: Arquivo Defesa Civil Municipal

Vale comentar que em São Luiz do Paraitinga existe um ativo e efervescente movimento cultural composto por uma diversidade de grupos e bandas. Esta cena se mistura a algumas festas populares religiosas como a conhecida Festa do Divino, que ocorre no mês de maio por nove dias, baseada no domingo de pentecostes (50 dias após a páscoa), quando existe grande movimento na cidade com produção e distribuição da comida chamada afogado no mercado municipal, e a grande presença de diversos grupos culturais de diversas tradições como os ternos de congado, moçambiques, caixeiras. A comunidade do Ilê Omo Aiye também se apresenta com a Irmandade Congo de Ouro e fazendo uma roda de jongo.



Figura 3: Congo de Ouro na Alvorada da Festa do Divino de São Luiz do Paraitinga 2019. Fonte: acervo Ilê Omo Aiye

No Bairro Rio Abaixo, próximo ao Corredor turístico São Sebastião, é onde localiza-se o Ilê Omo Aiye (Figura 3), terreiro de Candomblé liderado pela Ialorixá Ya Odokere e pelo Babalorixá Lumumba, que ocupam os 6,9 hectares de um sítio de sua propriedade por quase quatro décadas. Sua presença vinculada a cultura do Candomblé estimulou o reflorestamento natural, conjuntamente ao plantio de espécies importantes para desenvolvimento do culto além de alimentos, plantas medicinais e arbóreas com foco no extrativismo como atividade econômica. Segundo relatos, até a década de 80, período anterior a chegada da família, o terreno era ocupado por pastagem já iniciando o desenvolvimento de uma capoeira.



Figura 4: visão aérea de um drone com destaque a casa grande, extraído do documentário “Transversal do Tempo”, exibido na TV Cultura em fevereiro 2020.

O sítio ocupa uma área em forma de retângulo que tem início às margens de um pequeno riacho e sobe um morro até o divisor de águas (Figura 4). As construções tem maior concentração na parte baixa do terreno onde encontram-se a casa grande, local onde estão o barracão, principal espaço ritual do terreiro, e a cozinha de santo, onde são preparadas os alimentos que são ofertados aos Orixás, a residência de Ya Odokere e Mestre Lumumba, casal que lidera o terreiro e vive no sítio desde 1986, e outras duas construções que servem de dormitório, cozinha e refeitório. Mais espalhadas estão algumas pequenas construções feitas em espaços rituais mata adentro. Com exceção da região mais baixa do sítio a superfície do sítio está coberta pela vegetação que tem se desenvolvido ao longo das últimas quatro décadas.

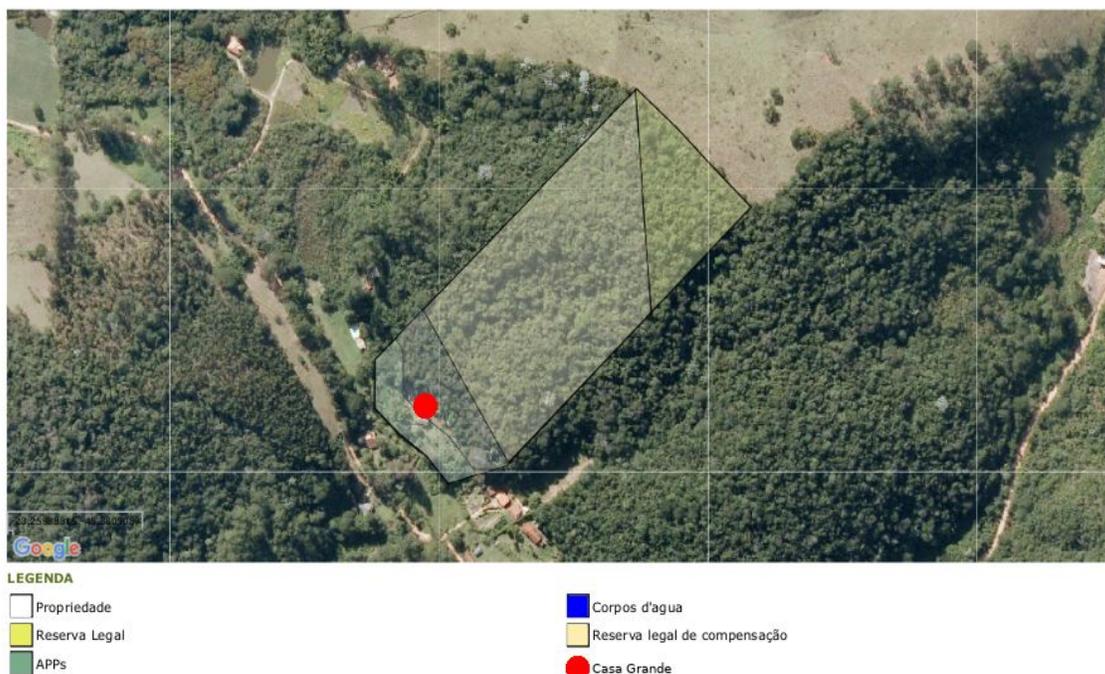


Figura 5: Limites do território do Ilê Omo Aiye. fonte: SICAR (2019)

4.2. COLETA E ANALISE DE DADOS:

“A quem sirvo com a minha ciência ?” Esse é o questionamento que Paulo Freire (1988, pg.36) orienta que cada pesquisador faça a si mesmo constantemente ao longo de seu trabalho, para que reflita sobre qual parcela da sociedade será beneficiada com o conhecimento produzido. Freire portanto nos traz a problemática de que é necessário fazer pesquisa com a intenção de beneficiar o povo, promover transformações sociais. Para isto é importante encontrar uma metodologia que seja coerente com esta intenção.

Para a realização deste trabalho optamos por realizar uma pesquisa qualitativa e como metodologia elencamos a pesquisa participante (BRANDÃO, 1985), pautada na interação entre participantes e pesquisadores(as) por meio da análise conjunta da realidade na qual o grupo de participantes está inserido. Para isso é preciso conhecer a realidade concreta a ser estudada, e isso apenas se torna possível se os participantes da pesquisa se tornarem sujeitos do processo. A realidade vivida pelo grupo vai muito além de fatos e dados coletados, mas conta também com a sua própria

percepção sobre sua própria realidade. Desta forma retornar aos participantes com os resultados da pesquisa faz com que aprofundem os conhecimentos sobre si mesmos e suas relações com sua realidade, possibilitando que superem o conhecimento que anteriormente haviam sobre si, consistindo em um ato onde pesquisador e participante se educam mutuamente (FREIRE, 1988).

Portanto, é uma atividade de pesquisa educativa voltada para a ação, na qual todas as pessoas envolvidas trabalham, aprendem e ensinam com base nas trocas que acontecem durante o processo de pesquisa. Por isso “nossa finalidade imediata é examinar este processo de produção do conhecimento científico em vez do próprio produto final representado por objetos, artefatos, leis, princípios, fórmulas, teses, paradigmas ou demonstrações” (BRANDÃO, 1985, p. 44), produzir conhecimento que contribua com o próprio grupo estudado.

Em diálogo com a pesquisa participante, trabalhamos com a sistematização de experiências, que, como explica Oscar Jara Holliday (2006), é uma interpretação crítica a partir da organização e catalogação de dados e informações obtidas em uma experiência prática, explicitando a lógica de um processo vivido, valorizando os saberes dos sujeitos das experiências, construindo uma visão crítica sobre o que aconteceu, permitindo orientar futuras experiências, através de uma perspectiva transformadora. A sistematização de experiências como recurso metodológico permite a troca e o compartilhamento de conhecimentos a partir da interpretação crítica da experiência.

Parece que o mais característico e próprio da reflexão sistematizadora é que ela busca penetrar no interior da dinâmica das experiências. Algo assim como entranhar-se nesses processos sociais vivos e complexos, circulando entre seus elementos, percebendo a relação entre eles, percorrendo suas diferentes etapas, localizando suas contradições, tensões, marchas e contramarchas, chegando assim a entender estes processos a partir de sua própria lógica, extraindo ensinamentos que possam contribuir para o enriquecimento tanto da prática como da teoria (JARA-HOLLIDAY, 2006, p. 24).

A sistematização de experiências como caminho metodológico para a pesquisa colabora para que aprendamos com a nossa prática. A partir do compartilhamento dos conhecimentos elaborados nas experiências sistematizadas, colaboramos também com o campo teórico na medida em que socializamos um conhecimento construído a partir da nossa vivência. A sistematização neste caso vai além de organizar ou ordenar os fatos; ela consiste também na interpretação crítica do que foi vivenciado para que assim seja possível observarmos todo o processo, o caminho, as escolhas, as

modificações que por ventura possam ocorrer e o porquê delas. Apenas quem vivencia a experiência é capaz de sistematizá-la (JARA-HOLLIDAY, 2006).

Não se trata de um método hermético, pelo contrário nos desafia a dialogar sistematicamente com as(os) participantes da pesquisa. A dialética como caminho da construção do processo de pesquisar faz com que a todo momento possamos nos rever, reavaliar, sistematizar, interpretar, organizar, e assim conseguimos elaborar conhecimento que poderá ser compartilhado, estendido para além do grupo, da comunidade e do local de nossa ação.

A sistematização de uma experiência produz um novo conhecimento um primeiro nível de conceitualização a partir da prática concreta que, uma vez que possibilita sua compreensão, leva a transcendê-la, a ir mais além dela mesma. Nesse sentido, permite-nos abstrair o que estamos fazendo em cada caso particular e encontrar um terreno fértil onde a generalização é possível (JARA-HOLLIDAY, 2006, p. 26).

O processo de sistematização apresentado por Jara-Holliday (2006) engloba “cinco tempos”, são estes: “A) O ponto de partida; B) As perguntas iniciais; C) Recuperação do processo vivido; D) A reflexão de fundo; E) Os pontos de chegada.” Cada passo é constituído por elementos que nos ajudam a conduzir o processo de sistematização. O primeiro tempo, o ponto de partida para a realização da sistematização, sugere que tenhamos participado da experiência e que tenhamos os registros dela. O segundo tempo, nos chama a focar e definir nosso objetivo, qual ou quais experiências desejamos sistematizar, a delimitação da experiência que será sistematizada, os aspectos centrais da experiência, qual será o foco/eixo da sistematização, o terceiro tempo se configura na reconstrução da história, ordenamento e classificação das informações, o quarto tempo se trata da análise, síntese e interpretação crítica do processo e o quinto e último tempo comunicar a experiência, mostrar, compartilhar os resultados, encaminhar conclusões (JARA-HOLLIDAY 2006).

Como estratégias de coleta de dados lançamos mão de diários de campo (DC) e entrevistas com as principais lideranças do terreiro. Para a realização das entrevistas nos baseamos em um roteiro semiestruturado que foi previamente elaborado com tópicos gerais que puderam guiar as conversas com os participantes. Com isso buscamos lembrar junto aos participantes o contexto histórico de formação do terreiro; como, quais e porque foram estimuladas práticas ecológicas que levaram a transformação da área do sítio de uma pastagem para uma área de floresta; e quais foram os processos educativos presentes nas práticas sociais presentes. Ao longo deste processo houve também uma

oportunidade de observar fotografias antigas pertencentes ao acervo da comunidade (figura 5). Por se tratarem de um período onde as fotografias eram analógicas, ou seja, havia um custo para a compra de filmes e sua revelação, portanto elas não são abundantes como é possível hoje com a tecnologia das fotografias digitais. Por conta disso, o acervo mostra que a preocupação da comunidade foi a de retratar pessoas, crianças e acontecimentos ocorridos no terreiro. Não existem fotografias retratando o terreno apenas. São poucas as fotografias que têm como plano de fundo o terreno em décadas passadas e que podem ser usadas para comparação e demonstrar a evolução da ocupação da área pela cobertura vegetal.

Para os registros foram utilizados um gravador de áudio e uma câmera fotográfica, assim como anotações no diário de campo. Após a transcrição das entrevistas, estas foram inseridas nos diários de campo dos respectivos dias que estas ocorreram.



Figura 6: Ya Odokere (sentada) e Mestre Lumumba (em pé) olhando seu acervo fotográfico. Fonte: Pedro Zanette

Vale ressaltar que esta proposta metodológica foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal de São Carlos e foi aprovada como consta no Parecer número: 3.203.756 na Plataforma Brasil.

Para o início da análise dos dados nos baseamos nas seguintes fases: 1- pré-análise: compreendeu a leitura e a releitura minuciosas de todos os dados transcritos; 2- exploração do material:

nesse momento, pudemos elencar os temas presentes a partir de uma interpretação qualitativa; 3-tratamento dos resultados obtidos e interpretação: já com os dados elencados na etapa anterior, partimos para a estruturação das categorias temáticas (MINAYO, 2004). Para esta pré-análise foram feitas leituras dos diários de campo, as transcrições dos áudios, e a visualização de fotos e vídeos dos momentos de coleta de dados. A leitura e a releitura dos dados nos permitiu identificar as categorias temáticas.

Foi programada uma viagem de retorno ao ilê Omo Aiye para reencontrar as(os) participantes desta pesquisa após uma primeira sistematização, com a finalidade de retornar, apresentar os resultados obtidos e discuti-los coletivamente, a fim de validar os dados e as impressões sistematizadas até então e agregar sua percepção sobre os resultados. É importante ressaltar que infelizmente não foi possível executar esta etapa ainda por conta da situação imposta diante da Pandemia de COVID-19, visto que seria necessária uma longa viagem e provocaria a exposição ao risco de contaminação participantes desta pesquisa que fazem parte do grupo de risco, quebrando o protocolo de segurança da Organização Mundial da Saúde. Por conta disto não foi autorizado o retorno ao território até que esta situação se regularize ou seja possível promover este encontro em segurança.

Assim, foram feitos contatos via internet, por onde me reuni com Mestre Lumumba para apresentar a construção do texto, as categorias de análise e resultados. O Mestre mostrou-se contente com o trabalho apresentado, validando os dados e a linha de raciocínio. Não foi possível encontrar-me da mesma forma com as(os) demais participantes, por conta de suas demandas pessoais. Desta forma não houve encontro que reunisse todas(os) participantes para que os dados fossem discutidos. Por mais que houve a validação dos dados, o formato de encontro digital mostrou-se insuficiente para promover a participação efetiva das(os) participantes, nesta ocasião.

Considerando que a pandemia causada pela COVID-19 não pudesse ser prevista no início do presente estudo, este é um exemplo de situação em que a circunstância impossibilitou o cumprimento total da metodologia proposta dentro dos prazos colocados no calendário acadêmico.

Porém esse retorno será feito assim que for possível, para que haja coerência e justiça nos resultados e conclusões, e que a metodologia possa ser devidamente finalizada, proporcionando mais momentos de trocas e aprendizados.

4.3. APRESENTAÇÃO DAS(OS) PARTICIPANTES:

A seguir apresentamos as(os) participantes que concederam entrevistas para que o presente estudo fosse realizado.

Ya Odokere (figuras 5 e 6) - Nadia Santana, Yalorixá¹³, liderança matriarcal da comunidade Ilê Omo Aiye. Nascida no estado de Goiás, mudou com a família e cresceu em São Paulo capital. Iniciou-se no Candomblé no Ilê Axé Obá Nago, em Franco da Rocha/SP, sob orientação de Mãe Honorina, Tatumbira Kenã, Mametu nkisi iniciada no Candomblé Angola por Mãe Samba no Bate Folha. Tem 72 anos, fundou o Ilê Omo Aiye em 1987. Está a frente da Irmandade Congo de Ouro, grupo de congada formado pela comunidade do Ilê Omo Aiye

Mestre Lumumba (figuras 5, 6 e 7)– Benedito Luis Amauro, Babalorixá¹⁴, nascido em Campinas/SP, tem 75 anos, foi mestre soldador atuante no movimento sindical. Músico, compositor e mestre na construção de tambores, atua no movimento cultural há mais de 40 anos. Nos anos 80 teve sua iniciação no culto de Egungun, culto aos antepassados, no Ilê Asipa, no município de Salvador/BA, sob orientação de Mestre Didi Asipa, o Alapini¹⁵. Companheiro de vida de Ya Odokere, atua em complementaridade no Ilê Omo Aiye desde a fundação. Segue ativo em suas atividades relacionadas a música.

Dofono de Obaluaiê (figura 7) – David Evangelista da Fonseca, nascido em Tremembe/SP, tem 48 anos, historiador, Contra Mestre de Capoeira Angola do GCAP¹⁶, conheceu Mestre Lumumba e Ya Odokere em 1994 e iniciou-se no Candomblé. Hoje é Contra Mestre de Capoeira Angola, agricultor e produtor de embutidos.

Kota D’omin (figura 7)– Vera Lúcia Ventura, 57 anos, nasceu e cresceu no município de São Paulo. Na década de 80, aos 21 anos conheceu Ya Odokere e Mestre Lumumba, e junto de seu companheiro foi uma das primeiras pessoas que se mudaram definitivamente ao sítio do Ilê Omo Aiye

13 Mãe de Santo, cargo mais alto dentro do terreiro

14 Pai de Santo

15 Alto sacerdote do culto de Egungun

16 Grupo de Capoeira Angola Pelourinho, sob orientação de Mestre Moraes.

no ano de 1986. Seu aprendizado no candomblé se iniciou ao longo dos primeiros anos de fundação do terreiro. Técnica em enfermagem, voltou a morar em São Paulo por vários anos, e retornou ao Ilê Omo Aiye em 2015 onde se estabeleceu até 2020 e mudou novamente para São Paulo. Durante este período, além de suas funções dentro do terreiro, contribuiu com a produção da cerveja Otimbé, produzida dentro do sítio.



Figura 7: Mestre Lumumba e Ya Odokere, fonte: Carla Tenenbaum (2019)



Figura 8: Dofono de Obaluaiye, Kota D'omin e Mestre Lumumba (da esquerda para a direita) (2019).

5. ANÁLISE DOS DADOS

Este capítulo apresenta a análise construída a partir dos dados obtidos durante a vivência no Ilê Omo Aiye. Os dados foram registrados em áudios obtidos a partir de conversas pautadas em entrevistas semiestruturadas e momentos de convivência com os participantes da pesquisa. Também foram

produzidos diários de campo que trazem alguns apontamentos, comentários que não foram gravados e observações pessoais.

Todas as entrevistas foram incorporadas aos diários de campo referentes à data que aconteceram e constam como anexo.

Para sequência da análise foram seguidos passos sugeridos por Minayo (2004): 1- uma pré análise a partir de uma leitura minuciosa dos dados transcritos; 2- a exploração do material para coletar temas que se destacaram a fim de definir as categorias temáticas usadas na análise e que contribuirão na resposta da questão de pesquisa; 3- o tratamento e interpretação dos dados já elencados nas categorias definidas.

Foram 2 as categorias definidas: A) *Kosi Ewe Kosi Orisá*: Se não tem folha, não tem orixá; B) Terra é liberdade.

5.1. A) *KOSI EWE KOSI ORISÁ: SE NÃO TEM FOLHA, NÃO TEM ORIXÁ*

Esta categoria inicia esta seção por se tratar da relação fundamental de que trata esta pesquisa. Reúne elementos contidos nas falas das pessoas participantes em que nota-se o sagrado contido nos elementos naturais diversos, e desta relação como são percebidos os benefícios gerados através deste cuidado mútuo entre pessoas e o ambiente em que convivem. Trata-se dos fundamentos.

Para iniciar esta discussão trago dois Itans¹⁷ de Ossain, “patrono da vegetação, das folhas, das ervas, dos remédios e preparados rituais e medicinais”(LUZ, 2013).

Conta a história que Ossain foi comprado como escravo por Orunmilá¹⁸, quando este veio ao mundo. Precisava de um escravo para lavar seu campo. Enviado ao campo, quando ia começar seu trabalho ali estavam ervas que curavam febres, dores de cabeça, cólicas. A todo momento constatava “impossível cortar esta, ela é muito útil”. Assumindo o risco de não ter executado seu trabalho, resumiu sua fala dizendo que não poderia cortar ervas tão necessárias. Orunmilá, que era muito procurado para auxiliar em curas, quando ficou sabendo do ocorrido se interessou em conhecer as ervas tão valiosas.

17 Itans são histórias, contos, lendas sobre os orixás que carregam ensinamentos e fundamentos. Podem variar pois são fruto da cultura oral.

18 Orunmilá, orixá, o senhor das adivinhações.

Decidiu então que Ossain sempre estaria por perto em suas consultas, assim poderia contar sobre as propriedades das folhas e ervas, lhe dando assim o poder de conhecer todos os vegetais (Verger, 1981).

Outra história conta que Ossain andava com um pássaro no ombro e ao lado de seu ajudante Arôni, que era um anão de uma perna só. Certo dia resolveu juntar as folhas mais importantes da floresta em uma cabaça grande. Feito isso, pendurou-a no galho de uma árvore. Os outros orixás, que invejavam os poderes de Ossain, ficaram curiosos com o misterioso feito. Xangô solicitou a Iansã que lançasse uma ventania, que quebrou o galho, derrubou a cabaça espalhou todas as folhas. Os orixás correram e pegaram as folhas que quiseram e passaram a considerá-las suas, aumentando assim seus poderes. Mas ao fim disso tudo, todos os orixás ainda precisavam de Ossain, pois somente ele conhecia os cantos necessários para encantar as folhas e dotá-las de poder, pois Olodumare deu o conhecimento dos encantamentos apenas a ele; “acordar as folhas com o canto certo, para que elas possam encantar vidas.” (SIMAS e RUFINO, 2019).

Encantar a vida é o que se busca ao resgatar as histórias que trazem os orixás profundamente envolvidos com elementos e fenômenos naturais. Enxergar de outra maneira a presença humana no mundo. “Kosi Ewé, Kosi Orisà. Sem folha não existe orixá. Sem natureza nada é possível, nem mesmo nossa existência, já que somos parte dela.” Ossain está em todos, assim como todos estão em Ossain (SIMAS e RUFINO, 2019).

Para dar sequência e um melhor entendimento a discussão desta categoria, ela foi dividida nas seguintes sub-categorias, “A natureza enquanto espaço sagrado”, “Insabas – as folhas e seus usos”, “A saúde no terreiro” e “Continuidade- tradição e aprendizado”.

5.1.1. A natureza enquanto espaço sagrado

Oliveira (2006) chama esta singular maneira de viver do povo de santo de cultura ecosófica, ou seja, que privilegia a relação ser humano e natureza e que não tem a natureza como elemento passivo. Promove-se uma relação de respeito aos elementos naturais, pois ali residem os orixás, o sagrado reside ali. Percebe-se nas entrevistas colocações que afirmam o meio ambiente enquanto sagrado.

Respeito...respeito. Respeito pelo sagrado, porque o sagrado reside ali, é a morada do sagrado. Então com o respeito a gente cultua o orixá. (Dofono, DC 17/07/2019)

É toda a relação. A relação é total, porque.... Um dos itans dizem, kosi ewe, kosi orisá. Se não tem folha, não tem orixá. E como se entende que a força divina tá dentro de cada ser vivo, então se não tem folha, não tem vida. Então em um culto voltado pra vida, não tem como não ter relação ecológica. O fim das florestas seriam o fim do culto. O fim das águas correstes seriam o fim. (Mestre Lumumba, DC 17/07/2019)

É porque Candomblé é natureza. A água é sagrada, a terra é sagrada, a folha é sagrada. Candomblé é vida. (...) Os elementos, a cachoeira ali, a água. Então se é meu sagrado, eu não vou sujar, não vou cagar, então você vira ecológica pelo respeito do quão sagrado esse mundo é.(...)

A folha sagrada, o chão sagrado, a casa que me acolhe é sagrada, a lenha que eu queimo pro meu alimento é sagrada, tudo é sagrado. Candomblé é isso. (Ya Odokere, DC 18/07/2019)

A partir de uma visão geral do culto Ya Odokere afirma que o Candomblé é a própria natureza, e elenca como sendo sagradas a água, a terra, as folhas, o chão em que pisa, sua casa, até a lenha usada na cozinha. Percebemos então aqui não só a valorização dos elementos naturais presentes em espaços preservados, mas também nos elementos que tem uma relação utilitária.

Mestre Lumumba reforça esse fato quando diz que o Candomblé é um culto voltado para a vida, colocando como uma totalidade a relação com o meio ambiente, afirma que há uma força divina dentro de cada ser vivo.

(...) se acreditasse que cada um de nós vem de um facho da grande luz que seria Olorum, Deus, Javé. Então dentro deste grande facho tem azul, você vai ter desde os filhos de Ogum, gente, até um peixe, uma flor, uma árvore, uma pedra, que estão ligados com essa vibração. No reino animal, reino vegetal, reino mineral. (...) Então tudo realmente está ligado no campo energético. Todas, desde o mineral até o vegetal. Então quando todas as plantas ligadas a Ogum parar de existir, todos filhos de Ogum humanos, todos do reino animal não existir, aí Ogum não existe mais. Se toda a energia for absorvida de novo lá pra Olorum, aí não existe mais. Aqui não. Então existe, tudo existe porque nós ainda existimos, quando deixa de existir, acabou. Deixar de existir as coisas ligadas a Oxalá, Acabou Oxalá. Não tem mais. Então existe uma interdependência entre as formas de vida do planeta. (Mestre Lumumba, DC 17/07/2019)

Como Oliveira (2006) coloca, “É o culto que sacraliza na vida cotidiana de seus fiéis os segredos e encantos da natureza. O Candomblé é o movimento da natureza ritualizado nas festas religiosas para o culto dos orixás. Orixás são Natureza. O homem é natureza.” Ou seja, a natureza vista como o sagrado manifestado no mundo como planta, como pedra, como tudo que está aqui. (SOUZA JUNIOR, 2011)

Mãe Stella de Oxossi, do terreiro Ilê Opo Afonja, na Bahia, também argumenta sobre isto em seu livro:

é bom nos lembrarmos de que esta essência é a própria natureza viva. É cansativo, mas repito: os vegetais, minerais, animais, fenômenos naturais (chuva, vento, trovão, relâmpago), a própria terra que pisamos. O Deus supremo é Olorum, as demais divindades são os fenômenos da natureza, que têm vida, inteligência, dão respostas às nossas evocações de maneira surpreendente (SANTOS, 2010, pg.145)

Essa interdependência, essa conectividade, aparece enquanto um fluxo energético, uma rede de relações mas que coloca uma familiaridade vibracional em coisas com origens físicas distintas, que remetem a uma mesma origem espiritual, mesma vibração pode estar em gente, em folha, em pedra, em bicho.

Dessa relação de interdependência, ser humano fazendo parte de toda uma rede contrapõe-se a concepção do ser humano dotado de razão e capaz de transformar seu meio. Busca-se o encantamento do mundo, busca-se romper com o binarismo cultura *versus* natureza, busca-se confrontar a lógica consumista, acumuladora e descartável que a sociedade vive e promove uma coleção de tragédias ambientais (SIMAS e RUFINO, 2019).

Portanto se “Candomblé é vida”(Ya Odokere, DC 18/07/2019), se é “um culto voltado pra vida, não tem como não ter relação ecológica. O fim das florestas seriam o fim do culto. O fim das águas correntes seriam o fim” (Mestre Lumumba, 17/07/2019). Esta é a percepção proveniente dos fundamentos, das bases filosóficas e das crenças no Candomblé.

Ya Odokere (DC 18/07/2019) cita um exemplo bastante simbólico em relação às águas. “Nossa Senhora Aparecida sai das águas. Em Aparecida do Norte, caga e mijá na água que essa mulher apareceu. Como você caga e mijá na água da sua madrinha, da sua mãe? Tá errado, tá errado. É como se você não acredita naquilo.” É uma contradição exposta pela realidade de uma sociedade que separa o simbólico de sua vida prática, cultua o mito, mas não se esforça em cuidar do rio onde este mito foi gerado.

Aprofundando, critica-se principalmente a maneira que a cultura eurocêntrica capitalista tem tratado o mundo, através de gerações, dentro deste sistema não temos revertido a situação da questão ambiental tantas vezes denunciada. É a contradição levantada pela bandeira da sustentabilidade. Em

diálogo com Krenak (2019), ela muitas vezes é apenas uma máscara que esconde as reais intenções de uma comunidade capitalista, visando lucro e a exploração dos recursos naturais.

Portanto as falas acima mostram que em fundamento, nas culturas tradicionais privilegiam-se formas de interação que não sejam prejudiciais aos elementos naturais, formas de viver e se relacionar que fomentem um cuidado ao que se considera sagrado. Então pelo Candomblé ser respeitoso ao que se considera sagrado, naturalmente é enxergado enquanto um culto ecológico.

5.1.2. *Insabas*¹⁹ – as folhas e seus usos

Ewe wassa²⁰. Ossain, na tradição yoruba, é senhor das folhas, das plantas, do mato e de todo seu conhecimento.

Ao chegar no Ilê Omo Aiye, a primeira coisa a ser feita por qualquer pessoa é passar pela maionga²¹, pede-se a benção a Ossain para tomar um banho com água da mina e folhas maceradas em um porrão que serve para promover a limpeza energética e espiritual de quem chega da rua no terreiro, “pra mim é banho de vida, eu chamo”(Dofono, DC 17/07/2019). Em seguida pede-se a benção aos Orixás em seus assentamentos²² e depois a benção dos mais velhos, Yalorixa, Babalorixa, kotas²³. Ao entrar no terreiro entra-se em um espaço familiar, entra-se no espaço constituído como egrégora²⁴.

A primeira vista a ser feita é na Casa grande (figura 8), principal espaço ritual do terreiro, onde ficam barracão, local para rituais e festas, e cozinha de santo, local onde se prepara os alimentos para o sagrado. Ao seu redor vê-se um jardim composto por uma diversidade de plantas, folhagens, ervas e flores. Tem dendê, jerivá, mangueira, marmelo, bananeira, roseiras, manjeriço, malva, pimenta, boldo, pitanga, alecrim, capiá...

No topo de janelas e portas está o mariwo, folha de coqueiro, dendezeiro, preparada e rezada, que tem a função de proteger as casas de energias negativas e afastar espíritos perturbadores.

Ao fundo da casa, começa a subida do morro que eleva o terreno do sítio, ocupado por uma mata densa que qualquer desavisado diria que sempre foi assim. Por onde se olha há presença de

19 Folhas na língua Yorubá.

20 Saudação ao Orixá Ossain.

21 Banho de folhas.

22 Objetos, apetrechos ou plantas que são cultuados para um orixá.

23 Cargo da hierarquia dentro do candomblé.

24 Força vital constituída a partir de energias coletivas.

árvores, ervas e plantas de vários tipos e tamanhos. Diversidade. “Tem Oripepe, folha da costa, abre caminho, arruda, guiné, mariwo de duas espécies. São Gonçalinho, pitanga, todas essas folhas que estão em volta elas são utilizáveis. Aquela que a gente enrola pamonha, como é que chama, caeté, peregum, assa-peixe, lágrima de nossa senhora, boldo, boldo do chile, lírio, babosa.”(Mestre Lumumba, DC 17/07/2019)

É do mato que se coletam as folhas usada: “ folha sempre presente em todo o rito, né, no recolhimento de uma iao, os banhos, tudo. A presença das insabas, elas estão em todo o rito.” (Dofono, DC 17/07/2019). Estando em todo rito, entende-se a grande importância que tem as folhas, e a grande sabedoria relacionada a sua colheita e manuseio. A colheita é um ritual que envolve pedir licença, fazer um oferenda e entoar determinados cânticos, palavras que despertam as forças das folhas para poderem ser utilizadas em todo o rito.

O diverso uso das plantas foi relatado em vários momentos pelos(as) entrevistados(as), e a vivência no terreiro permite notar alguns deles.

Olha, mesmo em volta, aqui tem bastante, hein. A gente tem tanta erva de cura. Então a gente usa muita banana, a gente usa pitanga, a jussara, o bambu, a gente usa tudo, mamona, cidreira, hortelã, manjeriçã, pimenta. Babosa, alfavaca. E uma diversidade de planta que não usamos pra cura mas são dos orixás, samambaia, mamona, caeté, nossa, bastante. (Dofono, DC 17/07/2019)



Figura 9: A casa grande, o jardim a sua volta e o morro todo reflorestado ao fundo, julho de 2019. Fonte: Pedro Zanette

Para auxiliar no entendimento, sinto que seja necessária uma breve compreensão sobre o que é axé. Quando é dito que é a reza cantada na ação da colheita é o que acorda a folha, percebe-se que é a palavra proferida o que dinamiza energia, que traz vida, traz axé à folha, energia vital. Isso constitui um dos fundamentos da cultura oral no candomblé. A palavra falada tem uma grande importância na energia e na transmissão do fundamento.

O àsé se continua, passa diretamente de um ser ao outro, não por explicação ou raciocínio lógico, num nível consciente e intelectual, mas dando continuidade a um processo inaugural. A transmissão complementa-se através de emblemas, gestos, palavras proferidas, distância de pessoa a pessoa, da respiração e hálito que dão vida e atingem os planos mais profundos da transferência. A palavra proferida ultrapassa o sentido semântico para ser veículo condutor de àsé, isto é, condutor de um poder de realização. A palavra proferida faz parte de um processo dinâmico, que transmite um poder de realização (SANTOS; SANTOS, 2016, pg. 29).

Se o axé é mais do que o lógico, mais que a palavra em forma e som, Mãe Stella de Oxossi, em seu livro chamado “Meu tempo é agora” (SANTOS, 2010), complementa e explica que:

(...)leitura dá conhecimento técnico, mas nunca àsé. O àsé dado pela Mãe ao seu Filho-de-Santo é imprescindível no processo iniciático. Com isto não quero dizer que os livros sobre Candomblé não sejam importantes, senão não teria escrito este. Não é mais possível a prática da crença no Orísa sem reflexão, estudos e entrosamentos. A tradição somente oral é difícil nos tempos atuais. Até mesmo porque a aquisição da escrita pela humanidade é um ganho, e não uma perda. Mas o Àsé, repito, é recebido pelo iniciado através das palavras ditas pela Ìyálórìsìṣà e iniciados Àḡbà. Só se pode passar o Àsé que recebeu!(SANTOS, 2010, pg. 31)

Portanto o encantamento se faz pelo ato de proferir as corretas palavras, mas apenas quem recebeu o axé de sua mãe velha ou seu pai velho é quem tem o poder de realizar o encantamento. Assim se encanta as folhas e os demais elementos em todos os acontecimentos da vida nos terreiros. Assim as palavras faladas também se envolvem com as folhas vinculadas a todos os orixás.

Então resgatando o ensinamentos que aparecem nos itans de Ossain que abrem a seção de análise, toda folha está relacionada a Ossain por este conhecer o segredo e o encantamento de todas as plantas, e o saber de que cada folha está vinculada a uma energia, com um Orixá, assim nos usos diversos, as folhas são escolhidas para transmitir a energia e equilibrar, ambiente, corpo, mente, espírito, como desejado. Assim como cada pessoa também tem ligações a um orixá, quando existe

necessidade iniciativa, ritual ou terapêutica, “Se é do velho²⁵ põe as folha do velho, se é de Xango põe as folhas de Xango, se é de Ogum tem que coloca as insaba de Ogum.” (Dofono, DC 17/07/2019).

Na iniciação de um Iao²⁶ de determinado Orixá, uma determinada vibração energética é trabalhada em diferentes perspectivas. O roncó, quarto onde o Iao fica recolhido, recebe uma forragem de folhas que perfumam e refrescam o ambiente. Vasos com algumas plantas adornam o espaço representando um cuidado estético que também atua no campo vibracional. Outras plantas são usadas como defumação, incenso, sejam flores, cascas ou resinas, que ao passar por ambientes promove a limpeza energética e perfuma atuando como aromaterapia.

Os Xirês são festas que reúnem a comunidade em torno dos eventos a serem celebrados em vários momentos do ano. Para que ocorra um xirê, o barracão é anteriormente preparado pelas pessoas responsáveis. Ao som da Sasanha²⁷, o chão é forrado de folhas que vão compor o espaço, perfumar o ambiente e atuar de maneira vibracional junto a todos presentes. O toques dos tambores feitos de madeira e couro, invocam entidades que incorporam e dançam personificando as histórias presentes nos cantos entoados.

Ao longo do ano a comunidade do terreiro se encontra para fazer os preceitos, os rituais, festas e trabalhos com centralidade em diferentes Orixás. Trabalham-se diferentes energias a partir dos saberes e elementos litúrgicos, e assim as folhas são usadas de diferentes maneiras seguindo as orientações dos mais velhos. O ciclo anual se repete de forma que a comunidade passa novamente pelos rituais e segue construindo e difundindo seus saberes. É um processo em espiral, que promove a acumulação de experiência, memorizada individual e coletivamente (TOLEDO et al., 2009). Promove a dinamização dos saberes relacionados à colheita e manejo de plantas em determinadas épocas do ano. Certos rituais e oferendas utilizam de cipós ,folhas, flores e alimentos e misturam o conhecimento prático e simbólico na promoção da cultura. São diversos os usos das plantas, em formas diferentes, mas sempre com a coerência e a ciência de qual usar e quando usar.

25 Referência a Obaluaiê

26 Iao é a pessoa que passa pela iniciação dentro do candomblé.

27 Cânticos responsáveis por encantar as folhas.

5.1.3. A saúde no terreiro

O uso medicinal das plantas foi bastante relatado ao longo das entrevistas. Faz parte de um conhecimento milenar, e está presente nas culturas tradicionais encontradas em todos os continentes. O Candomblé mantém este saber como fundamento, “quando um filho da casa precisando de algo de cura, aí a insaba tá presente o tempo todo naquele filho” (Dofono, DC 17/07/2019).

Existe um conhecimento acumulado entorno das propriedades das plantas. Mesmo que não se conheça cientificamente os princípios ativos, a experiência ancestral carregou o conhecimento empírico sobre qual planta ajuda na melhora de qual enfermidade. “Sempre usa quando precisa, quando indica” (Kota, DC 17/07/2019). Por exemplo, “É melhor um chá de alecrim porque tá com dor de cabeça. É melhor que tomar um remédio. Principalmente quando está recolhido. Inhame também é remédio, poderoso. Cicatrizante de úlceras”, como disse a Kota Ya D’Omin. Em nossa conversa ela compartilhou algumas de suas experiências:

Eu vi o resultado, eu provei do remédio e me curou, capiá. (...) eu fui adoecendo(...) inchei que até a minha boca assim, rasgou de tanto inchar. (...) fiz exame, aí deu infecção urinária. Aí o médico me deu um antibiótico pra mim que era muito forte a infecção. E nós fomos passar pra comprar, porque não tinha dado, aqui não tinha isso de posto de saúde dar, tinha que bancar o remédio. O remédio custava o salário do Omodé. (...) Aí não compramos o remédio eu tô lá na frente da casa grande, passou uma senhorinha lá e me chamou. “ Sabe porque a senhora tá assim? Isso é quebra de resguardo. A senhora faz um banho com esse capiá, toma um chá disso. Mas é assim, você tomou o remédio, você não toma friagem nenhuma. É tomar o remédio e fazer o banho de assento quentinho e ficar na cama lá, mas não toma nem água fria. Pra não pegar friagem nenhuma. E eu fiz, passei o dia inteiro dentro de casa, lá. Omodé cuidando das crianças. A Ya tava aqui quando fiz o remédio. E aí no outro dia, eu estava completamente desinchada, sem marca nenhuma mais no corpo (Kota, DC 17/07/2019).

Nota-se então que, além da ciência sobre as plantas que auxiliam na cura para determinados males, a sabedoria popular também observa outros fatores para além dos sintomas. Quando a Kota comentou sobre a senhora que a ajudou, ela disse que por conta das demandas do sítio, teve de quebrar seu resguardo no pós parto e teve de tomar um pouco de chuva para lavar roupa, e isso influenciou de forma negativa em sua saúde. O reconhecimento da causa do problema e da solução representam saberes que muitas vezes são considerados superstição por fazerem parte da ciência da tradição oral.

Dofono também compartilhou de sua experiência sobre como fatores emocionais influenciam no corpo físico, e como as plantas possibilitam opções de tratamento sem o uso de remédios industrializados:

(...) tive várias coisas de sentimento, tudo essas coisas que eu passo refletem muito no meu estômago. Fui entender isso aqui. E que alimento, planta devo comer? Eu tomo diariamente balsamo batido com folha de couve. Uma folha de couve, 6 ou 7 folhinha de balsamo, e não tenho mais os incômodos que eu tinha no estomago. (Dofono, DC 17/07/2019)

No processo de iniciação vários procedimentos (como oferendas, orações) são realizados de forma contínua seguindo saberes tradicionais e diretrizes estabelecidas através de consulta oracular, o jogo de Ifá. Assim também é feita a revelação do Orixá de cada pessoa, sob a orientação das lideranças do terreiro. Saber o vínculo com seu Orixá permite conhecer todo um contexto de consciência corporal de vínculo energético entre corpo, natureza, personalidade e ancestralidade, conhecer algumas predisposições a doenças e ao desenvolvimento de habilidades. Então esta concepção baseia-se em uma visão de saúde como equilíbrio energético (Gomberg, 2011).

“A construção social do indivíduo, da pessoa, no âmbito dos Terreiros é desenvolvida gradualmente a partir, como já foi dito, de um processo iniciático. A iniciação e a vivência em Terreiro são responsáveis pela instauração lenta e paulatina de uma visão de mundo e uma maneira de ser peculiar a um sistema de crenças que privilegia o corpo humano e a saúde” (Gomberg, 2011, pg. 64).

(...) por exemplo, chega uma criança que os pais chamam de hiperativo, né, que fica dando ritalina, né? Isso eu vejo várias vezes. Aí na Capoeira, a gente faz um banho de tapete de Oxalá, eu oriento as crianças da capoeira, por que as mães chegam falando – nossa, na escola tá assim.-- Aí eu falo, dá um banho de boldo, falo boldo pras pessoas né? O boldo acalma, pitanga, né, mãe que acredita vai lá, a criança dá uma acalmada mesmo (Dofono, DC 17/07/2019).

Oxalá é Orixá vinculado ao elemento ar, ao frio, à cor branca. Por isso as folhas como boldo e pitanga, que são folhas de Oxalá são usadas quando há necessidade de acalmar, apaziguar, relaxar. Assim trabalha-se as diferentes energias que cada orixá carrega a partir das folhas que os representam nessa perspectiva de cura e equilíbrio energético. “Se tá doendo, tem várias plantinhas. Mas as melhores são as calmantes, eu acho. Estabilizou o ser humano ele não sofre com a dor. Acalmou, pôs no eixo, alinhou, dói menos.” (Kota, DC 17/07/2019)

Então olha-se para a questão da saúde de uma maneira integral, na busca pelo equilíbrio do organismo, das emoções e das energias espirituais. Todos esses fatores podem estar relacionados à causa de alguma doença, “ Porque um banho de pitanga pra um filho de Oxalá, deixa ele pronto pra

qualquer coisa”(Dofono, DC 17/07/2019). A partir da relação orixá/elemento é possível observar e compreender tendências em modos de pensar agir e também a predisposição para determinadas doenças. Por exemplo, “(...) os filhos do velho geralmente tem problemas de pele. Aí você trabalha com as insabas que curam essas chagas, que é a mamona, a pitanga, o boldo, faz os banhos.” (Dofono, DC 17/07/2019)

São saberes relacionados às plantas e suas formas de uso. Técnicas diversas por meio de chás, compressas, banhos, banhos de assento, inalação, que possibilitam que as pessoas atuem em sua própria saúde ou da comunidade, a partir da farmacopeia, de forma muitas vezes mais barata e acessível, auxiliando no cuidado contra doenças e mal estar, complementando as formas convencionais, que nem sempre estão acessíveis a toda a população.

Anteriormente falamos sobre os cuidados com as energias dos espaços e agora falamos sobre os cuidados relacionados às pessoas. Esse cuidado energético com espaço, com corpo, com a mente e com o espírito tem a capacidade de fortalecer a saúde pessoal e coletiva, atuando ao mesmo tempo na prevenção de doenças e na cura de males diversos. Olha-se para a integralidade do ser, uma pessoa equilibrada e bem nutrida consegue reagir, se defender do que pode lhe causar mal. Pode-se entender que essa vivência então funciona no campo de uma medicina preventiva. Enquanto egrégora, o equilíbrio coletivo influencia no indivíduo, assim como o desequilíbrio individual pode também ter sua influência na coletividade.

Em relação a este uso encantado das plantas, Mestre Lumumba aponta um fator importante que deve ser levado em conta. O Mestre aponta que o reino de Ossain é o reino na reciprocidade:

Ossain é aquele que anda com uma perna como se fossem duas. É aquele a quem todas folhas obedece. É aquele que sabe chamar cada folha por seu nome. É aquele que exige reciprocidade. Quando fala pagamento, eu acho que é reciprocidade o certo. Pô velho, você pega uma folha, alguma coisa você vai ter que deixar em troca, ou você só pega as coisas e não contribui com nada? Então ele tem essa pegada, Ossain é o que exige a reciprocidade. No reino de Ossain tudo é reciprocidade. Com as folhas tudo é reciprocidade. Elas trocam oxigênio, gás carbônico, água. Uma trata o solo pra outra. Então o reino de Ossain é o reino da reciprocidade. Se você observar as plantas você vai , observar a floresta é observar Ossain. Se você entender a floresta você vai entender Orixá Ossain. Se você entender a natureza vegetal desse planeta, você entende Ossain. E porque ele fala, Kosi Ewe, Kosi Orixá. É assim, é olhar as coisas como parte do todo (Mestre Lumumba, DC 19/07/2019).

Ao observar a floresta Mestre Lumumba enxerga como as coisas estão conectadas, e portanto

tem a percepção de como seus ciclos de vida são complementares, parte de um todo. Desta forma existe uma relação de reciprocidade, de trocas, benefícios mútuos gerados quando se vive nesta harmonia. O pagamento mencionado, remete ao comportamento presente no culto de que antes de se coletar folhas, para que estas atinjam o resultado esperado em seu potencial, é feita oferenda com um padê²⁸ ou coloca-se na mata qualquer quantia em moedas, mesmo que pouco, mas que demonstre sua gratidão e seu esforço em retribuir o axé das folhas. A oferenda garante que se obtenha a energia necessária para o ritual.

Outras formas de retribuição são possíveis, também se faz pelo cuidado com a mata e o enriquecimento de espécies que compõe o ambiente. O aumento de diversidade promove um benefício para todo o sistema.

A gente pode se desequilibrar também, aí fica doente. Então tem que tomar cuidado pra não se exceder na reciprocidade do universo. Ela não tá pedindo que você morra. Não quer isso. Apenas quer que você coma o necessário, e deposite o seus dejetos, que são fertilizantes. E as sementes em locais adequados para o rebrotamento. Troca. O alimento da Polpa, e a fertilidade da semente. Eu acho que é uma baita troca. (Mestre Lumumba, DC 19/07/2019)

Esse processo de enriquecimento do ambiente cultivando plantas acontece orientado pelas energias trabalhadas nos preceitos e na composição de espaços destinados ao culto de cada orixá, “por exemplo, eu comecei a cultivar o Atotô, (...) primeiro assentamento que a gente colocou lá no Atotô foi um mariwo”(Dofono, DC 17/07/2019).

Ao longo do cultivo, são construídos e passados conhecimentos relacionados ao uso das plantas, transmitidos através das histórias, das músicas, das conversas, pela sabedoria ancestral dos mais velhos e mais experientes. Ao cultivar uma energia, uma vibração, um Orixá, cuidando do espaço e plantando algumas folhas, garante-se também que haja uma série de ervas medicinais e plantas que poderão contribuir no cuidado de alguém que necessitar de determinada energia.

Outra coisa interessante sobre o vasto uso das plantas e que reforça o fundamento de que toda e qualquer planta está relacionada a um orixá e todas elas pertencem a Ossain, é o fato de que habitualmente no culto são utilizadas plantas originárias de diversas localidades. Por exemplo, o dendezeiro vem de África, a bananeira vem da Ásia, já o assa peixe é nativo do Nordeste brasileiro. E assim evidencia-se a possibilidade da grande versatilidade e regionalidade que a tradição pode ter

²⁸ Alimento feito a base de farinha de mandioca, farofa, dependendo de como é preparado é servido a diferentes orixás.

dependendo dos caminhos que levaram a chegar em cada localidade.

Assim Ilê Omo Aiye hoje existe e se cria ao longo da história, pautado na tradição cultural, na sabedoria dos mais velhos, que aprenderam e receberam os fundamentos anteriormente com seus respectivos mais velhos.

5.1.4. Continuidade- tradição e aprendizado

Quando perguntado sobre as raízes de seu aprendizado no Candomblé, Mestre Lumumba respondeu e trouxe a questão da relação com o meio ambiente novamente:

Meu aprendizado se dá lá em cima no norte , no Ile Asipá. Com Mestre Didi, Descoredes Maximiliano dos Santos, que era o Alapini. Ali começou essas coisas. No culto de antepassados, em um culto que é ligado as forças da natureza, então, desde lá vem essa coisa que me ensinaram que é Kosi Ewe, Kosi orixá, se não tem folha, não tem orixá. É verdade se não tem folha, não tem vida, nem nada. As folhas sustentam a vida do planeta. Então essa percepção faz a gente pensar em plantar mais folhas. Foi lá, foi lá, na Bahia, foi (MESTRE LUMUMBA, DC17/07/2019).

Na verdade eu tive conhecimento primeiro lá pra depois saber o que ia fazer aqui. Acredito, da parte minha, tem mais orientação do Ilê Asipa mesmo, do Mestre Didi. Vamos dizer a orientação que eu segui é dele. As coisas que tinha que fazer no começo do ano, um ebó, tal ano é disso, faz isso e isso (MESTRE LUMUMBA, DC19/07/2019).

Tais falas demonstram que sua orientação sobre os fundamentos vieram de Mestre Didi. Sua colocação sobre a relação do axé ao meio ambiente fazem referência ao seu aprendizado no passado nos mostram que esta orientação ambientalista não é apenas uma questão pessoal, mas a reprodução cultural dos aprendizados vividos anteriormente. Mestre Lumumba hoje com 75 anos consolidou uma casa de santo e oferece a sabedoria adquirida ao longo de sua vida, de certa forma repetindo o que seu mestre um dia lhe ofereceu. Percebe-se então a continuidade enquanto um ciclo, pode-se dizer de forma espiral, pois se repete o ciclo mas avança no tempo, não retorna ao mesmo ponto, acumulando as experiências (TOLEDO et al., 2009).

A mesma pergunta foi feita a Ya Odokere, que falou de sua vivência no Ilê Axé Obá Nago, onde foi orientada por Mãe Honorina, Tatumbira Kena, que por sua vez teve seu aprendizado na Bahia iniciada por Mametu Samba Diamongo do terreiro Manso Banto Kenkeu do N’Kinasaba. Ela conta que muito do que se vê hoje no Ilê Omo Aiye é reflexo do que viveu em sua iniciação, da influência do

que viu e viveu. Disse que Mãe Honorina não era de falar muito sobre sua vida, mas buscava dentro da simplicidade manter a casa arrumada, limpeza e a comida na mesa: “ela como nunca foi do ouro, nunca quis crescer a casa, tudo era muito simples, mas muito arrumadinho, muito limpo, comida muito boa, então é muito parecido, a simplicidade. E não conseguia dizer, eu apenas vivia. Era bom, eu vivia, e é a reprodução do que vocês tem aqui” (Ya Odokere DC18/07/2019). Conta também que Mãe Honorina era rigorosa quanto aos fundamentos e como isto influencia o presente funcionamento do Ilê Omo Aiye:

O respeito à coisa, mulher pra cá, homem pra lá, roupinha arrumada, santo, orixá muito bem respeitado. O passado é este presente. Eu consegui reproduzir. O cuidado com os mais velhos, é a mesma coisa. Era como nós, um Candomblé simples, pouca gente, mais família, ela nunca quis ter muito filho de Santo. Era pouco filho de Santo, dava conta de tudo, era igual a gente. Lógico que a gente tem uma influência do Lumumba, que trouxe toda uma cultura dele, mas era igual a gente (Ya Odokere DC18/07/2019).

Nestes dois relatos das lideranças do terreiro, nota-se um elemento em comum apesar de suas origens diferentes, que é a herança de valores e princípios adquiridos pelos seus mais velhos, e como a realidade atual é referenciada em seus aprendizados com seus próprios mestres. E especificamente Ya Odokere e Mestre Lumumba, por terem se tornado companheiros de vida e terem resolvido abrir uma casa de axé, pautaram-se em suas experiências distintas e agregaram tanto as semelhanças de seus aprendizados e mesclaram também outros elementos assim criando algo novo. Isso quer dizer que o Ilê Omo Aiye tem influência em Candomblés de duas nações diferentes, Candomblé Nagô, através de Mestre Didi; e Candomblé Angola através de Mãe Honorina.

Ya Odokere também relembra que no Ilê Axé Oba Nago já havia alguma mistura. Sua referência no Bate Folha é Angola, mas em algum momento Mãe Honorina teve influência Nagô, portanto em seu aprendizado já apresentava a mescla de elementos das duas origens.

E com o Lumumba, na parceria com Lumumba isso ficou mais reforçado ainda. Ele tem o aprendizado dele, ele tem o que ele fez com Mestre Didi. Ele trouxe, e é respeitado, mas acabou eu trazendo mais os preceitos, por ser mulher, eu passei mais pelos preceitos de Angola do que ele. E Angola toda a estrutura, a roupa nossa é Angola, entendeu? Tatumbira Kenã, que é minha vó, a Digina²⁹ dela é Angola, a minha não, a minha já é Nagô, Ya Odokere. Igual a gente. Essa estrutura é igual. A história dela, os caminhos dela, nunca foi muito falada, a gente que ia entendendo algumas coisas. Vários terreiros tem misturas. Tudo aqui é mestiço (Ya Odokere DC18/07/2019).

29 Digina é o nome que recebe cada iniciado(a) no Candomblé Angola.

Essa mistura nem sempre é bem vista, já que dentro das tradições do Candomblé existem aqueles que buscam em suas vivências um purismo dentro da ritualística de cada nação. Porém Ya Odokere nos lembra que são vários os terreiros mestiços.

Não tenho a intenção de dizer quem está certo ou errado, nem mesmo de entrar nesta discussão,. Acredito que cada um tem suas razões de ser. Mas ao buscarmos a origem do Candomblé, ele em si é mestiço dentro de suas nações, pois é feito da mistura resultante da resistência de vários povos provenientes de diversas nações, muito mais numerosas do que as tradicionais Jêje, Angola e Ketu. A própria palavra “Candomblé” é uma palavra banto que é usada de maneira geral por todas as nações. Aliás, em sendo o candomblé um culto afroameríndio surgido em solo brasileiro, carrega também noções e aprendizados diversos dos povos nativos desta terra.

E é por ser tão orgânico que o Candomblé se reinventa e resiste ao tempo. Ainda que contra a mestiçagem no culto, Mãe Stella disse que o movimento de transformação cultural existe e a adaptação as vezes pode ser necessária, “Religião é cultura. A religião estática perecerá (...) A essência não se modifica, é o alicerce de tudo. Repito, só se pode passar o Àsè quem o recebeu!” (Santos, 2010).

Ainda em seu livro, Mãe Stella quando tratando das diversas polêmicas que envolvem o candomblé, complementa:

todo iniciado no Culto dos Oríxa é nosso irmão e digno de respeito. Jamais troquem a forma pelo conteúdo. Sejam mais espiritualizados, deixando de lado coisas materiais. Sempre digo que Candomblé chegou à Bahia. Se não fosse a abnegação de nossas “velhas tias” e resistência de seus sucessores, esta religião milenar não mais existiria, muito menos teria se fortalecido. O importante é que a resistência do africano e seus descendentes fizeram chegar a nós a essência do culto. Não podemos ignorar que muitas práticas se perderam, ao longo dos anos, em virtude da passagem oral, passível de falhas e deturpações. Por falar em essência mantida pela resistência, é bom nos lembrarmos de que esta essência é a própria natureza viva. É cansativo, mas repito: os vegetais, minerais, animais, fenômenos naturais (chuva, vento, trovão, relâmpago), a própria terra que pisamos. O Deus supremo é Olorum, as demais divindades são os fenômenos da natureza, que têm vida, inteligência, dão respostas às nossas evocações de maneira surpreendente (SANTOS, 2010, pg.145)

São séculos de história desta cultura no Brasil. Se olharmos para a história do Continente Africano³⁰, que costuma ser apagada na aprendizagem de nossas escolas, teremos a comprovação de que o culto aos Orixás é milenar. Tanto tempo de uma cultura de louvação à natureza, que apesar de

30 Ver a coleção de História Geral da África, fruto da parceria entre UNESCO, MEC e UFSCar.

todas as dificuldades que enfrentou e segue enfrentando, sobrevive e se fortalece, se transforma mas sem perder a sua essência. É resultado da resistência de quem lutou para manter vivos os saberes ancestrais e transmitir às gerações seguintes.

Essa tradição faz com que o conhecimento que é acumulado de geração em geração, que a gente consiga acessar essa memória ancestral. Acho que a tradição preserva isso. No caso da capoeira, vejo assim, a tradição, a forma que aprendo com meu mestre, o pessoal fala, “a ele é tradicional”. Isso é tradição no que a gente faz, no ritmo, no que é cantado, no que a gente passa. Então acho que ela é um veículo de comunicação com essa memória ancestral. E um zelo, uma forma desse conhecimento se manter (DOFONO, DC 17/07/2019).

Então a tradição serve como veículo de comunicação para que novas gerações possam acessar memórias ancestrais, conhecimentos acumulados pelas experiências de toda uma linhagem. É a ciência deste povo. Tal entendimento sobre a tradição e o respeito aos que vieram antes não se restringe ao Candomblé, mas trata-se de uma noção comum na filosofia africana que influenciou a cultura brasileira em diversas manifestações. Dofono trabalha esta ideia da seguinte maneira:

Pra mim o Candomblé é um ramo. Se a gente pensar em África como um coração, aí vai ramificando, aí tem uma artéria que vem pro braço esquerdo, se divide em várias outras. Aí uma dessas é a cultura do Candomblé. Tem culto de Egungun, tem a capoeira, etc. E o Candomblé também ramifica e vai ter suas diferenças. Mas se dentro dessa cultura a gente cultua a ancestralidade, cuida, mantém o aprendizado e retribuí o axé, a gente alimenta aquele coração, a gente alimenta toda essa cultura. (DOFONO, DC 17/07/2019).

E complementa:

sou Contra-Mestre de um grupo, chama Grupo de Capoeira Angola Pelourinho (GCAP)³¹, eu sou orientado pelo Mestre Moraes, na manifestação Capoeira Angola somos descendentes da linhagem de Mestre Pastinha, né, Mestre João Grande, Mestre João Pequeno, que é reconhecido como um grupo tradicional, né? Que mantêm a tradição do que os Mestres falam que resta da Capoeira Angola, porque a Capoeira Angola vive um processo como qualquer outra manifestação de diluição, né, que tudo se dilui. Isso aí é Baulman que fala né? Modernidade Líquida, tudo se dilui. Então acho que uma forma de não diluir tanto e preservar, isso é a tradição. (DOFONO, DC 17/07/2019).

A tradição, portanto, mantém vivos não apenas conhecimentos, mas também valores e princípios que fundamentam o aprendizado dos mais novos. Importante destacar também que a fala de

31 Durante o período de escrita deste texto, Dofono informou seu desligamento do GCAP, mas que segue oferecendo treinos de capoeira em São Luiz do Paraitinga a seus aprendizes.

Dofono traz a noção de que não apenas os mais novos se alimentam do que a tradição proporciona, mas que a ancestralidade se alimenta, se fortalece com a continuação das tradições. É o ciclo da vida no qual o Candomblé se baseia, dinamização de energias. É a reciprocidade de que Mestre Lumumba fala sobre o reino de Ossain, a lógica de funcionamento da floresta na ciclagem de matéria. Todos somos filhos da terra e um dia voltaremos a ela.

Ao longo desta seção discutimos sobre alguns fundamentos do Candomblé e algumas de suas relações que nos dão noções do que fazem o Ilê Omo Aiye ser hoje o que é, um território carregado de sabedoria, boas energias e repleto de uma mata exuberante. Ao cultivar sua ancestralidade, valorizar o conhecimento de seus mestres e antepassados que carregam relações sagradas com a natureza e todos seus elementos, e junto a isso é dada sequência a um ciclo de educação e transmissão de conhecimento. Se aquilo é sagrado, eu cultivo e cuido. Percebemos então como neste processo são geradas e promovidas práticas sociais que favorecem a biointeração, o cuidado ao meio ambiente, o uso de materiais biodegradáveis, a produção e o uso de plantas para cura e alimentação. Tais valores, quando transmitidos aos jovens, ensinam a cuidar e a valorizar a natureza, o que mostra sua importância para além da continuidade do Candomblé, mas para a continuidade dos ecossistemas locais, e assim do ser humano e do planeta.

Pode parecer utópico, mas é neste florescimento de ações e atitudes pautadas em valores biocêntricos que podemos promover modelos diferentes para se relacionar, em todas as escalas, na economia, nos modelos produtivos e de consumo, na educação, nas políticas públicas, na busca por reduzir a desigualdade e a destruição ambiental instalada como padrão no modelo capitalista vigente.

5.2. B) TERRA É LIBERDADE

Neste tópico abordaremos questões relacionadas a questão territorial, e sua importância para a reprodução de uma cultura. Para isso vale trazer contribuições sobre a noção de território. O Decreto Federal 6040 (2007), que trata do desenvolvimento sustentável de povos e comunidades tradicionais, define territórios tradicionais da seguinte maneira:

Espaços necessários à reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária, observado, no que diz

respeito aos povos indígenas e quilombolas, respectivamente, o que dispõem o art. 231 da Constituição e art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e demais regulamentações. (BRASIL, Decreto 6040, art.3,2).

Contribuindo ao debate Abramovoy (2007, pg. 21) assim define:

Territórios são resultados da maneira como as sociedades se organizam para usar os sistemas naturais em que se apoia sua reprodução, o que se abre um interessante campo de cooperação entre ciências sociais e naturais do conhecimento desta relação. (ABRAMOVAY, 2007, pg.21)

Entende-se então que o território representa mais do que o conjunto de fatores naturais ou espaço possuído por alguém. Constituem-se também por laços informais e subjetivos, por modalidades de interação não mercantilizadas que se constroem ao longo do tempo e que formam a identidade dos indivíduos e dos grupos sociais, em seus esforços coletivos de controlar e conviver com um ambiente físico (ABRAMOVAY, 2007; LITTLE, 2002).

Essa perspectiva ambiental de território, muitas vezes entra em conflito com a mecanização de processos agrícolas e a intensificação da produção, que provoca o aceleramento da ruptura do ser humano com seu entorno, e o arma de mecanismos para o controle do ambiente (SANTOS, 1992). Estes mecanismos de dominação historicamente geram condições de insustentabilidades ambientais na intenção de atingir sua satisfação material (CUNHA & HOLANDA, 2006), e de certo causam a diluição cultural de comunidades.

Neste contexto social complexo, as comunidades de maneira geral e as tradicionais em específico vieram, ao longo dos séculos perdendo seus espaços geográficos e observando a dissolução de seus traços culturais diante da força dos elementos advindos da sociedade, por sua vez (de maneira geral) pautada no individualismo e no consumo. (MORAES et al., 2017, p. 7)

Dentre a grande diversidade de comunidades e culturas que existem no Brasil, são várias e diferentes as situações que cada grupo ou nação cultural enfrenta. A partir desta problemática, partimos para o entendimento compartilhado pelos participantes entrevistados no presente estudo.

Quando perguntados a respeito da importância de um território, as respostas que surgiram remeteram às ideias de liberdade e autonomia. “Autonomia total, inclusive alimentícia. Cultural, qualidade de vida” (Mestre Lumumba, DC 17/07/2019).

Nossa, essa semana mesmo tava falando com Baba, acho que a importância crucial é a liberdade, ter terra fortalece a sua liberdade. Porque se você está na terra de alguém, pode ser complicado. Até onde vai o conceito de liberdade? E a liberdade que o Baba e a Ya pensa, não é só a liberdade individual, é a liberdade da família, do coletivo, é isso que eles querem. Que essa terra produza e dê autossustentabilidade aos filhos da casa, e às futuras gerações. (Dofono, DC 17/07/2019)

Resgata-se do tópico anterior a noção da natureza sagrada e percebe-se então a importância do território para manutenção cultural, autonomia de uma comunidade e sua reprodução cultural. Se no Candomblé terra, água, folha, cachoeira, fogo, lenha são sagrados, Ya Odokere afirma que o Candomblé é um culto à natureza, onde é necessária a presença de tais elementos, e portanto pensa nas dificuldades em se manter um candomblé em meio urbano (Ya Odokere, DC 18/07/2019).

Então a questão do território é muito importante “inclusive pra continuidade da coisa, né?” (Ya Odokere, DC 18/07/2019). “Toda mãe ela tem autonomia de ser, ela é dona do seu território e faz. Segue alguns princípios, alguns fundamentos, mas é isso. Um mínimo de fundamento nós temos”(Ya Odokere, DC 18/07/2019).

É orgânico, é vida. Alguns princípios são básicos, comum a todos. Mas isso é orgânico conforme você vai desenvolvendo seu território. Fui na casa da mãe que no barracão dela ela faz um bar de samba. Tá certo, o Orixá dela disse que é possível, então é uma tradição dela. É orgânico, cada casa é um território livre. Existe um fundamento comum, mas como eu falo pra vocês, todo mundo faz arroz, mas cada um tem sua mão de fazer, continua sendo arroz. Então reza tenho uma, fulana tem outra, mas tem coisas que a gente consegue se imagina enquanto um povo. Mas a liberdade de ser dentro de seu território é fundamental. Não tem nem como discutir isso.(Ya Odokere, DC 18/07/2019)

O Ilê Omo Aiye, portanto, se constrói firmado na grande importância que dá para seu território. Entende que este espaço é potencializador da cultura mantida pela comunidade, em relação à oferta de plantas, água corrente e espaços rituais. Valoriza poder colher, plantar e conduzir seus rituais sem sofrer pressões externas, justamente por conta de possuir este território.

Vemos aqui então como o acesso à terra promove soberania alimentar, acesso à água de qualidade, acesso à uma variedade botânica que nasce espontaneamente e possibilita uma série de práticas culturais sem que se tenha medo de represália diante de atitudes preconceituosas e racistas.

A posse ou acesso aos espaços de floresta se mostra um fator importante para construção de autonomia na reprodução cultural promovida pelas comunidades. Isso não significa que terreiros ou comunidades que atuem em pequenas casas no espaço urbano e não tenham espaços verdes estejam inviabilizados. Pelo contrário, apesar das dificuldades as comunidades encontram caminhos criativos, construindo novas formas para manter a cultura viva, isso é o que Luis Rufino (2019) chama de cultura de fresta, ou seja, que transpõe barreiras encontrando caminhos imprevisíveis, se reinventa.

Então o que eu posso dizer, eu não posso dizer nada sobre um terreiro na cidade, já conheci alguns, mas não tive vivência num terreiro da cidade. Então eu posso dizer o seguinte, o que eu senti lá assim, é uma originalidade naquele orixá que tá sendo cultuado, não sei a forma que eles trabalham as insabas, como é que eles conseguem isso. Acho que é uma tradição de cada local. (Dofono, DC 17/07/2019)

No culto e na vivência, mas todo mundo vai comprar erva no erbanário, tem que ser criativo. Na floresta tem um cara que colhe, e você não consegue ir, o cara traz de saco e vende a preço que ele quiser. Aqui a folha, é tanto. Então o que era colhido passa a ser comprado. Ah, mas é assim mesmo, porque quando a gente morava na roça, e todo mundo tinha um quintalzinho na cidade, todo mundo ia colher alface no quintal. E aí passou a comprar. Não tem mais quintal, cimentou tudo, então compra, né? A gente só compra o que a gente não tem. Aí a gente volta naquilo. Terra e semente. Se tem terra e semente você é livre, agora se tem água, você tem poder. (Mestre Lumumba, DC 17/07/2019)

A crítica feita por Mestre Lumumba quando diz, “ A gente só compra o que a gente não tem” (DC 17/07/2019) remete à problemática da perda de território, que é causada tanto pela concentração de terras no campo e também no processo de urbanização e concentração populacional nos espaços urbanos. Mesmo no espaço urbano, a questão cultural se modificou, “todo mundo tinha um quintalzinho na cidade, todo mundo ia colher alface no quintal. E aí passou a comprar. Não tem mais quintal, cimentou tudo, então compra, né?” (DC 17/07/2019).

Sueli Santos Conceição (2008) aborda, em sua dissertação, a questão da desterritorialização das comunidades de terreiro em Salvador, causada por pressão da urbanização e da especulação

imobiliária, e apresenta as estratégias encontradas para seguir obtendo as folhas necessárias para continuidade da cultura. A autora apresenta quatro caminhos possíveis que tem sido traçados pelas comunidades de terreiro quando afetadas pela urbanização: 1) reestruturação das áreas internas, quando parte de seu território é ocupado; 2) mudar de endereço quando há condições financeiras; 3) sua extinção; 4) a transformação do modelo de terreiro, possivelmente não possuindo área verde (CONCEIÇÃO, 2008).

A escassez de áreas verdes tanto dentro quanto fora dos terreiros, que dificulta o acesso às plantas, não fez com que esta cultura deixasse de usar e depender das plantas para seus rituais. Porém, promove mudanças em seu acesso que quando se torna inviável por meios rituais coletadas por responsáveis iniciados para tal tarefa, passam a ser mercantilizadas, sejam compradas em feiras livres, lojas de produtos religiosos ou até por meio eletrônico em sites ou por telefone com entrega a domicílio (CONCEIÇÃO, 2008). Portanto, o acesso à plantas, folhas, sementes, apesar de restrito, é recriado baseado na lógica mercantil comum nas relações sociais cotidianas.

A maior dificuldade, portanto, passa a ser o acesso às áreas onde existam recursos naturais importantes para a realização de rituais e oferendas. Se falamos que a essência do Candomblé são os elementos e fenômenos naturais, estes representados por divindades, entendemos, por exemplo, que se Oxum é água doce, para se praticar uma oferenda é necessário o acesso a um rio que esteja em condições ambientalmente adequadas, ou por exemplo Iroko, que por muitos é representado pela gameleira branca (figueira branca), é necessário que haja uma árvore que será cultuada. Quando não se tem espaço ou acesso como se tem com mais facilidade na zona rural, em ambiente urbano busca-se espaços públicos, bosques, parques ou até praças.

O livro “ A floresta: Educação, cultura e justiça ambiental” (CORRÊA; MOUTINHO-DA-COSTA; BARROS, 2013) apresenta o conflito entre responsáveis por áreas protegidas e usuários religiosos que reivindicam sua presença no interior de áreas como o Parque Nacional da Tijuca, no Rio de Janeiro. O pensamento conservacionista proíbe o uso de fogo (velas), depósito de resíduos (alimentos e bebidas) e a entrada de animais em áreas protegidas, tornando os religiosos criminosos ambientais. O livro concentra o debate que se acumulou como resultado do I Seminário de Educação, Cultura e Justiça Ambiental ocorrido em 2006 e produziu uma série de propostas aos gestores em uma carta destinada ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). Reivindicam que a área do parque um dia fora completamente devastada pela produção de

café, e que a presença de negros escravizados, embora tivessem reprimidas suas práticas culturais, arranjavam formas de realizar seus cultos, carregavam sementes, e tiveram grande contribuição no reflorestamento da área. Muitos de seus descendentes vivem ainda hoje em favelas que circundam a área, e aqueles que são praticantes das religiões da natureza, consideram aquela floresta como um santuário, um local de culto (CORRÊA; MOUTINHO-DA-COSTA; BARROS, 2013). Portanto, na busca pela manutenção tanto de patrimônio natural como de patrimônio cultural imaterial, surgiram propostas de operacionalização e criação de infraestrutura que compatibilizassem a proteção ambiental e o respeito à diversidade cultural (CORRÊA; MOUTINHO-DA-COSTA; BARROS, 2013).

Da fala do Mestre Lumumba também elencamos a sentença que concentra o ponto chave da análise deste tópico, “Terra e semente. Se tem terra e semente você é livre, agora se tem água, você tem poder”(DC 17/07/2019). A garantia do acesso aos recursos naturais, portanto, se faz necessária para que qualquer agrupamento humano consiga reproduzir sua cultura, de conduzir a existência de sua família ou comunidade com autonomia para escolher quais caminhos percorrer. Terra, sementes e água portanto são elementos chave para que um povo tenha soberania.

Quando chegaram ao sítio em 1983, o “terreno estava pronto pra fazer cultura de base de encosta, produção de verdura, plantação de tomate, essas coisas de giro rápido. Mas vão drenando o potencial da terra. Tem que entrar muito adubo, um monte de coisas.” (Mestre Lumumba, DC 16/07/2019). Segundo Mestre Lumumba (DC 17/07/2019) era um pasto com algumas poucas árvores no meio, e toda a parte baixa estava queimada pois a intenção do morador anterior era a de fazer plantação de tomate. O Mestre ainda comenta que as pessoas da região costumam considerar que as culturas de ciclo curto e que produzem em poucos meses são as que dão mais lucro. A escolha de Lumumba e Ya Odokere em relação à como lidar com o terreno foi a seguinte:

O reflorestar é tipo assim, florestar né, é o que, resolveu-se mudar e não é mais um terreno pra plantar mas a terra pra viver. Aí vira assim, você vai vivendo nessa terra, seus netos vão vivendo nessa terra, então ela tem que ser saudável a ponto de sustentar quem mora nela. E ela o faz, é só não agredir a terra, ela dá alimento pra todo mundo . A questão é não agredir a terra. E o interessante é que a floresta vai cuidando dela mesma. A gente trouxe o pinhão, as frutíferas e tal, mas a Mata Atlântica, ela se recupera, se você parar de roçar e arar o pasto, ela vira floresta de novo (Mestre Lumumba, DC 16/07/2019).

O caminho, portanto, foi o de promover o reflorestamento, recuperar a área do sítio a partir do plantio de mudas e deixar de roçar e arar a terra no sentido de permitir a sucessão ecológica. Este entendimento parte da importância e valorização dada a uma terra considerada saudável para a permanência familiar, tendo enquanto fundamento a cultura do Candomblé. O acesso à água limpa, à mata e ter uma terra onde se pode produzir, circular e cultivar, permite a uma comunidade ter autonomia em diversos aspectos.

Um dos aspectos relacionados à autonomia comunitária é o financeiro. A posse ou permanência na terra possibilita que seus moradores possam produzir nesta terra de diversas maneiras. Ao longo da trajetória deste reflorestamento foram aproveitadas as áreas adequadas para o plantio de espécies de ciclo curto tanto para comercialização quanto para consumo de subsistência.

Uma vez o Baba colheu aqui, pergunta pra ele, mas ele ganhou um bom dinheiro, toda aquela frente só de inhame, até a porteira. Vendeu muito inhame. Nossa que fartura, nunca vi tanto. Então sempre teve colheita de algo. Às vezes plantava um pouco de milho, um pouco de couve, sempre fez (**Dofono**, DC 17/07/2019) .

Foi relatada também a questão da parceria com a vizinhança na produção agrícola: “Às vezes fazia de meio com o pessoal, lembro que o Carlinho, ex-marido da Kota Ya Domin, ele fazia roça de meio dos vizinho, de milho” (**Dofono**, DC 17/07/2019).

Tal prática era costume na região do Vale do Paraíba, como característica da cultura caipira, como aborda Antônio Cândido (2010) no livro “Os parceiros do Rio Bonito”, relatando as práticas de mutirão nas relações de parceria e compadrio como estratégia para as comunidades trabalharem e gerarem seu sustento.

(...) a gente fazia plantio de meia. Meia de feijão, meia de abobora, meia de milho, meia de mandioca. Então a gente fazia de meia. A gente entra com o arado, o adubo e a semente, e eles entram com a mão de obra. E aí divide meio a meio a produção e o trabalho. Foi assim que deu pra criar (Mestre Lumumba, DC 17/07/2019).

Então, ao longo do processo de ocupação do sítio, enquanto se promovia paulatinamente o reflorestamento, o trabalho na roça a produção agrícola de subsistência a partir de práticas e saberes da cultura local foi uma das estratégias para permanência e sustento da comunidade.

Dentre as várias árvores que foram plantadas, ocorreu a inserção de grande número de indivíduos de jussara e da araucária. A intenção foi a de promover o manejo florestal de seus frutos, quando atingirem a maturidade, em meio a mata que foi se desenvolvendo ao longo das últimas décadas. “Que eu converso com Baba, são mais de 3 mil pés de jussara plantados e tem uma porção produzindo já” (Dofono, DC 17/07/2019).

É importante ressaltar que estas duas espécies encontram-se na Resolução SMA - 57, de 5/06/2016 que publica a revisão da lista oficial das espécies da flora ameaçadas de extinção no Estado de São Paulo (SÃO PAULO, 2016). Esta lista é elaborada conforme os critérios da IUCN (União Internacional para a Conservação da Natureza), onde a palmeira jussara (*Euterpe edulis*) é avaliada como vulnerável (VU) e a araucária (*Araucária angustifolia*) encontra-se como em perigo (EN).³² Isto se deve ao ao histórico de exploração da madeira da araucária e do palmito da jussara. Por conta deste risco ambas são consideradas espécies protegidas e seu corte é ilegal. A escolha por estas espécies como carro chefe de uma futura produção unem a intenção da busca por autonomia financeira por meio do manejo florestal e fortalece o cenário de recuperação ambiental da mata atlântica, sendo que essas árvores não poderão ser cortadas.

A expectativa de Mestre Lumumba é a de colher os frutos da jussara e do pinhão para comercialização e para o processamento. “A gente tá com mais de 3500 pé plantado, então temos que estar preparados pra esse manuseio.” (DC 16/07/2019). O processamento da polpa da jussara tem sido visto como grande alternativa ao seu corte e a intenção é a de capacitar a comunidade e adquirir equipamentos apropriados para esta produção, com objetivo de gerar renda para as pessoas e autonomia financeira do Ilê Omo Aiye. “Agora mesmo que a gente não vá colher, os passarinhos e os bichos comem” (MESTRE LUMUMBA, DC 16/07/2019).

Outra atividade que vem sendo desenvolvida nos últimos anos é a produção de cerveja artesanal (figuras 9 e 10). Desde 2016 a cerveja, chamada Otimbé, vem sendo produzida de forma caseira e o processo produtivo foi desenvolvido a partir da contribuição de diferentes pessoas que frequentam o Ilê. Em 2018 foi construída uma cozinha pensada para o processamento de produtos alimentícios, e hoje vem sendo utilizada para esta produção cervejeira. Atualmente ela tem a capacidade de fermentação simultânea de 400 litros, podendo produzir até 1000 litros por mês. No período em que foram feitas as entrevistas quem estava responsável pela produção era a Kota D’omin, com a

32 As categorias e os critérios utilizados para o enquadramento das espécies nesta lista podem ser encontrados no capítulo 2 do Livro vermelho das espécies vegetais ameaçadas do Estado de São Paulo (2007)

participação de outras pessoas e a comercialização tem sido feita pela comunidade em eventos e em alguns estabelecimentos parceiros. Durante a pesquisa pude participar de um dia de trabalho junto à Kota D'omin e conhecer e contribuir com o processo de rotulação das garrafas, e também uma degustação.



Figura 10: fermentadores de cerveja. Fonte: Pedro Zanette



Figura 11: garrafas de Otimbé. Fonte: Pedro Zanette

Liberdade, portanto, é o que se busca e o que se pode conquistar quando uma comunidade possui território. No caso do Ilê Omo Aiye, vemos como o território permite moradia, acesso aos elementos naturais básicos para a vida e para a manutenção da cultura do Candomblé. A existência de áreas verdes e água corrente dentro da propriedade permite tanto a coleta e uso de plantas, o uso da água para abastecimento, irrigação e criação animal, como permite a existência de espaços rituais adequados para que oferendas sejam feitas em território seguro e livre de constrangimento que possam ser causados por intolerantes religiosos.

Entende-se também que possuir ou ter acesso a território permite condições à autonomia financeira e alimentar de uma comunidade. Apesar de o Brasil ter uma extensa área territorial, a terra segue concentrada sobre a posse de poucos proprietários, por isso muita gente se concentra nas zonas urbanas e depende de emprego e dinheiro para ter acesso a alimento e a recursos básicos. Quem tem a propriedade da terra pode fazer escolhas de como usar e conviver com o espaço e o que mais habita nele, desde que dentro da legalidade. No Ilê Omo Aiye escolheu-se reflorestar seu território e buscar alternativas de trabalho e sustento que convivam com a floresta e sejam condizentes com os fundamentos do Candomblé.

5.2.1. Cuidado com a terra, aumento de resiliência e benefícios da e para a floresta

Em visita à São Luiz do Paraitinga conversamos sobre as encostas e os comuns deslizamentos que ocorrem no município. Ainda é possível ver marcas e alterações provocadas pela enchente ocorrida em 2010. O Rio Paraitinga contorna o centro da cidade, que está consolidado dentro da Área de Preservação Permanente (APP), tendo apenas uma rua simples que separa o rio das primeiras casas. Casarões que foram afetados e não passaram por reforma exibem o interior de suas centenárias paredes feitas de barro e madeira, já outros não tiveram a mesma sorte e ruíram. Algumas casas ainda mostram a marca da altura que a água atingiu. Segundo relatos, o nível do rio subiu 12 metros acima do nível normal naquela ocasião (MORADEI, 2016). Os morros que contornam a cidade também apresentam evidências dos deslizamentos de terra (Figura 11). Coincidentemente, a entrada principal de São Luiz do Paraitinga está interditada por conta de um episódio de deslizamento recente, por isso nossa entrada e saída da cidade ocorreram por outra entrada. Está situação se agrava por conta da combinação de terrenos íngremes e acidentados característicos da região e o histórico de desmatamento, onde restam apenas entre 5% e 10% de solo coberto por floresta.



Figura 12: deslizamento de terra em solos das margens do rio Paraitinga, (2019). Fonte: Pedro Zanette.

No caso do Ile Omo Aiye, os relatos apontam que desde a chegada dos mestres em 1983 e seu assentamento em 1986, Lumumba e Ya Odokere já tinham a intenção direcionada a reflorestar o sítio. Segundo os relatos, posseiros mantinham os 6,9 hectares do sítio como pasto, e algumas áreas estavam

preparadas para agricultura de ciclos curtos, horticultura promovida na encosta do morro. “O terreno estava pronto pra fazer cultura de base de encosta, produção de verdura, plantação de tomate, essas coisas de giro rápido. Mas vão drenando o potencial da terra. Tem que entrar muito adubo, um monte de coisas.” (MESTRE LUMUMBA, DC 16/07/2019), “Mas a gente tava trabalhando no vamos preservar isso aqui. É a única maneira de a gente ficar habitando o planetoide” (MESTRE LUMUMBA, DC 17/07/2019).

Baba ile, uma identidade dele, ele já chegou com muda. Acho que os dois quando pisaram aqui já plantaram alguma coisa. Eu lembro dessa história dos dois. Chegando e já plantando. Quando eu conheci ele já era assim, conversando com ele, Baba, ele sempre plantando, dando muda, fazendo muda. Coisa dele, você vê, faz isso até hoje. Vai fazer sempre, com a fé em Olorum. (Dofono, DC 17/07/2019)

Esta identidade relatada por Dofono, transparece a influência da cultura botânica do Candomblé, carregada por Mestre Lumumba e Ya Odokere e seu desejo de reflorestar o território do sítio para que este se tornasse um espaço próprio para o crescimento de sua família garantindo sua reprodução cultural, unindo o prático e o simbólico no plantio de árvores, fortalecendo uma maneira de se entender no território.

Neste sentido, algumas situações foram relatadas pelas(os) participantes da pesquisa que, ao longo dos anos, tem sido feito o enriquecimento vegetal do sítio vinculado aos rituais que acontecem no cotidiano do terreiro, buscando a ideia de restituição de axé trazida por Mestre Lumumba. Por exemplo, quando estão relacionadas aos momentos de iniciação, em rituais com foco em determinados Orixás e também em momentos em que alguém precisou de alguma planta para cura. Ou seja, quando se trabalha certa energia, promove-se o plantio com pensamento não apenas no presente, mas também no futuro da comunidade, garantindo a disponibilidade de plantas diversas.

O que eu acompanho o Baba ele vem no inicio plantando nativas, recuperando, já quando eu chego aqui, ele já me ensinava a fazer mudas, a plantar e tal, e arvores que me lembro, a gente plantou serreiro, gabiroba, plantamos peroba, e aí depois vem o processo que você vê hoje ainda com a jussara, muita jussara. Araucária, Bambu, muito bambu junto do mito da Oya, Iansã. E também aquela época a gente fazia a construção mais de pau-a-pique com bambu, bastante bambu. Naquela época Baba já pensava, tanto é que ele plantou diversas qualidades, tem o gigante, tem esse fininho, tem taquarapoca lá em cima, que o pessoal falou que tá acabando, tem lá em cima. Ela é linda né, abraça toda a floresta, vai lançando uns galhão. (Dofono, DC 17/07/2019)

Percebe-se que existe um processo pedagógico baseado nesta prática. Aprender a produzir mudas (figuras 13 e 14), plantar, ver crescer e garantir a presença da espécie vegetal. Isso ensina não só fundamentos ligados à espiritualidade, mas também um ofício e, por quê não, Física, Química e Biologia. É a possibilidade de ver na prática os ciclos de vida como uma forma eficiente de entender o funcionamento do mundo.

Ai a gente faz o rito, cultua... por exemplo, eu comecei a cultuar o Atotô, primeiro objeto, objeto não né, primeiro assentamento que a gente colocou lá no Atotô foi um mariwo. Comecei a cuidar dele. Acho que você ainda chegou a ver ele no Atotô. Depois ele adoeceu e até fizeram tambores com ele. (...)

E as ervas de cura também,...) que cada Orixá tem plantas a serem cultuadas. E aquela planta é planta de cura praquele filho daquele Orixá. Então tem coisa que conforme foi cuidando das pessoas, foi plantando mais pra quele Orixá. Plantas pra chás, pra banhos, incenso, defumação, pro xirê da casa, abre caminho por exemplo. (Dofono, DC 17/07/2019)

Desta maneira, com o intuito de manter-se vivo o conhecimento ancestral, o acesso aos possíveis remédios e insumos de uso cotidiano da comunidade, gera-se o enriquecimento florístico que passa a compor o ambiente, conseqüentemente contribui-se com o aumento de biodiversidade, atraindo polinizadores e animais que consumam tais plantas (figura 12), e assim por diante.



Figura 13: jacus na varanda da casa (2019).

Os passarinhos levam sementes e começam replantar tudo de novo. Quando as árvores já tão tudo na meia altura, que a turma chama de capoeira. Mas se você não sair cortando a capoeira, meu amigo, já já ela retorna a sua estatura inicial. Vem passarinhos e outros disseminadores ai que plantam, é justamente o que serve de alimentação pra eles e pra gente. Os pássaros plantam a própria comida. A gente tem só que não interferir (Mestre Lumumba, DC 16/07/2019).

Sobre a origem das mudas de Jussara, Mestre Lumumba informou que por cada lugar que passava e tinha Jussara ele coletava sementes para fazer mudas, assim foi organizando um viveiro. Por conta de ser uma espécie protegida recebeu um lote de sementes que veio do Parque da Água Branca, em São Paulo, a partir de um projeto da Secretaria do Estado da Agricultura. Depois recebeu outras que vieram do Parque Estadual da Serra do Mar. Assim sua ideia foi a de “ter uma matrizes poligenéticas” (Mestre Lumumba, DC 17/07/2019). Disse que as últimas que recebeu e produziu são 800 mudas de jussara anã, que vieram de Cananeia (Figura 14).



Figura 14: mudas de araucaria (2019).



Figura 15: mudas de jussara (2019).

Tais ações de plantio e cuidados com o território, por exemplo, cercar o terreno para evitar que o gado do vizinho entre e pisoteie o terreno e não roçar a capoeira, representadas na fala de Mestre Lumumba, resultaram no que hoje é uma mata vigorosa e biodiversa. O aumento da fauna local e da biodiversidade são reflexos dessas ações, e desta intenção de preservar a mata enquanto um espaço ritual e na aposta de rentabilidade financeira promovida pelo manejo florestal, em uma economia de floresta em pé.

Ao atrair a fauna promove-se um processo que se retroalimenta. A introdução de espécies nativas atraiu pássaros, que por sua vez foram responsáveis por carregar sementes de frutos (Figura 16) que comeram em outros lugares. Tais sementes quando germinam, se desenvolvem, geram frutos (Figura 15) e atraem outros elementos da fauna. Os benefícios para a fauna não são apenas os alimentos, mas conforme a mata se desenvolve, se torna espaço mais seguro para a transição e estabelecimento de ninhos de elementos ou grupos de mais espécies.

Agora tem famílias de sagui, família daqueles esquinhos brasileiros, eles pegam o cacho da jussara, vai madurando, eles vão comendo os que vão madurando, e vai deixando as verde, um pé de jussara alimenta bem no inverno uma família. Aí deixa madurá, volta no outro dia e vai coletando. Tem jacu, esquilo, macaco, macaco prego, sagui, eles voltaram tudo por causa da comida, né? Por que tem goiaba também ali na baixada, na verdade o terreno virou uma praça de alimentação da Mata Atlântica. Já apareceu jaguatirica. Por que onde vai os que comem frutinha, vai o cara que come carne, eles tão gordinhos ali. Então toda a cadeia começa a funcionar. (Mestre Lumumba, DC 16/07/2019)

E isso aqui virou uma ilha de seres nativos. Aqui você vê sagui, esquilo, tucano, tiriva, jacu. E agora tentei criar peixe ali e descobri que a lontra vem e colhe peixe. Não come tudo, ela só come médio e grande. Aí ela vai pra cima, sobe o rio e depois ela desce o rio. De vez em quando ela sobe o rio pra colhe as coisas lá pra cima. Só que eu que cuido do peixe (Mestre Lumumba, DC 17/07/2019).

As duas falas acima nos trazem importantes ensinamentos provenientes da observação dos comportamentos da fauna na busca de seus alimentos. Falam sobre como esquilos manejam o cacho de palmeira, coletando apenas frutos maduros, e como lontras manejam os peixes, capturando os indivíduos adultos e deixando os jovens e pequenos. É o contrário da lógica do acumulo. No caso percebe-se que o melhor lugar pra guardar o peixe é na água, onde eles continuam crescendo e se reproduzindo (SANTOS, 2015).



Figura 16: Jussara produzindo frutos. Fonte: Pedro Zanette.



Figura 17: sementes de jussara espalhadas pela fauna. Fonte: Pedro Zanette

Ou seja, existem relatos que comprovam o aumento da biodiversidade local, o aumento da fauna, o enriquecimento do ecossistema através da sucessão ecológica, assim como coloca Mestre Lumumba, que foi ocasionada pelo reflorestamento, com evidências que a região além de berçário para diversas espécies se tornou parte de um corredor ecológico por onde passam até grande felinos.

Podemos dizer que este enriquecimento local da biodiversidade conseqüentemente provoca o aumento da resiliência do ecossistema regional, e por quê não da Mata Atlântica? Se a ação humana, baseada em valores e princípios do Candomblé, fomentou o reflorestamento de uma área desmatada tornando este um ambiente seguro para a reprodução, alimentação e trânsito de diversas espécies animais, além de conectar fragmentos de mata e também servir de berçário florístico, concluímos que houve aumento da resiliência ecossistêmica. Se por acaso áreas próximas sofrerem degradações, desmatamento, predações ou caça, o sítio do Ilê Omo Aiye, a comunidade animal e vegetal, poderão servir de matrizes de sementes e indivíduos para povoar e reflorestar tais áreas.

Capivara, paca, jacu, onça, que a gente sabe que tem, foi vista. Lontra, que agora tão comendo os peixes do Baba, mas sempre teve. Esquilo, macaco então, você tem daquele miquinho de cara branca, até aquele que dá aquele berrão...Bugio. Tem uns que passam de vez em quando, é um corredor né, cheio de comida. Banana por exemplo tem muita banana, Baba plantou. Insetos também diversos, hehe, o lugar é bom, todo mundo vem morar aqui (Dofono, DC 17/07/2019).

Para melhor ilustrar o desenvolvimento da mata, seguem abaixo algumas imagens para auxiliar na comparação de como já foi o terreno e como está agora.³³ A figura 17 mostra a frente da casa grande em 1994 quando ao fundo ainda era possível ver o morro do terreno vizinho, já a figura 18 traz uma cena parecida, porém tirada em 2019, em comparação mostra que a mata do sítio se desenvolveu e não mais é possível ver o morro do sítio vizinho. As figuras 19, 20 e 21 possibilitam ver como a mata se desenvolveu paralelamente ao plantio de mudas, quando se compara com o tamanho das construções, nota-se que a mata já tem uma altura considerável.



Figura 18: frente da casa grande, com detalhe ao morro ao fundo sem mata, início de uma capoeira (1994).
fonte: acervo Ilê Omo Aiye

³³ É importante comentar que na década de 80 tanto a tecnologia das câmeras analógicas quanto os recursos financeiros foram fatores limitantes para o registro fotográfico, portanto as fotografias das décadas iniciais da ocupação do sítio são raras.



Figura 19: frente da casa grande, não é mais possível ver diretamente o morro que está ao fundo (2019).
Fonte: Pedro Zanette



Figura 20: Vista lateral da casa grade com a mata ao fundo. Fonte: Pedro Zanette



Figura 21: muda de jussara (2019). Fonte: Pedro



Figura 22: Mata que fica atrás da casa de Ya Odokere, (2019). Fonte: Pedro Zanette

“Eu acho agora principalmente, a mata tá se fortalecendo, tá mais madura, tem bastante matéria orgânica embaixo” (Dofono, DC 17/07/2019). De fato, a matéria orgânica depositada no solo é responsável por alimentar a vida no solo, que decompõe a matéria orgânica em compostos mais simples que servirão de alimento aos vegetais. Esta vida no solo (fungos, bactérias, artrópodes, vermes, etc.) é responsável também por manter a estrutura do solo porosa. Essa porosidade garante que entre água e ar no solo, possibilitando a vida vegetal. Sem vegetais ou plantas provavelmente não seria possível a existência de muita vida no planeta, nem a existência de solos permeáveis que captam e armazenam água da chuva (PRIMAVESI, 2016).

Entendemos portanto que é possível haver presença humana em ambiente florestal, podendo ser benéfica aos ecossistemas, ou pelo menos não provocar desequilíbrios de grandes proporções, desde que estejam educados para conviver com a floresta. “Dá pra gente viver na floresta. Não precisa viver na floresta necessariamente, mas conviver com ela, deixar a floresta viver também. Adequar a casa, adequar as coisas e tal. A floresta, ela é acolhedora, mas não aguenta machado, machado ela não aguenta” (Mestre Lumumba, DC 17/07/2019).

Na verdade ao olhar para a Mata Atlântica, é importante lembrar que há milhares de anos povos nativos ocuparam os diversos ecossistemas do território brasileiro, e certamente manejaram estas florestas, se utilizando dos seus recursos e também plantando o que fosse importante. Podemos dizer que o que para muitos é considerado uma mata virgem, na verdade trata-se de matas manejadas por seres humanos por milhares de anos de forma que esta seguiu em pé e fortalecida.

Por outro lado, se a comunidade local foi benéfica para o fortalecimento e reestabelecimento da floresta, foram relatados também alguns benefícios para a comunidade relacionados a presença de floresta no território. Kota Ya D’Omin relatou que costuma passar alguns momentos em São Paulo, cidade onde possui vínculos familiares, momentos em que sua bronquite costuma piorar, necessitando assim de inalação. Porém, quando retorna ao Ilê, onde o ar é úmido e o clima é fresco, ela se sente em meio à inalação, o que sintomaticamente provoca a melhora de sua respiração. Esta é uma evidência de que o contato próximo à floresta pode beneficiar a saúde respiratória (Kota Ya Domin, DC17/07/2019). Prova da qualidade do ar é a comum presença de fungos liquenizados, comumente utilizado como bioindicadores, ou biomonitores, por conta de sua sensibilidade a poluentes presentes no ar de áreas antropizadas (MARTINS et al., 2008).



Figura 23: fungo liquenizado vermelho, bioindicador de qualidade do ar. (2019)

Dofono comentou que o terreno é uma grotta que se recuperou, ou seja, o solo do morro está estabilizado. E como efeito do reflorestamento encontra-se água cavando a apenas um metro de profundidade, “às vezes brota água no piso aqui” (Dofono, DC 17/07/2019).

Mestre Lumumba comentou que o sítio situado no outro lado do morro onde está seu terreno é um pasto, porém existem minas de água lá por conta da mata presente em seu terreno, “é pasto do meu lado, mas do meu lado estar até o topo de floresta, do lado de lá as minas tão minando, porque absorve água aqui e joga pra lá, entendeu?” (Mestre Lumumba DC17/07/2019). Já no morro da frente, outro vizinho dele plantou eucalipto em monocultura, o que provocou alterações no regime de águas, “onde o vizinho plantou eucalipto, secou todas minas do outro lado, reduziu todas mina do lado de lá, e detrás do morro também tá secando” (Mestre Lumumba DC17/07/2019). Portanto este também é um grande motivo que o incentiva a manter a floresta em pé: “Sem as árvores as minas secaram, com certeza. Então pra se ter água, é necessário ter floresta.” (Mestre Lumumba DC17/07/2019).

Como estratégia de manutenção dos caminhos traçados pelos mestres, a comunidade está se organizando para compor uma associação que servirá para a finalidade coletiva como estrutura institucional, como forma do espaço seguir a finalidade de terreiro de axé, sem que a posse da terra seja

discutida de maneira particular em processos de sucessão familiar. A intenção é que a terra permaneça coletiva para as próximas gerações, e assim espera-se manter os valores de cuidado com a terra baseados na vivência do Candomblé.

Está se constituindo um instituto que tem em suas diretrizes essa preocupação com a terra, com a mata, o material e imaterial que compõe o ilê Omo Aiye. Preservação disso, e a questão ambiental é prioridade, justamente por essa questão do sagrado. O sagrado faz com que essa consciência amplie. É a morada dos Orixás, é na mata que os Orixás moram. (Dofono, DC 17/07/2019)

Já existe um grupo de trabalho que está construindo um estatuto e organizando os encaminhamentos burocráticos para fundar este instituto, que além de gerir a área territorial, possibilitará que a comunidade atue em projetos nas áreas de educação, meio ambiente, cultura e relações étnico-raciais.

Mestre Lumumba quando falou sobre as intenções futuras para o Ilê Omo Aiye, falou que este é um projeto para 100 anos, ou seja, é pensado para longo prazo. Já se passaram quase 40 anos de existência do terreiro, e muitos objetivos foram atingidos. Mas sua visão é destinada às gerações futuras. No passado trabalhou na educação de jovens e crianças, no presente é com as crianças que ele tem prazer de trabalhar, e assim ele espera que, no futuro, as crianças de hoje tenham condições de ampliar este trabalho e esta cultura biocêntrica.

Então eu vejo isso, vejo qualidade de vida e vejo a questão da consciência com a relação com meio ambiente. Você vê aqui as crianças daqui elas já, naturalmente vão vivenciando dentro do aprendizado, essa relação, futuramente serão pessoas que quando tiverem um espaço, vão cuidar, vão zelar, vão plantar. (Dofono, DC 17/07/2019)

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS:

No presente trabalho buscamos problematizar a questão ambiental, a partir de um breve histórico global e nacional, apresentamos questões culturais, políticas e sociais envolvidas que nos trouxeram a um cenário global de degradação ambiental.

Compreendemos que a experiência dos povos tradicionais que vivem em seus territórios a séculos sem destruí-los, ou até a milênios, seja importante para inspirar o caminho na busca de soluções para a situação da humanidade.

Para isso é necessário dialogar, abrir espaço, pesquisar, escutar, e aprender com tais experiências e conhecimentos. Se acordos e leis não bastam para garantir boas práticas ambientais e a redução dos riscos de colapso, se faz necessária uma mudança cultural, que se baseie em valores e princípios ecosóficis.

A partir de entrevistas, buscamos conhecer experiência do Ilê Omo Aiye, seus fundamentos, quais razões de terem promovido o reflorestamento de seu território e de que maneira isso ocorreu.

Com este processo produziu-se um registro sobre o contexto histórico de formação do terreiro a partir da visão e da trajetória de suas lideranças, Ya Odokere, que teve iniciação em um Candomblé Angola, e Mestre Lumumba, que teve formação em um Candomblé Nago, e após seu encontro e união, fundaram um terreiro que carrega características e saberes mesclados, mas pautados nos mesmos fundamentos ancestrais. Este registro auxiliará que presentes e futuras gerações possam conhecer tal experiência, e também que pesquisadores possam se inspirar em conhecer experiências populares que obtiveram sucesso no que tange a conservação de biodiversidade e recuperação de ecossistemas. Espera-se também que este registro fortaleça a comunidade em sua busca por uma institucionalização, e assim na busca por recursos e editais que possibilitem a ampliação de seus trabalhos com meio ambiente, cultura e educação.

O Ilê Omo Aiye, ao longo de quatro décadas tem como território um sítio de 6,9 hectares localizado na Serra do Mar, no município de São Luiz do Paraitinga. Este é um sítio que foi reflorestado pela comunidade por meio do plantio de mudas nativas, frutíferas e promovendo práticas que favoreceram a sucessão ecológica.

O Candomblé é uma cultura de raízes afro-brasileiras, pautada em conhecimentos tradicionais milenares, baseada no culto aos orixás, divindades que estão intimamente ligadas aos elementos e fenômenos naturais, plantas, águas, terra, vento, trovão, etc, por isso seus praticantes consideram a natureza sagrada. Cada orixá possui relação com certas plantas, as quais são usadas para defumações, banhos, alimentos, recipientes, e adornos. Desta forma entendemos que a relação da natureza com o sagrado, ou podemos dizer a noção de natureza sagrada, estimulou o cuidado o respeito aos elementos naturais e ao meio ambiente.

O uso das folhas no Candomblé é essencial, estando envolvido em praticamente todos os procedimentos rituais. Através dos conhecimentos tradicionais são também utilizadas para diversos usos, como o medicinal. Pensa-se a saúde de forma integral, a partir dos equilíbrios energéticos de cada pessoa, entre as pessoas e dos locais. Para promover o equilíbrio são usados os diversos elementos e seus potenciais energéticos. Para tanto, as folhas e suas relações com os orixás tem grande função na cura de desequilíbrios energéticos, em seus diversos usos. Tais conhecimentos sobre as plantas tem grande importância para pesquisas além da busca por fármacos. Auxiliam as pessoas a promover tratamentos, preventivos e complementares aos tratamentos convencionais, a diversos males.

Ao longo da história do terreiro, portanto, conforme foi-se ritualizando, foi sendo promovido o plantio de uma diversidade de vegetais, desta maneira enquanto cultuavam determinada energia, garantiu-se que no futuro houvesse oferta de plantas diversas a serem colhidas, o que fortaleceu o processo de reflorestamento e o aumento de biodiversidade.

Desta forma, a comunidade do Ilê Omo Aiye consolidou seu território de maneira que possibilitasse sua autonomia de culto, garantindo acesso a mata onde pode plantar e colher a partir do manejo da mata e dos jardins presentes, sem precisar se expor a possíveis opressões que poderiam sofrer em locais públicos.

Portanto ter acesso a terra, como no caso do Ilê Omo Aiye, que têm a posse de um sítio de considerável área, garantiu que a comunidade pudesse colocar em prática seus conhecimentos e preceitos religiosos vinculados ao culto aos ancestrais que estão intimamente vinculados aos elementos e fenômenos naturais, assim promovendo cuidado do território e dos próprios elementos naturais. Tais princípios e fundamentos quando postos em prática e passados a novas gerações estimularam portanto práticas ecológicas, que levaram a transformação da área do sítio de uma pastagem para uma área de floresta.

Fica clara a necessidade de se ampliar a discussão sobre o acesso a terra no Brasil e no mundo, dado que o território nacional se encontra cada vez mais concentrado na mão de poucos proprietários, que na maioria das vezes tem as práticas agrícolas e industriais consideradas mais danosas ao meio ambiente. A reforma agrária deve ser pauta tanto no campo quanto na cidade, pois como foi dito no texto, o acesso a terra promove liberdade financeira, nutricional, cultural, promove saúde e autonomia.

Sobre o reflorestamento, a introdução de algumas espécies vegetais alimentou um processo de sucessão ecológicas, junto ao cercamento do terreno para que o gado não entrasse, e a mudança de manejo do solo, deixando de cortar a capoeira e as árvores que nasceram provenientes do banco de sementes presente no solo e também das sementes.

A recuperação da flora local, juntamente com o crescimento da mata decorrente da sucessão ecológica, trouxe consequências positivas para a recuperação do ecossistema local. Ao longo dos anos, diversos animais puderam ser notados, desde pequenas aves até grandes mamíferos, o que possibilita a conclusão de que o território do ilê Omo Aiye passou a ser parte de um corredor ecológico, contribuindo assim como berçário, fonte de alimento e local de passagem para diversos animais. Paralelamente a isso, os próprios animais que transitam pelo local carregam sementes para dentro e para fora do terreno, contribuindo para o aumento do fluxo genético da flora regional.

Além dos benefícios ecossistêmicos provocados, as(os) participantes da pesquisa trouxeram informações que possibilitam concluir que a presença de mata também traz benefícios a comunidade local. A floresta promove a infiltração da água nos solos, alimentando as reservas de água que abastecem os poços da região, garantem o clima ameno e o ar puro que auxilia no tratamento de males respiratórios.

Promove a recuperação da fertilidade do solo por conta da grande ciclagem de nutrientes da presença de toda a vida do solo, insetos, microrganismos, vermes, etc. Atrai grande quantidade de seres responsáveis pela polinização de grande parte das lavouras. Garante lenha para os fogões e fornalhas, usadas para cozinhar e aquecer as casas. Promovem a estabilidade dos solos em uma região rica em morros e terrenos irregulares onde historicamente ocorrem deslizamentos.

Garante recursos para construção como madeira e cipós, que podem ser utilizados em estruturas de casas, movelaria, instrumentos e demais artesanatos, e proporcionam a possibilidade de se coletar folhas, frutos, flores, cascas, raízes, etc, para finalidades medicinais, nutricionais e litúrgicas.

A escolha por cultivar espécies arbóreas, como a jussara e a araucária, é exemplo da possibilidade de se obter alimentos e gerar renda enquanto se mantém a floresta em pé. Portanto é um exemplo que fortalece as intenções pela mudança de paradigma na agricultura, deixando para trás a ideia de monoculturas, e desenvolver a ideia de agroecologia e policultivos. Certamente a região se beneficiaria caso mais proprietários locais optassem por promover consórcios de espécies em seus sistemas produtivos, seja na agricultura com agroflorestas, seja na pecuária consorciada com espécies arbóreas, que além de promoverem os benefícios ao solo, provavelmente proporcionariam maior qualidade a seus produtos, além de garantir a estabilidade do solo e o aumento da infiltração das águas pluviais.

Em uma região que constantemente sofre com deslizamentos e onde historicamente ocorrem enchentes na cidade, políticas públicas que incentivassem o reflorestamento reverteriam o cenário de alto grau de desmatamento que o município atingiu. Isso provocaria redução da velocidade superficial das águas pluviais, aumento da infiltração e da rede de raízes que aumentam a estabilidade dos solos, o que certamente reduziriam os problemas gerados pela erosão e reduziriam os picos das cheias do Rio Paraitinga. Gestores locais poderiam portanto buscar as experiências locais que pudessem servir de inspiração, assim como o exemplo do Ilê Omo Aiye.

Concluimos então que a presença desta comunidade ocupando um território a partir dos preceitos e fundamentos tradicionais do candomblé se mostrou benéfica para seu ecossistema, no caso a mata atlântica, promovendo a recuperação de um grande fragmento florestal, o aumento da biodiversidade local, a manutenção da qualidade das águas que abastecem a região, e por todos serviços ecossistêmicos que são gerados pela existência da mata. O cuidado com o sagrado, resultou em melhoras ecossistêmicas, que por sua vez também trouxeram benefícios ambientais a comunidade e a sua vizinhança.

Assim como notamos nos resultados desta pesquisa, quando Mestre Lumumba aprende ao observar o comportamento de animais e o desenvolvimento da mata, o candomblé trabalha a educação nos terreiros baseada na experiência e vivências cotidianas a partir da observação e das sensações diversas obtidas do contato com o meio ambiente. A cultura portanto não se diferencia do meio ambiente, mas na verdade se complementa. É o entendimento de que o ser humano compõe o ecossistema, e sendo assim precisa estar em equilíbrio com os demais elementos dele. Somente assim o ecossistema estará saudável e resiliente.

Como dito anteriormente, a tradição do Candomblé tem raízes afro-brasileiras, portanto se trata de uma cultura milenar, com influências diversas, pautadas na oralidade, ancestralidade e corporeidade. Apesar de ainda hoje ser uma cultura que sofre com preconceitos e julgamentos de quem não a conhece, o Candomblé segue resistindo ao longo dos séculos, e segue capaz de proporcionar experiências como esta do Ilê Omo Aiye que mostram como é possível conviver com o ambiente florestal de maneira harmônica. Portanto concluímos que, se buscamos encontrar caminhos que levem a humanidade a ser sustentável, é importante que se escute o que as culturas tradicionais tem a dizer, o que o candomblé tem a dizer, e nos pautemos em mudanças estruturais em nossas relações com o meio ambiente, formas de pesquisar e nos educar, voltadas para a lógica da biointeração.

7. REFERÊNCIAS

AB´ SABER, A. N. O encarceramento de pequenas cidades por eucaliptais. 2010.

ABRAMOVAY, R. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. *Economia Aplicada*. v. 4, nº 2, abril/junho. São Paulo: USP, 2000.

ALCHORNE, M. A.; CUNHA, A. P. Agroecologia e Povos de Terreiro. In: *Agroecologia e dialogo de conhecimentos: Olhares de povos e comunidades tradicionais, movimentos sociais e academia*. Recife: UFRPE, 2017.

AUBERT, A.; FLECHA A.; GARCÍA C.; FLECHA, R.; RACIONERO, S. - Aprendizagem dialógica na sociedade da informação. / Adriana Albert ... [et al]. - São Carlos : EdUFSCar. 2016

BASTIDE, Roger. - O Candomblé da Bahia: rito nagô. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

BAUMAN, Zygmund, -Vida líquida / Zygmund Bauman; tradução Carlos Alberto Medeiros. - Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2007.

BECK, Ulrich. - Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade / Ulrich Beck – *Risikogesellschaft* , 1986 ; tradução de Sebastião Nascimento ; inclui uma entrevista inédita com o autor — São Paulo: Ed . 34, 2010.

BOFF, Leonardo – Sustentabilidade: o que é : o que não é / Leonardo Boff. -Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. - Pesquisa Participante/ Carlos Rodrigues Brandão- 8ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

BRASIL. Lei nº6040, de 7 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20072010/2007/decreto/d6040.htm>. Acesso em 21 de janeiro de 2020.

_____, Ministério do Meio Ambiente, pelo link <http://www.mma.gov.br/biomas/mata-atl%C3%A2ntica_emdesenvolvimento> acesso em 23/07/2018.

BRUNDTLAND, Gro Harlem. Nosso futuro comum: comissão mundial sobre meio ambiente e desenvolvimento. 2.ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991

CANDIDO, Antonio. - Os parceiros do rio bonito./ Antonio Candido.- 11ª ed. , Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2010.

CARSON, Rachel – Primavera silenciosa – tradução de Raul de Polillo, 2ª ed., editora Portico - São Paulo. 1969.

CAPRA, Fritjof. - A Teia da Vida: Uma nova compreensão científica dos sistemas vivos. - tradução: Newton Roberval Eíchemberg. São Paulo: editora Cultrix, 1996.

CAVALLEIRO, Eliane dos Santos. Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil / Eliane dos Santos Cavalleiro. - São Paulo:Contexto, 2000.

CEIVAP. Plano Integrado de Recursos Hídricos da Bacia do Paraíba do Sul. Fundação COPETEC, 2007.

CONCEIÇÃO, Sueli Santos.- O processo de urbanização como imperativo na reestruturação espacial e litúrgica das religiões de matriz africana./ Sueli Santos Conceição. Dissertação (Mestrado Programa de Pós - Graduação Multidisciplinar em Estudos Étnicos e Africanos da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da

Bahia). Salvador: UFBA, 2008.

CUNHA, C. J.; HOLANDA, F. S. R. Relação Homem Natureza: A Pertinência da Ética Ambiental em Agroecossistemas no Estuário do Baixo São Francisco. Revista da Fapese, v. 2, n. 1, p. 113124, jan./jun. 2006.

DIEGUES, A. C. S. -O mito moderno da natureza intocada / Antonio Carlos Santana Diegues. — 3ª ed. —São Paulo : Hucitec Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras, USP, 2001.

EMBRAPA - Identificação, mapeamento e quantificação das áreas urbanas do Brasil - André Rodrigo Farias, Rafael Mingoti, Laura Butti do Valle, Cláudio A. Spadotto, Elio Lovisi Filho. Comunicado Técnico 4, Embrapa Gestão Territorial ,Campinas, 2017

EMBRAPA - Mais de 80% da população brasileira habita 0,63% do território nacional - Fábio Reynol. Embrapa Gestão Territorial, 2017. <https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/28840923/mais-de-80-da-populacao-brasileira-habita-063-do-territorio-nacional> , <acesso em 18 de julho de 2020>.

FREIRE, P. - Pedagogia do oprimido / Paulo Freire, 17º ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

_____, - Pesquisa participante / Carlos Rodrigues Brandão, 7º ed. , São Paulo, Brasiliense, 1981.

GOMBERG, Estélio. - Hospital de orixás: encontros terapêuticos em um terreiro de candomblé/ Estélio Gomberg. - Salvador: EDUFBA, 2011.

IBGE, <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/18282-pnad-c-moradores.html> > , <acesso em 11 de julho de 2018>.

_____, pelo link <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/sao-luiz-do-paraitinga/panorama>>, acesso em 21/07/2020.

JARA HOLLIDAY, Oscar. Para sistematizar experiências / Oscar Jara Holliday; tradução de: Maria Viviana V. Resende. 2. ed., revista. – Brasília: MMA, 2006. 128 p. ; 24 cm. (Série Monitoramento e Avaliação, 2)

KRENAK, Ailton. Ideias para adiar o fim do mundo. 1 ed., editora Companhia das Letras – São Paulo. 2019.

LITTLE, J.P. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. Brasília: UNB, 2002. Disponível em <<http://www.direito.mppr.mp.br/arquivos/File/PaulLittle_1.pdf>>. Acesso em 05/08/2016.

LUZ, Marco Aurélio de Oliveira. Ágada: dinâmica da civilização africano-brasileira / Marco Aurélio de Oliveira Luz. 3ª edição – Salvador: EDUFBA – 2013.

MARTINEZ ALIER, J. O ecologismo dos pobres : conflitos ambientais e linguagens de valoração / Joan Martínez Alier; [tradutor Maurício Waldman]. - 1. ed., 2* reimpressão. - São Paulo : Contexto, 2011

MARTINS, S.M.A.; KAFFER, M.I.; LEMOS, A. Líquens como bioindicadores da qualidade do ar numa área de termoelétrica , Rio Grande do Sul, Brasil. Hoehnea, v. 35(3), p. 425-433, 2008.

MARZALL, Katia. Agrobiodiversidade E Resiliência De Agroecossistemas: Bases Para Segurança Ambiental. Katia Marzall, 1rev. Bras. Agroecologia, V.2, N.1, Fev. 2007

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio do conhecimento pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: Hucitec, 2004

MORADEI, Natalia dos Santos. A grande enchente de São Luiz do Paraitinga - 2010 - / Natalia dos Santos Moradei. Dissertação (Mestrado - Área de Concentração: Paisagem e Ambiente) - FAUUSP.-- São Paulo, 2016. 221 p. : il.

MORAES, N.R.; CAMPOS, A.C; MÜLLER, N.M.; GAMBÁ, F.b.; GAMBÁ, M.F.D.F. As comunidades tradicionais e a discussão sobre o conceito de território. Revista Espacios, Vol. 38 (No 12) Año 2017, Pág.17.

ODUM, Eugene.- Fundamentos da Ecologia. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 927p., 2001.

OLIVEIRA, A. M. S. RELAÇÃO HOMEM/NATUREZA NO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA - cripta Nova REVISTA ELECTRÓNICA DE GEOGRAFÍA Y CIENCIAS SOCIALES, Universidad de Barcelona. ISSN: 1138-9788. Depósito Legal: B. 21.741-98 Vol. VI, núm. 119 (18), 1 de agosto de 2002. link : <http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn119-18.htm>, <acesso em: 30/11/2018>

OLIVEIRA, Eduardo David. Cosmovisão Africana no Brasil: elementos para uma filosofia afrodescendente / Eduardo David de Oliveira.-- Curitiba: Editora Gráfica Popular, 2006.

_____, Filosofia da ancestralidade: corpo de mito na filosofia da educação brasileira/ Eduardo David Oliveira. - Curitiba: Editora Gráfica Popular, 2007. 360p.

ONU. População mundial deve chegar a 9,7 bilhões de pessoas em 2050, diz relatório da ONU. Link: <<https://nacoesunidas.org/populacao-mundial-deve-chegar-a-97-bilhoes-de-pessoas-em-2050-diz-relatorio-da-onu/>> , acesso em 02/07/2020 .

PETRONE, P. A região de São Luís do Paraitinga: estudo de geografia humana. Rio de Janeiro: IBGE, 1959.

PRADO, H. M.; MURRIETA, R.S.S. A etnoecologia em perspectiva: origens, interfaces e correntes atuais de um campo em ascensão. - *Ambiente & Sociedade* n São Paulo v. XVIII, n. 4 n p. 139-160 n out.-dez. 2015

PRIMAVESI, Ana. Manejo Ecológico de Pragas e Doenças: Técnicas alternativas para a produção agropecuária e defesa do meio ambiente./ Ana Primavesi.-- 2ª ed. rev. – São Paulo: Expressão Popular, 2016. 143p.: il.

RICLEFS, Robert. A economia da natureza / Robert Ricklefs, Rick Relyea; revisão técnica Cecília Bueno; Tradução Ana Cláudia de Macêdo Vieira ... [et al.]. – 7. ed. – Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2016.

RODRIGUES, W. N.; MARTINS, L. D.; PEREIRA, D. P.; TOMAZ, M. A. Recuperação de áreas degradadas. In: MARTINS, L. D.; HANNAS, T. R.; VENTURA, R. C. M. O.; ALVIM- HANNAS, A. K. F.; MENDONCA, J. A.; FUCIO, L. H.; LONGO, L. B. F.; LAMAS, L. P. A.; SILVA, L. B.; FURTADO, L. B.; COSTA, M. O.; SILVA, R. C. S. (Org.). *Atualidades em desenvolvimento sustentável*. Manhuaçu: FACIG, 2012. p. 21-35.

ROMEIRO, A. R. As origens culturais e políticas da revolução industrial- Texto para Discussão. IE/Unicamp, Campinas, n. 264, mar. 2016.

RUFINO, Luiz.-Pedagogia das encruzilhadas/ Luiz Rufino (1987).-Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2019.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. Epistemologias do Sul/ Boaventura de Sousa Santos, Maria Paula Meneses [orgs.] - São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, Juana Elben dos. Sàngò / Juana Elben dos Santos; Descoredes Maximilianodos Santos

(Mestre Didi Asipa). Salvador: Corrupio, 2016. pg 29.

SANTOS, Maria Stella de Azevedo. Meu Tempo é Agora./ Maria Stella de Azevedo Santos. 2ª edição. - Salvador: Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 2010.

SANTOS, Maximiliano. Descóredes. História de um terreiro Nagô. 2ª ed. São Paulo: Max Limonad, 1988.

SANTOS, Milton. 1992: A redescoberta da Natureza. Estudos Avançados, 6 (14). p. 95106. 1992.

SANTOS, Antonio Bispo. COLONIZAÇÃO, QUILOMBOS: modos e significados. Brasília: INCT-UNB, 2015.

_____, **Saberes orgânicos e saberes sintéticos: um olhar quilombola sobre a colonialismo**, palestra de Antonio Bispo dos Santos, II Seminário Epistemologias Subalternas e Comunicação. Transcrição e edição: Kathleen Lopes. 2019. <<https://nossaciencia.com.br/colunas/saberes-organicos-e-saberes-sinteticos-um-olhar-quilombola-sobre-a-colonialismo/>>, acesso em 5 de janeiro de 2020.

SÃO PAULO, Secretaria do Meio Ambiente. Instituto Florestal. Planos de Manejo das Unidades de Conservação - Parque Estadual da Serra do Mar – Núcleo Santa Virgínia. Plano de Gestão Ambiental – fase 1/ Secretaria do Meio Ambiente/Coordenadoria de Informações Técnicas, Documentação e Pesquisa Ambiental. Instituto Florestal, Fundação Florestal, 1998.

_____. Secretaria de Saneamento e Energia- DAEE. Plano Diretor de Macrodrenagem da Bacia do Rio Paraitinga. Elaboração Hidrostudio: São Paulo, 2012.

_____, Resolução SMA. 57, de 5/06/2016. Publica a revisão da lista oficial das espécies da flora ameaçadas de extinção no Estado de São Paulo. Secretaria do Meio Ambiente, Diário Oficial do Poder

Executivo de 7/06/2016, São Paulo, 2016

SIMAS, Luiz Antonio; RUFINO, Luiz. Fogo no Mato: A ciência encantada das macumbas/ Luiz Antonio Simas, Luiz Rufino.-1 ed.- Rio de Janeiro: Mórula, 2018. 124p.: il; 21cm.

_____, Flecha no tempo/ Luiz Antonio Simas, Luiz Rufino. 1ª ed.- Rio de Janeiro: Mórula, 2019

SOUSA JUNIOR, Vilson Caetano de. Na Palma da minha mão: temas afro-brasileiros e questões contemporâneas/ Vilson Caetano de Sousa Junior; ilustrações de Rodrigo Siqueira. - Salvador: EDUFBA, 2011.

THOMAS, K. O PREDOMÍNIO HUMANO - Do livro: O homem e o mundo natural, Keith Thomas, Cia das Letras, 1996, págs. 21-61.

THOMAS, K. O homem e o mundo natural: mudanças de atitude em relação as plantas e animais(1500-1800) / Keith Thomas : Tradução João Roberto Martins Filho, São Paulo, Companhia das Letras, 2010.

TOLEDO, V. M.; BARRERA-BASSOLS, N. A etnoecologia: uma ciência pós-normal que estuda as sabedorias tradicionais.- Desenvolvimento e Meio Ambiente, n. 20, p. 31-45, jul./dez. 2009. Editora UFPR.

TUTU, Desmond. Deus não é cristão/ Desmond Tutu; tradução: Lilian Jenkino. - Rio de Janeiro: Thomas Nelson Brasil, 2012.

VERGER, Pierre Fatumbi. Orixás. Salvador: Corrupio, 1981.

8. ANEXO I - ROTEIRO SEMIESTRUTURADO DE ENTREVISTA

Perfil do entrevistado:

idade:

naturalidade:

gênero:

grau de escolaridade:

Histórico do Terreiro:

Como foi seu início no candomblé? Qual a raiz de seu aprendizado, em qual terreiro?

Como começou o Ile Omo Aiye?

A história do imóvel e como escolheram ir viver por lá? Quando?

Quais foram as principais influências para a formação do terreiro?

Quais foram as práticas e atividades desenvolvidas ao longo da história do Ile Omo Aiye?

Meio Ambiente:

Qual a relação do candomblé com o meio ambiente?

Quais são os elementos ambientais mais importantes para a manutenção do culto.

Como ocorreu o reflorestamento no sitio? Naturalmente ou cultivado?

Quais benefícios o reflorestamento proporciona a comunidade?

Quais as principais plantas utilizadas no culto? Quais são obtidas diretamente no sitio e de seu arredores?

Além dos usos religiosos, que outros usos se faz das plantas?

Qual a importância dos conhecimentos tradicionais para a comunidade?

Como a questão ambiental é tratada dentro da comunidade do Ile Omo Aiye?

9. ANEXO II – PARECER COMITÊ DE ÉTICA



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: A cultura de matriz africana pode contribuir para a conservação da biodiversidade? Um exemplo da comunidade de Camdomblé Ilê Omo Ayie, do município de São Luis do Paraitinga (SP)

Pesquisador: PEDRO HENRIQUE DE OLIVEIRA ZANETTE

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 08621519.9.0000.5504

Instituição Proponente: Centro de Ciências Biológicas e da Saúde

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 3.203.756

Apresentação do Projeto:

Trata-se de projeto de mestrado cujo objetivo é compreender como o candomblé pode contribuir com a preservação e o aumento da resiliência de ecossistemas a partir da transmissão de tradições e sua cosmovisão. A coleta de dados ocorrerá a partir de diário de campo e entrevistas baseadas em um roteiro semiestruturado com 4 pessoas, 2 lideranças do terreiro e mais duas que aceitem participar da pesquisa. Paralelamente será feita pesquisa bibliográfica.

Objetivo da Pesquisa:

O objetivo principal é: compreender como comunidades de matriz africana, especificamente o povo de candomblé pela experiência do Ilê Omo Ayie, podem contribuir com a preservação e o aumento da resiliência de ecossistemas a partir da transmissão de tradições e sua cosmovisão posta em prática. Como objetivo secundário tem-se: Relatar a experiência do Ilê Omo Ayie, a partir da perspectiva de suas lideranças na manutenção de suas tradições; Contribuir com as pesquisas relacionadas a conservação ambiental a partir da perspectiva social.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Em relação aos riscos e benefícios, o pesquisador assim coloca:

“Riscos:

Endereço: WASHINGTON LUIZ KM 235
Bairro: JARDIM GUANABARA
UF: SP **Município:** SAO CARLOS
Telefone: (16)3351-9683 **CEP:** 13.565-905
E-mail: cephumanos@ufscar.br



Continuação do Parecer: 3.203.756

Os riscos decorrentes da participação nesta pesquisa são de eventual constrangimento durante a coleta de dados, mas cuidados como a discrição, o respeito e o sigilo estão sendo e serão tomados para evitá-lo.

Benefícios:

Possíveis benefícios são a produção de conhecimento e metodologias para o trabalho com a diversidade e valorização de conhecimentos tradicionais, o registro histórico sobre o Ilê Omo Ayie e benefícios para os campos da Conservação Florestal, do Reflorestamento, da Educação, Culturas Afro-brasileiras e diversidade."

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Pesquisa de extrema pertinência no campo social – ambiental e desenhada em acordo com os preceitos ético-científicos.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

- 1.Cronograma: no presente momento de análise, o cronograma está em acordo.
- 2.Folha de rosto: encontra-se assinada e carimbada pelo dirigente da instituição.
- 3.Orçamento: o pesquisador apresentou os custos aproximados do projeto.
- 4.TCLE: em acordo.

Recomendações:

Não há recomendações.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Aprovado

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1285826.pdf	06/02/2019 19:31:06		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	projeto_pedrozanette.pdf	06/02/2019 19:29:42	PEDRO HENRIQUE DE OLIVEIRA ZANETTE	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento /	TCLE.pdf	06/02/2019 19:12:27	PEDRO HENRIQUE DE OLIVEIRA	Aceito

Endereço: WASHINGTON LUIZ KM 235

Bairro: JARDIM GUANABARA

CEP: 13.565-905

UF: SP

Município: SAO CARLOS

Telefone: (16)3351-9683

E-mail: cephumanos@ufscar.br



UFSCAR - UNIVERSIDADE
FEDERAL DE SÃO CARLOS



Continuação do Parecer: 3.203.756

Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	06/02/2019 19:12:27	ZANETTE	Aceito
Folha de Rosto	folhaderosto_assinada_scan.pdf	06/02/2019 18:45:30	PEDRO HENRIQUE DE OLIVEIRA ZANETTE	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

SAO CARLOS, 17 de Março de 2019

Assinado por:
Priscilla Hortense
(Coordenador(a))

Endereço: WASHINGTON LUIZ KM 235

Bairro: JARDIM GUANABARA

UF: SP

Município: SAO CARLOS

CEP: 13.565-905

Telefone: (16)3351-9683

E-mail: cephumanos@ufscar.br

10. ANEXO III – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS AMBIENTAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS AMBIENTAIS
Via Washington Luiz, Km. 235 - Caixa Postal 676
Tel/Fax: (0xx16) 3306-6799
CEP 13.565-905 – São Carlos - SP – Brasil
e-mail: ppgcam@ufscar.br

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado a participar da pesquisa de mestrado sob o título: “As comunidades tradicionais podem contribuir para a conservação da biodiversidade? Um exemplo da comunidade de Candomblé Ile Omo Ayie, do município de São Luis do Paraitinga (SP)”.

O objetivo central deste estudo é compreender e analisar como comunidades tradicionais, especificamente o povo de candomblé, podem contribuir com a preservação de ecossistemas e o aumento de sua resiliência a partir da transmissão de tradições e sua cosmovisão posta em prática. Para a coleta de dados, serão feitas visitas ao sítio em datas a serem combinadas em que será feita entrevista junto a representantes do Ile Omo Ayie, orientada por um roteiro semiestruturado que guiará a conversa com os(as) participantes e a observação do pesquisador. O pesquisador registrará a conversa em caderno de campo e as entrevistas serão gravadas em áudio. Posteriormente as gravações serão transcritas para que o conteúdo seja analisado em conjunto com a anotações do caderno de campo. Com isso pretende-se resgatar o contexto histórico de formação do terreiro, obtendo informações sobre como, quais e porque foram estimuladas práticas ecológicas que levaram a transformação da área do sítio de uma pastagem para uma área de floresta.

Você poderá a qualquer momento informar a desistência de participação neste trabalho e retirar seu consentimento a qualquer momento antes da conclusão, sendo que sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com o pesquisador ou com a instituição. Os participantes da pesquisa tem o direito a indenização caso ocorra algum dano referente a sua participação de acordo com a Resolução CNS 466/2012, (Item IV.3-h). Todos os dados serão utilizados exclusivamente para fins acadêmicos, possibilitando a divulgação dos resultados da dissertação em congressos, palestras e outros eventos científicos. Os riscos decorrentes da participação nesta pesquisa são de eventual constrangimento durante a coleta de dados, mas cuidados como a discrição, o respeito e o sigilo estão sendo e serão tomados para evitá-lo. A sua participação é voluntária e não haverá compensação em dinheiro por ela. Não haverá despesas com o transporte e a alimentação decorrentes da participação na pesquisa.

Poderá haver benefícios com a participação na pesquisa no sentido de produção de conhecimento e metodologias para o trabalho com a diversidade e valorização de conhecimentos tradicionais, e registro histórico sobre o Ile Omo Ayie. Deste modo, esta pesquisa poderá trazer benefícios para os campos da Conservação Florestal, do Reflorestamento, da Educação, Culturas Afro-brasileiras e diversidade. Salientamos que as informações obtidas através dessa pesquisa serão confidenciais e que os dados não serão



divulgados de forma a possibilitar sua identificação, assegurando o sigilo sobre sua participação. Você receberá uma cópia deste termo onde constam os dados documentais e o telefone do pesquisador, podendo tirar suas dúvidas sobre o projeto, agora ou a qualquer momento.

Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios da participação na pesquisa e concordo em participar. O pesquisador me informou que o projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da UFSCar que funciona na Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa da Universidade Federal de São Carlos, localizada na Rodovia Washington Luiz, Km. 235 - Caixa Postal 676 - CEP 13.565-905 - São Carlos - SP - Brasil. Fone (16) 3351-8110. Endereço eletrônico: cephumanos@ufscar.br

Pesquisador Responsável: Pedro Henrique de Oliveira Zanette

Aluno regular do Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais / UFSCAR

Orientado pela professora Dra. Renata Sebastiani

Endereço: Rua Assis Chateaubriand, 107 São Carlos/SP

Contato telefônico: 16 98103-0975

E-mail: pedrinhozanette@gmail.com

Local e data:

Pedro Henrique de Oliveira Zanette
Pesquisador Responsável

Nome do(a) participante da Pesquisa:

(RG: _____ / CPF: _____ / Tel.: _____)

Assinatura